

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: AS VOZES GUARANI SOBRE A ESCOLA
NA ALDEIA**

Ismenia de Fátima Vieira

Florianópolis

2006

ISMENIA DE FÁTIMA VIEIRA

**“EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA”: AS VOZES GUARANI
SOBRE A ESCOLA NA ALDEIA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – CED da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^a PHD^a Maristela Fantin

Florianópolis, maio de 2006.

OFEREÇO...

Aos meus queridos pais Joaquim Lisandro Vieira e Eli Rogéria de Souza Vieira que me ensinaram o que é o amor, o respeito, a honestidade. Agradeço à Deus a benção de ter nascido desta união que é uma verdadeira lição de amor.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não estaria da forma como está, se não fossem os Guarani da Tekoá Yynn Moronti Wherá, que tiveram a paciência de me ouvir e dialogar comigo no especial Jeito de ser Guarani, de receber, de respeitar e amar as pessoas.

Muitas pessoas compartilharam minhas angústias e contribuíram dialogando comigo neste estudo. Chegou o momento de agradecer.

Ana do Canto Pereira, Terezinha Velho, Maria Dorothea Post Darella e Sandra Mara Cardoso, responsáveis pelos meus primeiros conhecimentos e contatos com a cultura e o povo Guarani.

A Maristela Fantin, orientadora, por ter confiado e permitido que eu descobrisse os nós da teia e alçado vôo pelos caminhos desconhecidos;

Aos professores das disciplinas e em especial a Cristiana Tramonte, que me incentivou, orientou, ouviu as minhas angústias sempre tão amável e atenciosa. Não se cansou de me enviar material que encontrava sobre o assunto;

A Cristiana Tramonte, Ana Baiana e Sônia Beltrame, professoras que estiveram presentes nas bancas de seleção e qualificação, que acreditaram na minha proposta e contribuíram com sugestões valiosas;

Aos colegas de Mestrado na Linha de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais Gisely, Deise, Patrícia, Fábio, Alexandre e Drauzio, pela amizade, por compartilharem as angústias e pelas valiosas contribuições na elaboração do projeto deste estudo;

Aos Antropólogos Prof. Dr.Sílvio Coelho dos Santos e Prof^a Dr^a Antonella Tassinari, que gentilmente leram o projeto e muito contribuíram no início desta caminhada;

Ao Prof. Dr. José Ribamar Bessa e Prof^a Dr^a Ruth Monserrat, que contribuíram nesta discussão dialogando comigo depois de um intenso trabalho de docência no Curso de Formação para os Guarani;

Aos amigos Isaac, Raul, Eliane, Marlene, Rosane, Êdula, Flávia, Alice e Cristina, que gentilmente leram os escritos e contribuíram na discussão;

A Lucélia, que com seu amplo conhecimento das tecnologias formatou e inseriu as imagens que deram vida a esta dissertação;

Aos amigos e colegas de trabalho, aos primos e tios que incentivaram e torceram pelo sucesso deste trabalho;

A minha família, em especial, a Vó Mena, minhas irmãs, Rosi e Roseli, meus irmãos Elizandro, Savas, Cleber e Cristiano, meus cunhados e cunhadas, Élvio, Salete, Walfried, Flávia, Ana Carla e Jossiane, meus sobrinhos, Rosana, João, Júnior, Filipe, Vinícius, Rafael, Isabela, João Marcos, William e Gabriel pelo carinho, amor e apoio.

Agradeço do fundo do meu coração a todas as pessoas que colaboraram na realização da presente pesquisa. Um beijo no coração de cada um. Muito Obrigado!



A VIDA É CHEIA DE POSSIBILIDADES

**A vida é cheia de possibilidades
Que nos desafiam diariamente
A correr o risco,
Tentar alguma coisa nova,
Ver as coisas de um modo diferente
É através destes momentos especiais
Que aprendemos
A mudar e crescer,
Para aproveitar
A preciosa dádiva
Do que somos
E do que sabemos.
Porque é somente quando tentamos
Que descobrimos
O que podemos fazer
Por isso, não espere
Até amanhã
Para descobrir algo novo!**

(Autor desconhecido)

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Índio
APP – Associação de Pais e Professores
CD – Compact Disc
CED – Centro de Educação
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
CFE – Conselho Federal de Educação
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CPI/SP – Comissão Pró Índio de São Paulo
CRE – Coordenadoria Regional de Educação
CTI – Centro de Trabalho Indigenista
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
EEIEF – Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
INEP – Instituto Nacional De Ensino e Pesquisa
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NEI – Núcleo de Educação Indígena
NEI/SC – Núcleo de Educação Indígena de Santa Catarina
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
OPAN – Operação Anchieta
PC/SC – Proposta Curricular de Santa Catarina
PNE – Plano Nacional de Educação
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
RCNEI – Referência Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SED/SC – Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
SIL – Summer Institute of Linguistic
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
SERIE – Sistema Estadual de Registro e Informação Escolar
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNI – União das Nações Indígenas
TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil/ Bolívia AS

GLOSSÁRIO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES INDÍGENAS

- AGUYJE – A perfeição que busca toda pessoa Guarani
AJAKA – balaio
AMBÁ – uma espécie de altar
ANGUAPU - tambor
ARANDU – aprender, saber, conhecimento, sentir o tempo
AVAXI - milho
AYVÚ PORÃ – a bela linguagem
AYVU ROPYTA – as belas palavras
AYVUKUÉ – palavra-alma sagrada, porção divina da alma
JETY - batata doce assada
JOPARÁ - feijão, lingüiça, canjica de milho
JURUÁ – pessoa não indígena
KARAÍ – homem líder espiritual religioso que comanda as cerimônias
KAY – chimarrão
KAVURÉ - pão assado na taquara
K'IREPOXI – farinha de milho umedecida com água e assada dentro do bambu
KUNHA KARAÍ – mulher líder espiritual religiosa
KUAA MBO'E –conhecer e ensinar–nome escolhido para o Programa de Formação Guarani
KYRINGUE – crianças
MBARAKA - violão
MANGA – brincar
MBIXY – aipim assado
MBORAÍ - práticas de rezas
MBUJAPÉ – bolo, alimento de farinha de milho ou trigo com água, sovado e assado nas cinzas
MBYÁ – parcialidade Guarani
MONDEA – o jeito de carregar os bebês marrados ao corpo da mãe com uma tira de pano
ÑE'EY – ÑE'E – palavra-alma, que dá vida e saúde a pessoa
NE'ENG PORÃ - palavras sagradas e verdadeiras
ÑEMBO'E – pronunciar as palavras sagradas e deixar se instruir por ela
ÑEMONGARAÍ – festa tradicional para comemorar a boa colheita do milho
ÑHANDERÝ - deusa
NHANDEREKÓ – o modo de ser Guarani
NHANDERU – deus criador das belas palavras
NHANDEVA – parcialidade Guarani

OPY - casa tradicional de reza, lugar sagrado onde tive a honra de ser convidada a entrar nesse espaço para a entrevista com o KARAÏ e para participar de cerimônia
OPY JERÊ – casa de cerimônia com pedras quentes
PETYNGUÁ – uma espécie de cachimbo
PONGUÉ – mestiço
RAVÉ - rabeca
REKO – cultura
RORA - polenta
TAKUAPU - instrumento musical feminino utilizado nas cerimônias
TATANTY EPO'E - religião Guarani
TCHERERÿ – dar nome às crianças
TEKO – sistema Guarani
TEKOÁ – lugar bom para o Guarani viver, para construir a aldeia
XANDARO – guerreiro pessoa Guarani responsável pelo cuidado da aldeia
TCHE RAMOI – meu avô
TCHE DJARI – minha avó
TCHIPÁ ou XIPÁ – bolo de farinha de milho o trigo frito no óleo
YNN MOROTI WHERA – reflexo das águas cristalinas
YVY JU – caminho da terra sem males
YVY MARA EY – a terra sem mal

Fonte: expressa na oralidade pelos interlocutores.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	21
GLOSSÁRIO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES INDÍGENAS	22
ÍNDICE DE FIGURAS	26
RESUMO.....	27
ABSTRACT	28
INTRODUÇÃO	15
CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS	25
CAPÍTULO I	29
1 MOVIMENTOS INDÍGENAS E EDUCAÇÃO.....	29
1.1 Educação Escolar Indígena em Santa Catarina.....	45
CAPÍTULO II	61
2 A ALDEIA M'BIGUAÇU - TEKOÁ YNN MORONTI WHERÁ E O JEITO GUARANI 61	
2.1 Histórico da Aldeia M'Biguaçu	61
2.1.1 Trajetória dos primeiros moradores.....	62
2.2 História da Escola Indígena de Ensino Fundamental Wherá Tupã Poty-djá	70
2.3 A Organização da Escola Indígena de Ensino Fundamental Wherá Tupã Poty Djá	75
2.4 Conhecendo o Jeito Guarani.....	91
2.4.1 A concepção de nascimento	92
2.4.2 A brincadeira e a criança.....	93
2.4.3 Conhecimento da natureza	95
2.4.4 Rituais	97
2.4.5 As relações de trabalho e lazer para os adultos.....	102
2.4.6 Formação de liderança religiosa ou política	102
2.4.7 Alimentação, uma questão de saúde:	104
2.4.8 Artesanato, sobrevivência e religiosidade:	105
2.4.9 TEKÓ (sistema) Religião e Educação:	108
CAPÍTULO III	128
3 VOZES GUARANI SOBRE A ESCOLA NA ALDEIA.....	128

3.1 A voz das crianças expressa nos desenhos.....	152
3.2 Entrevista com seu Alcindo na casa de reza (opy).....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	170
ANEXOS	183

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Vista panorâmica da aldeia	17
FIGURA 2 -	Indígena Guarani trabalhando na aldeia M'Biguaçu.....	28
FIGURA 3 -	Crianças na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Wherá Tupã Poty Dja	60
FIGURA 4 -	Casais Alcindo e Rosa – Milton e Roseli.....	64
FIGURA 5 -	Mapa Territorial Guarani e Vista Aérea da Aldeia M'Biguaçu (Fonte: CTI, 2004)	65
FIGURA 6 -	Casa do artesanato e Casa de nutrição	67
FIGURA 7 -	Vista interna da escola da aldeia.....	70
FIGURA 8 -	Inauguração da escola	73
FIGURA 9 -	Crianças brincando/ crianças na sala de aula.....	75
FIGURA 10 -	Croqui da sala de aula desenhado por uma criança	79
FIGURA 11 -	Crianças brincando na escola	87
FIGURA 12 -	Coral da escola	88
FIGURA 13 -	Natália com seu filho na MONDEA	93
FIGURA 14 -	Artesanato tradicional.....	105
FIGURA 15 -	Casa de reza - OPY	112
FIGURA 16 -	Posto de saúde e uma casa indígena	119
FIGURA 17 -	Crianças Guarani na Aldeia M'Biguaçu/SC.....	127
FIGURA 18 -	Desenho das crianças.....	152
FIGURA 19 -	Preparo das ervas medicinais	154

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso na Aldeia Indígena M'Biguaçu - Tekoá Yynn Moronti Wherá em Biguaçu/SC - que investiga as vozes Guarani sobre a escola na aldeia. Problematizo as vozes das crianças, jovens, adultos e lideranças no sentido de compreender as relações, anseios, os significados atribuídos à escola e o que preconizam para a organização e construção da escola específica, diferenciada, bilingüe e intercultural. A abordagem metodológica de natureza qualitativa apoia-se nas observações, entrevistas, desenhos das crianças, diário de campo, experiência profissional da pesquisadora e nos referenciais teóricos da educação, história e antropologia, para compreender as relações estabelecidas na atualidade entre os Guarani e a escola instituída na aldeia. A discussão inicia-se partindo do olhar histórico sobre os indígenas e a sua educação escolar, dando ênfase à educação escolar indígena em Santa Catarina. Situo a aldeia M'Biguaçu buscando identificar o Jeito Guarani, a história da aldeia e da escola e a sua organização. Por fim, faço referência às vozes Guarani sobre a escola na aldeia. Os resultados apontam para o sentido de que a escola, ocupa lugar de destaque na aldeia. É considerada por seus membros como a segunda casa de reza, que contribui para fortalecer a cultura e as organizações sociais desse grupo. Os dados apontam para as tradições no sentido de potencializar os rituais, cerimônias, artesanato, agricultura, enfim, o Jeito Guarani de conceber a escola. Portanto, são atribuídos à escola dois papéis fundamentais. Um, de desenvolver os conhecimentos da sociedade não-indígena, tais como: leitura e escrita, para empreender suas grandes lutas. O outro, está relacionado com as questões culturais Guarani, quais sejam, os ensinamentos tradicionais, fortalecendo e valorizando a cultura, principalmente para os jovens que estão num processo de desvalorização da mesma, efeito da aculturação a partir do intenso contato com a sociedade não-indígena. Enfim, a escola é admitida como ponto de conexão entre os dois mundos, enfatizando a religião e fortalecendo a luta pela terra para “viver bem”, o seu sistema (TEKÓ) e a reprodução do NHANDEREKÓ.

ABSTRACT

The present work is about a study of case in the Aboriginal Village M'Biguaçu - Tekoá Yynn Moronti Wherá in Biguaçu/SC - that investigates the Guarani voices on the school in the village. Problematic the voices of the children, young, adults and leaderships in the direction to understand the relations, yearnings, the meanings attributed to the school and what they praise for the organization and construction of the specific school, differentiated, bilingual and intercultural. The methodological approach of qualitative nature is supported in the comments, interviews, drawings of the children, daily of field, professional experience of the researcher and in the theoretical references of the education, history and anthropology, to understand the relations established in the present time between the Guarani and the school instituted in the village. The quarrel is initiated breaking of the historical look on the aboriginals and its pertaining to school education, giving emphasis to the aboriginal pertaining to school education in Santa Catarina. I point out the M'Biguaçu village searching to identify the Guarani Skill, the history of the village and the school and its organization. Finally, I make reference to reference the Guarani voices on the school in the village. The results point with respect to the direction of that the school, occupies place of prominence in the village. It is considered by its members as the second house of prayer, that contributes to fortify the culture and the social organizations of this group. The data point with respect to the traditions in the direction of potencializar the rituals, ceremonies, artesanato, agriculture, at last, the Guarani Skill to conceive the school. Therefore, two basic papers are attributed to the school. One, to develop the knowledge of the society not-aboriginal, such as: reading and writing, to undertake its great fights. The other, are related with the cultural questions Guarani, which are, the traditional teachings, fortifying and valuing the culture, mainly for the young that is in a process of depreciation of the same one, effect of the aculturação from the intense contact with the society not-aboriginal. At last, the school is admitted as point of connection between the two worlds, emphasizing the religion and fortifying the fight for the land "to live well", its system (TEKÓ) and the reproduction of the NHANDEREKÓ.

INTRODUÇÃO

O problema investigado neste estudo surgiu da experiência profissional da pedagoga pesquisadora, especialmente na atuação como assessora pedagógica e administrativa às escolas indígenas da Grande Florianópolis, área metropolitana da capital do Estado de Santa Catarina. Aliada a essa experiência, também a vivência em capacitações envolvendo educadores das etnias residentes no Estado, como os Xokleng, Kaingang e Guarani e, como docente no “Programa de Formação para Educação Escolar Guarani da Região Sul e Sudeste do Brasil – Kuaa - Mbo'é – conhecer ensinar”.

Na região da Grande Florianópolis, em 1995, foi criada a Escola Indígena Ka.akupé, em Massiambu, no município de Palhoça/SC. As orientações pedagógicas eram realizadas pela pedagoga Sandra Mara Cardoso, Coordenadora do Núcleo de Educação Indígena, da Secretaria de Estado da Educação (NEI/SC), em parceria com a FUNAI. O primeiro professor foi o índio Guarani¹ Hyral Moreira, que trabalhou a alfabetização na língua guarani. A partir de 1996, com a criação oficial do NEI/SC, a responsabilidade pela assessoria pedagógica passou para Ana do Canto Pereira, na função de Integradora de Ensino na 1ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), órgão regional da Secretaria de Estado da Educação, localizado em Florianópolis/SC. Nesse mesmo ano foi criada a Escola Indígena Itaty, localizada no Morro dos Cavalos, também no município de Palhoça/SC e atuou como professor, o índio Milton Moreira. Nos primeiros meses, o professor Hyral solicitou dispensa e Milton ficou atuando nas duas escolas. Cito os dois professores devido ao fato de Milton ter sido o cacique e Hyral o cacique atual da aldeia em estudo.

Nesse mesmo período, assumi, juntamente com Ana do Canto Pereira, o trabalho de assessoria pedagógica e administrativa às referidas escolas. O professor

¹ O nome de etnias no singular e maiúsculo segue convenção da ABA, 1951.

trabalhava a alfabetização na língua materna, ou seja, guarani, juntamente com matemática e artes. Passei a visitar as escolas quinzenalmente para as devidas orientações e para levar a merenda escolar. Nas visitas, procurei manter contato com as lideranças tanto religiosas quanto políticas para obter informações sobre o andamento das escolas, bem como sobre os seus anseios. Nesse mesmo ano foi realizada uma capacitação para todos os educadores que atuam nas escolas indígenas de Santa Catarina, promovida pela Secretaria de Estado da Educação, sobre o tema: Educação Escolar Indígena, alfabetização e bilingüismo. A partir dessa capacitação, criou-se um programa de capacitação continuada regional e estadual, reunindo educadores indígenas - Guarani, Xokleng, Kaingang - e não indígenas que atuam nas escolas em aldeias.

Portanto, desde 1996, venho discutindo com educadores indígenas e não indígenas, que atuam nas escolas das aldeias, com comunidades indígenas juntamente com o NEI/SC (Núcleo de Educação Indígena de SC) e Secretaria de Estado da Educação a construção de uma escola comunitária, específica, intercultural, bilíngüe e diferenciada para o povo Guarani. Bem como, nos encontros estaduais com educadores que atuam nas escolas indígenas de Santa Catarina, como membro do NEI/SC, também discuti as questões das escolas Kaingang e Xokleng.

Em um dos encontros regionais, em junho de 1997, os professores Guarani assim se referiram sobre o seu trabalho e sobre a escola, conforme meus registros em relatório do curso: - estão começando agora a se interessar pela escola, eles queriam sempre esconder a sua cultura. Estão discutindo muito. A escola é uma instituição muito nova para eles. Eles têm clareza de que não poderão mais viver como antigamente, não tem mais as matas e precisam comprar as coisas da sociedade dos “brancos” para poderem sobreviver, para isso querem que seus filhos saibam ler e escrever bem a língua guarani e a língua portuguesa. Conforme afirma um dos professores: - “Agora tem que trabalhar e fazer compra na cidade (...) “como, também, fazer contas e conhecer o dinheiro”. Eles querem estudar o “português”, isto significa

estudar a sociedade dos “brancos”². Outro professor assim se manifesta: - “O tempo vai passando e cada vez mais estamos sendo explorados(...) precisamos estudar a cultura do não indígena e fazer a nossa história”. Dizia ainda, outro professor:- “Quando tem atividade na aldeia, primeiro eles vêm para a escola, depois trabalham. A maioria das crianças Guarani não falam o português, precisam aprender.”

Os primeiros contatos com os Guarani aconteceram quando iniciei esse trabalho de coordenação e assessoria nas escolas indígenas estaduais localizadas no município de Palhoça/SC. Em 1998 inaugurou-se mais uma escola: a Escola Indígena Yynn Moronti Wherá, no município de Biguaçu¹, cabendo-me o papel de encaminhar o processo de criação e as discussões sobre a sua organização, sendo esta a escola escolhida para o trabalho de campo desta pesquisa.



FIGURA 1 - Vista panorâmica da aldeia - Foto: arquivo da pesquisadora

² Em alguns momentos, utilizo a expressão “branco” ou “brancos”, nome genérico atribuído pelos Guarani para se referirem às pessoas não indígenas.

¹ A partir do ano 2004, por solicitação da comunidade, essa escola passou a chamar-se Escola Indígena de Ensino Fundamental Wherá Tupã Poty-Dja, nome indígena do seu Alcindo Moreira e dona Rosa Pereira, homenageando os velhos da aldeia.

As dificuldades no trabalho com essas escolas foram muitas, primeiro devido ao pouco conhecimento que tinha a respeito da cultura diferenciada Guarani, na organização escolar, no relacionamento professor e lideranças, na definição dos conteúdos a serem discutidos na escola, as questões culturais, as relações interculturais, as faltas constantes do professor, a falta de recursos, os preconceitos, entre outros.

As dificuldades, as reflexões me levaram a pensar numa escola indígena como um espaço privilegiado de experiências pedagógicas alternativas que valorizassem a autonomia da comunidade e que conquistassem espaços culturais próprios inserindo sua língua, sua tradição, sua história, sua arte, seu conhecimento, sua organização social, sua crença, sua sabedoria. Considerava que estes seriam os elementos importantes para constituir o currículo dessas escolas, mas colocar em prática essas idéias era um abismo de dificuldades, a questão é, como? Será que é essa a escola que eles querem?

Nessa caminhada, muitas dúvidas e indagações se apresentaram, tais como: qual o currículo mais adequado? O que é necessário para as crianças indígenas aprenderem sem que tenham interferência significativa do não índio na sua cultura, ou seja, no seu modo de viver? Como acontece a educação das crianças nas aldeias? No âmbito da educação escolar indígena, até que ponto ela está sendo bilíngüe, intercultural, diferenciada e específica? Quais os anseios, as expectativas dos Guarani com relação à escola? Quais as relações dos Guarani com a escola na aldeia?

As indagações aumentavam cada vez mais, em cada discussão na aldeia, em reuniões pedagógicas, em visitas às escolas, em cursos com os professores índios e não-índios que atuam nessas escolas. As conversas, as reuniões, as leituras sobre o assunto, as angústias, as observações sempre levavam para as questões: como vai se constituir essa escola? O que os Guarani querem para sua escola? Por que os Guarani querem escola na aldeia?

Durante esses anos trilhei vários caminhos. Discuti com eles as seguintes questões: a construção do currículo, conteúdos científicos, planejamento educacional, projeto político-pedagógico, legislação, bilingüismo, alfabetização, etno-matemática, produção de material didático, questões sobre a diferença, questões culturais, questões da identidade, questões antropológicas, questões históricas, alcoolismo, pesquisa científica e outros. Essas discussões ocorreram em reuniões pedagógicas, encontros com a comunidade, reuniões de planejamento com educadores e lideranças, capacitações organizadas pelo NEI/SC e Secretaria de Estado, na ação docente no curso de formação e ainda em encontros informais nas visitas de assessoria,

Na busca de respostas às indagações e dúvidas, pretendo, nesta pesquisa, investigar e analisar as falas e as expectativas dos pais, dos mais velhos, das crianças e dos jovens Guarani, identificando referências sobre os processos próprios de ensino aprendizagem sugeridos por eles, as necessidades e os anseios desse povo na construção da escola e na organização de seu currículo. Esta dissertação constitui um esforço de superação das dúvidas relacionadas às indagações.

As pesquisas realizadas na área educacional indígena Guarani, e em especial no Estado de Santa Catarina, ainda são reduzidas, isto porque a educação escolar Guarani oficial e diferenciada tem uma história muito recente. Percebe-se a importância da pesquisa junto aos Guarani, motivo que me levou a investigar as expectativas e o que querem para a sua escola de Ensino Fundamental inserida na comunidade e o que essa escola representa. Por que ela faz parte das suas vidas? A proposta é centrar o olhar nas vozes desse povo sobre a escola em sua aldeia, tomando como campo de pesquisa a aldeia indígena M'Biguaçu -TEKOÁ Yynn Moronti Wherá - localizada em São Miguel, Biguaçu/SC.

A pesquisa desenvolveu-se a partir dos seguintes objetivos: discutir, através das falas e dos olhares Guarani, os significados atribuídos à escola na aldeia para a organização e construção do currículo; problematizar os desenhos e as vozes das

crianças, para compreender o que eles preconizam para a sua escola; conhecer as vozes dos Guarani (lideranças, jovens, adultos) para compreender as suas relações e anseios referentes à constituição da escola específica, diferenciada, bilíngüe e intercultural; observar o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na escola pesquisada focalizando a organização escolar e as relações estabelecidas.

O processo de pesquisa desenvolveu-se na linha de pesquisa Movimentos Sociais e Educação, constituindo-se uma investigação voltada para a área de educação escolar indígena no Estado de Santa Catarina, para compreender os movimentos da educação escolar indígena e a educação indígena Guarani. Posteriormente, ampliou-se para a compreensão das relações interculturais e multiculturais estabelecidas na aldeia em estudo para chegar aos anseios dos Guarani para a constituição da escola dentro da aldeia. Buscou-se o estudo dos clássicos e outros pesquisadores da área na atualidade.

Cabe aqui esclarecer o que entendo por educação escolar indígena e educação indígena.³ Educação escolar indígena é toda e qualquer ação que envolva a instituição escolar. Por outro lado, a educação indígena é toda ação educacional tradicional na aldeia estabelecida nas relações entre os mais velhos, entre as pessoas no cotidiano de suas vidas, desde o nascimento até a morte. Entende-se que, neste estudo, as duas educações se confundem e se interligam em muitos os momentos. As relações educacionais tradicionais vêm até a escola e a escola vai até o cotidiano da aldeia, numa via de mão dupla, como afirma o professor Wanderley, a educação Guarani é o jeito prático de aprender, de ligar o pensamento “para refletir aquilo que vem, aquilo que vai”. Talvez aqui fique uma pergunta: que nome atribuir a essa relação de aprendizagem numa aldeia Guarani?

³ Aurores que discutem a questão: Meliá (1979); Meliá (1999); Silva & Grupioni (1995); Collet (2003); Veiga e Salanova (2001).

O plano teórico passa pelo conhecimento da análise, da reflexão e da discussão das diferentes concepções de diversos autores sobre o tema em questão, a saber: Egon Shaden, que discute os aspectos culturais dos Guarani no Brasil; Bartomeu Meliá, que desenvolve discussões acerca dos Guarani e os processos próprios de educação realizados no interior das aldeias; Curt Nimuendaju, que discute fundamentos da religião, questão esta fundamental na cultura do povo em estudo; Sílvio Coelho dos Santos, antropólogo que escreve sobre os índios em Santa Catarina; a professora Cássia Ferri, que defendeu sua tese de doutorado discutindo o currículo das escolas indígenas e o Núcleo de Educação Indígena de Santa Catarina – NEI/SC; os vários autores do livro: A temática Indígena na Escola, tais como: Aracy Lopes da Silva, organizadora do livro, que discute questões da educação escolar indígena, e Antonella Maria Imperatriz Tassinari, antropóloga e professora da UFSC, que discute a diversidade cultural; Maria Ines Ladeira, antropóloga que estuda os Guarani e o seu território; Melissa Santana de Oliveira, que defendeu sua dissertação sobre infância, educação e religião entre os Guarani da aldeia em estudo; Reinaldo Matias Fleuri, que discute a educação intercultural e multiculturalismo.

Os autores e atores que convivi no período da pesquisa de campo foram os meus interlocutores que pronunciaram as palavras, as vozes que contribuíram para compor o formato deste estudo. Esses foram os Guarani da TEKOÁ Yynn Moronti Wherá ou Aldeia M'Biguaçu que descrevo abaixo iniciando pela família do mais velho e liderança indígena de renome.

Alcindo Moreira (Wherá Tupã) – 95 anos⁴, líder religioso, um KARAÍ respeitado pelos Guarani, a maioria dos residentes na aldeia têm laços de parentesco com ele. Casado com Rosa Mariani Cavalheiro (Poty Djá) (81 anos), segundo eles, há mais de

⁴ A idade, principalmente dos mais velhos, difere dos dados registrados nas certidões de nascimento, adotei as idades expressas por eles.

60 anos que estão juntos. Ela também é líder religiosa feminina, uma KUNHA KARAÍ. O casal tem os seguintes filhos: Augustinho Verá Moreira (45 anos), residente numa aldeia no Rio Grande do Sul, professor Guarani pioneiro naquele estado e aluno do Programa de Formação realizado no Estado de Santa Catarina, que tratarei com mais detalhes no decorrer deste estudo. Roseli Moreira (44 anos), que no ano de 2004 mudou-se para outra aldeia. Os outros são todos residentes na aldeia em estudo, que são Santa Moreira, Fátima Moreira, Helena Rosa Moreira, Sônia Verá Moreira, Geraldo Moreira, Wanderley Cardoso Moreira.

Santa Moreira (43 anos) vive na aldeia com seus filhos: Anderson Moreira (10anos) , Elisiane Moreira (11 anos), Ricardo Moreira (16 anos), Scheila Moreira (13 anos), Tânia Gonçalves (8 anos) e Tainara Moreira (3 anos).

Roseli Moreira, mãe de alunos, a primeira moradora da aldeia juntamente com seu marido Milton Moreira, que foi cacique. Mãe do cacique Hyral. Filhos do casamento com Milton: Kátia Moreira (20 anos), professora e aluna no Programa de Formação e mãe de Samanta Moreira Antunes (3 anos); Márcia Moreira (18 anos) aluna da escola; Ailton Moreira (15 anos), aluno da escola.

Fátima Moreira (38 anos), mãe de aluno, aluna no EJA e merendeira da escola, casada com Nilton Moreira (37 anos). Filhos alunos da escola: Fabiana Moreira (14 anos), Adailton Karaí Moreira (11 anos) e Francieli Moreira (8 anos)

Sônia Verá Moreira (37 anos) é encarregada de preparar os alimentos para seus pais e cuidar deles, mãe de Marcelina Moreira (8 anos), aluna da escola. Seu companheiro é o Adércio Natalino – 26 anos, liderança e coordenador do coral.

Helena Rosa Moreira (35 anos), casada com Adelino Gonçalves (28 anos), agente de saúde. O casal tem os seguintes filhos: Maiara Gonçalves Moreira (um ano), Marilânia Gonçalves (7 anos), Marilene Gonçalves (9 anos), Marlon Gonçalves (3 anos).

Geraldo Moreira (30 anos), professor, liderança e aluno no Programa de Formação, casado com Natalia Morinico (33 anos). A sua Família: Dalila Moreira Taquá (7 anos), Daniela Moreira (11 anos), Danila Moreira Taquá (9 anos), Guilherme Moreira Morinico (um ano) e Patrícia Moreira (15 anos), sendo esta apenas filha de Natália, mas adotada pelo Geraldo que a cria como filha.

Wanderley Cardoso Moreira (25 anos), professor e aluno no Programa de Formação, casado com Rosana Barbosa (14 anos), aluna da escola, mora há pouco tempo na aldeia. O casamento aconteceu no final do ano 2005, primeiro casamento no ritual tradicional Guarani realizado pelo seu Alcindo na OPY.

Hyral Moreira (29 anos), cacique, filho de Roseli Moreira com um JURUÀ, neto do seu Alcindo e casado com Celita Antunes (30 anos), que se identifica como mestiça de Xetá com Guarani. O casal tem dois filhos: Alan Delon Antunes Moreira (6 anos) e Aline Antunes Moreira (7 anos).

Lourdes Moreira – 62 anos, antiga moradora e irmã de Milton Moreira. Sua família: Edilson, Edson, Nathany e Rosana.

Recentemente chegou na aldeia, em busca de tratamento e melhores condições de vida, a família de seu Graciliano Moreira (41 anos), irmão de Alcindo Moreira e casado com Lúcia Moreira (40 anos), pais de: Adriana Moreira (23 anos), professora e aluna no Programa de Formação, mãe da Patrícia Moreira Antônio (4 anos); Ademilson Moreira (16 anos), Sérgio Moreira (18 anos), Letícia Moreira (2 anos), Roberto Moreira (5 anos), Tatiana Moreira (8 anos), Wilson Moreira (13 anos), Andrea Moreira (20 anos) e seu filho Adriano Moreira(4 anos).

Marcos Moreira (23 anos), professor e aluno no Programa de Formação, morava no Rio Grande do Sul e veio, recentemente, morar nesta aldeia para ficar mais próximo aos rituais tradicionais e em busca de melhores condições de vida. Também queria ficar mais próximo de sua família. Marcos é sobrinho de Alcindo.

Na seqüência, apresento os demais alunos da escola. Amanda de Almeida Santos (7 anos), Brenda Martins Antunes (12 anos), Fabiana Gonçalves (6 anos), Jone Gonçalves (12 anos), Bruna Indiapyré da Silva (7 anos), Eduarda Antunes Alves (8 anos), Silvana Ostroski Antunes, Sidiane Ostroski Antunes (11 anos), Silmar Ostroski Antunes (18 anos), Caleb Vieira (9 anos), Dayane Antunes de Souza (9 anos), Ederson Verá Antunes de Souza (7 anos).

Para maiores informações, estará, em anexo, o documento fornecido pela FUNASA, com a lista completa dos moradores da aldeia, sendo que alguns não foram interlocutores diretamente envolvidos, por isso, não os cito aqui.

Este estudo está organizado em três capítulos. No primeiro, realizo uma sucinta abordagem histórica sobre a educação escolar indígena focalizando a educação escolar indígena em Santa Catarina. Nesta perspectiva, procuro compreender os movimentos das organizações indígenas no intuito de localizar subsídios para a discussão sobre a organização da escola indígena Guarani. No segundo capítulo, apresento considerações a respeito da história da aldeia e da escola em estudo buscando identificar o Jeito Guarani. No terceiro capítulo, trato da análise das vozes Guarani sobre a escola na aldeia, evidencio a entrevista com seu Alcindo, a liderança mais respeitada pelos Guarani e a análise dos desenhos das crianças. Por fim, para concluir, teço as considerações finas que apontam possíveis subsídios para a organização da escola indígena Guarani.

Esta pesquisa pretende contribuir para e na formação de educadores cujo trabalho esteja diretamente envolvido com a educação escolar indígena Guarani, assim como na formação de uma concepção de currículo, e aponte subsídios para a implementação de políticas públicas que visam à garantia do direito à diferença cultural do povo Guarani e ao direito à escola específica pensada por eles.

A pesquisa ganha relevância tendo em vista o momento histórico de respeito e valorização dos povos indígenas e o crescente aumento de sua população. É um

exercício de diálogo com pessoas que têm uma visão de mundo própria, falante de outra língua, sendo que alguns poucos dominam a língua portuguesa e pautam suas relações por códigos e valores distintos, apesar de conviverem com a sociedade não-indígena.

CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

Esta dissertação é fruto de uma relação de trabalho como educadora e pesquisadora que venho desenvolvendo com os Guarani há nove anos e há seis anos com os Guarani da Aldeia M'Biguaçu. Durante este período, participei de diversas situações como: cursos de capacitação para os professores, docente no curso de formação em magistério, reuniões pedagógicas nas escolas, visitas de orientações e acompanhamento à ação dos professores em sala de aula, festas nas escolas, visitas de intercâmbio com escolas não índias, apresentações do coral em eventos, visitas às casas de alguns familiares, caminhada na mata com alunos, professores e líder religioso para uma aula de ervas medicinais, atividades de inauguração das escolas, cerimônias religiosas e atividades de plantio na roça.

A partir do meu ingresso no mestrado em 2004, passei a direcionar o meu olhar para a observação das falas dos Guarani sobre a escola. Busquei em minhas anotações as questões referentes ao assunto e levantei diversas perguntas que me inquietavam com relação à educação escolar indígena guarani, para assim delinear a questão de pesquisa.

Optei por investigar a aldeia onde está localizada a Escola Indígena de Ensino Fundamental WHERÁ TUPÃ POTY-DJA partindo de observações, entrevistas e experiências vividas porque, nos últimos seis anos, as atividades desta escola fizeram parte do meu trabalho de educadora responsável pelo acompanhamento às escolas indígenas da região da Grande Florianópolis.

Todas as atividades realizadas e as observações foram registradas em um diário de campo que se tornou um instrumento valioso nesta pesquisa. Dada a diversidade do campo, os registros dos momentos observados e dos comentários feitos serviram para as análises no momento de releitura dos registros para compor os significados atribuídos por eles sobre a escola na aldeia. Permitiu-me identificar, a partir dos acontecimentos cotidianos e dos seus discursos questões significativas que apontavam para o **Jeito Guarani**.

Ao longo destes anos, busquei estabelecer um diálogo com a comunidade para obter respostas às minhas indagações, como também contribuir para a construção da escola que atendesse aos interesses e necessidades dos Guarani, para que a escola atentasse às questões que eles mesmo estavam apontando. Afinal, que questões seriam essas?

Estabeleci uma relação de respeito, facilitando a minha aceitação em campo, sendo sempre bem recebida e tive a honra de ser convidada para participar de cerimônias religiosas e festividades da aldeia. Algumas vezes saí do trabalho de campo com presentes nas mãos doados pelos meus interlocutores.

No período de janeiro a julho de 2005, realizei um trabalho de campo intenso no qual adotei como metodologia um estudo de caso, privilegiando a observação participante, entrevista semi - estruturada, desenhos das crianças e conversas informais, procurando registrar no diário de campo o que me foi dito e o que observei, desenvolvendo, assim, uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. (BOGODAN E BIKLEN Apud LÜDKE, 1986: 13)

Com a preocupação de pensar o processo de ensino-aprendizagem no contexto cultural indígena Guarani, ouvir as pessoas envolvidas para compreender as suas expectativas e as suas relações com a escola na aldeia foi fundamental.

Quanto aos procedimentos de investigação e aos métodos de coleta, utilizei entrevista para captar as informações e interpretações do grupo pesquisado e observação direta das atividades, complementando com análise das mesmas desenvolvidas pelas crianças, tais como, desenhos que revelem a sua relação com a escola, realizados na aldeia e ou na própria escola.

O trabalho de campo, como uma investigação empírica realizada no local onde ocorre a questão a ser observada, foi sendo construído nas relações estabelecidas com os sujeitos da pesquisa. À medida que a pesquisa foi tomando corpo, o problema investigado foi se modificando e adotando novos caminhos a serem seguidos para melhor explicar a realidade.

Ao investigar as crianças, os jovens, os pais, os mais velhos, me preocupei com a alteridade e o que eles falavam: “Trata-se de abrir o olhar ao estranhamento, ao deslocamento do conhecido para o desconhecido, que não é só o outro sujeito com quem interagimos socialmente, mas também o outro que habita em nós mesmos.” (SOUZA e FLEURI ,2003: 69)



FIGURA 2 - Indígena Guarani trabalhando na aldeia M'Biguaçu - Foto: arquivo da pesquisadora

CAPÍTULO I

1 MOVIMENTOS INDÍGENAS E EDUCAÇÃO

Como os marinheiros sonhavam com a Índia, arriscando a vida num oceano cheio de monstros mitológicos e regido por poderes incontroláveis, chamaram de “índios” os primeiros homens que aqui encontraram. (GAMBINI, 2000:41)

Na época da colonização, muitos índios se encontravam nesta terra, hoje chamada de Brasil, muitos morreram no contato por doenças trazidas pelos não-índigenas ou mesmo mortos pelos colonizadores. As informações sobre a situação contemporânea dos índios são insuficientes, portanto, constatei estimativa diversa acerca da população indígena e línguas faladas no Brasil. No passado, havia cerca de 6 milhões de indivíduos e falando mais de 1300 línguas. Hoje, estima-se que haja mais de 220 povos e 180 línguas e dialetos nativos e uma população de aproximadamente 500 mil índios, ocupando centenas de aldeias, distribuídos em 24 estados da Federação, conforme consta no documento do MEC, outros autores apresentam estimativas como: Guimaraens (2003); Junqueira (1999); Ricardo (1995); Silva (1988) (...)

Pesquisas arqueológicas comprovam a presença dos Guarani no litoral de Santa Catarina há mais de mil anos.⁵ Com as escavações para a duplicação da Br101, em maio de 2005, foram encontrados vestígios arqueológicos que registram a presença dos Guarani na região de Imbituba/SC há aproximadamente 1200 anos. As escavações continuam e os estudos também, aguardam-se novas informações, estima-se que confirme a presença dos Guarani no litoral por um tempo mais remoto.⁶ Há estimativas

⁵ Ver em Aguiar (2001: 32) escavações do arqueólogo Marco Aurélio Nadal de Masi no Porto do Rio Vermelho, Ilha de SC e Darella (2004:80-81)

⁶ Fonte: jornal do almoço – RBS/TV

de que a população Guarani neste continente era, no mínimo, de dois milhões de pessoas. Atualmente, são cerca de 70 mil residindo no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, sendo, no Brasil, em torno de 35 mil indivíduos (CTI, 2004).

Quando os colonizadores chegaram no litoral, encontraram a grande nação Guarani. São os mesmos Guarani estabelecidos desde a Barra de Cananéia até o Rio Grande do Sul, estes formam o maior contingente populacional étnico do país. Podem ser encontrados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Ao longo da história de colonização, constato que os povos indígenas, e especialmente os Guarani, passaram por quatro situações de relacionamentos com os europeus que por aqui aportaram. De acordo com relatos, os primeiros contatos foram amistosos, devido à necessidade de sobrevivência dos náufragos,⁷ que se utilizaram dos indígenas para conhecerem as novas terras. Conforme afirma Aguiar (2001), o navegador Cabeza de Vaca, quando passou por Santa Catarina para ir a Assunção em 1541, relata como foi bem recebido pelos Guarani. As navegações foram aumentando e a população européia por aqui ficando, mantendo um contato pacífico com os Guarani, os europeus viam nesse povo a possibilidade de mão-de-obra escrava. Iniciou-se então, a captura dos índios para torná-los escravos e mercadoria na mão dos primeiros colonizadores. Na medida em que os colonizadores foram avançando sertão adentro, ocupando as terras habitadas pelos indígenas, esses se tornaram ameaça para os colonizadores e precisavam morrer. Ocorreram grandes conflitos que foram marcantes. Os colonizadores querendo ocupar a terra, e os povos indígenas querendo defender seu território e sua família. Nesse movimento de resistência, conquista e luta, surge a figura dos bugreiros que caçavam os indígenas para garantir a segurança dos

⁷ Silvio Coelho dos Santos relata no livro: Nova história de SC, que os primeiros a aportarem a Ilha de SC foram 11 homens náufragos. Ver mais detalhes (1995:17)

colonizadores, chegando a matar aldeias inteiras. Essas matanças só foram superadas, no início do século XX, com a criação do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), órgão criado para abafar as denúncias internacionais sobre os maus tratos e genocídio indígena neste país. Segundo Guimarães (2002:30), criaram povoações onde seriam estabelecidas as escolas primárias e agrícolas com aulas de música, oficinas, máquinas e utensílios agrícolas para beneficiar os produtos cultivados.

Não se localizou registro da população existente no período dos primeiros contatos no atual estado. De acordo com Santos (1989:12), há relatos de que, no início do século XVII, a população indígena no litoral de Santa Catarina era de cerca de 100 mil pessoas. Calcula-se, atualmente, que no Estado tenha uma população aproximada de 10.600 indígenas vivendo em 40 aldeias (acampamentos em terras tradicionais e às margens da BR 101, terras indígenas oficialmente demarcadas e outras ocupações) em regiões próximas ao litoral, no Vale de Itajaí e no oeste do Estado. Subdivididos em três grupos étnicos e três línguas diferentes: Xokleng, Kaingang e Guarani. Os Guarani estão espalhados em 35 aldeias⁸, sendo quatro em terras indígenas dominadas pelos Kaingang e Xokleng.

Nos anos 70, conforme Santos (1975: 88), havia cerca de 10 indivíduos vivendo acampados no Morro dos Cavalos no município de Palhoça/SC e mais três famílias vivendo na periferia de Florianópolis. A população Guarani nas aldeias é flutuante. É comum encontrá-los em visita aos parentes. Não são considerados nômades, eles têm uma característica peregrina, estão sempre a caminho, em constante migração e muitas dessas migrações são em busca da terra sem males (YVY MARA EY), o paraíso mítico Guarani, um local ideal para realizar o seu TEKÓ (sistema), habitando uma TEKOÁ⁹

⁸ Dados extraídos do documento do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), 2004.

⁹ “Tekoá: água limpa, área de mato, certo isolamento e terra fértil para o plantio”. Guimarães, 2003:24. Lugar onde podem manifestar sua verdadeira maneira de ser.

(terra onde o “branco” não chegou), uma terra que permita a vida dentro do NHANDÉREKÓ (modo de ser Guarani)

Abro um parêntese para comentar sobre a tão propalada terra sem males. Litaiff (1996:130) afirma que: “a terra sem mal é tema polêmico, não só entre os etnólogos, como também entre os próprios Guarani”. Cadogan (1997), em seus estudos, afirma que o mito tem uma origem mítica própria dos Guarani anterior ao contato, já Shaden (1974) diz ser fruto da aculturação religiosa devido ao convívio com os jesuítas. Clastres (1978) reforça as teses clássicas salientando que as migrações são de natureza intrínseca à cultura Guarani. A terra sem mal tem vários sentidos e explicações, mas consideramos próximo ao consenso o que afirma Guimaraens (2003:24), o último destino desejado por um Guarani é: “atravessar o mar, pois além dele está a terra sem males, um paraíso mítico que se pode alcançar em vida, desde que se cumpram as determinações divinas transmitidas pelos pajés”. A terra sem males se refere ao paraíso, lugar de vida eterna, lugar onde tudo cresce e nada morre, situado sempre a leste onde nasce o sol, lugar onde possam fazer sua agricultura, receber seus parentes, viver em paz com sua família, caçar, pescar, fazer seu artesanato e coletar seu remédio na floresta sagrada, um lugar onde possam manifestar sua verdadeira maneira de ser. Quando indaguei a seu Alcindo (líder religioso) sobre a questão, respondeu que é o lugar onde ele mora, considera que é uma TEKOÁ que permite viver o NHANDERÉKÓ e pronunciar as belas palavras e não quis comentar mais sobre o assunto. Vários autores se dedicaram ao tema como: Cadogan (1997), Clastres (1978), Schaden (1969 e 1974), Ladeira (1992), Mello (2001), Meliá (1989), Nimuendaju (1987) Bergamachi (2005) entre outros.

Em 1996, foi realizado um mapeamento da situação dos Guarani no Estado de Santa Catarina,¹⁰ revelando que, no Morro dos Cavalos – Palhoça/SC, residiam 72 pessoas Guarani, sendo a área identificada pela FUNAI, localizada no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro com 121,8 ha, ocupada por uma família até 1994 e em 1995 vieram para o local famílias provenientes de Massiambu, Argentina e Itajaí. No referido mapeamento na aldeia de São Miguel no município de Biguaçu/SC, residiam 39 pessoas Guarani, área de aproximadamente 42ha. em fase de identificação. Essa aldeia foi formada em 12 de outubro de 1987, seus moradores vieram do Morro dos Cavalos(SC), Nonoai(RS), Superagui(PR), entre outros, esse local abrigava um antigo acampamento para turistas de propriedade do Turing, sobre esta, aprofundar-me-ei posteriormente por ser a aldeia de estudo desta pesquisa.

Atualmente, na região da Grande Florianópolis estão aldeados por volta de 300 índios Guarani distribuídos em três aldeias, apenas uma demarcada e homologada com 58 hectares, sendo a aldeia deste estudo. A do Morro dos Cavalos encontra-se em processo de homologação, esperando a assinatura do Ministro da Justiça para oficializar a demarcação. Ainda não foi assinado por falta de vontade política, tanto do governo estadual como federal. (Fig.5)

Na narrativa¹¹ de Milton Wherá Mirim (Milton Moreira), na época Cacique da Aldeia M' Biguaçu, em seus manuscritos percebe-se a sua percepção da história oral de seu povo na Ilha de Santa Catarina

[...] índios na Ilha de Santa Catarina, não tinha contato com os “brancos”, a medida que avançaram nos contatos, muitos morreram de tuberculose,

¹⁰ Ver mapeamento da situação dos Guarani no Estado de Santa Catarina – Museu Universitário. Florianópolis, 1996

¹¹ Narrativas é a arte da palavra. “Contando, o narrador, a pessoa que narra ou conta, constrói uma seqüência de cenas, de acontecimentos que é um tipo de discurso oral.” (FRANCHETTO, 2003:27)

bronquite e outras doenças trazidas pelos “brancos” e com as matanças feitas pelos “conquistadores da Ilha”. (...) Foi somente a partir de 1942 que os índios foram aparecendo pouco a pouco na região de Palhoça junto com os colonizadores. Desses índios Guarani, já granfilhos¹² destes índios Guarani-karijó, que vieram a ser nossos pais, restam só nós atualmente. A partir de 1978, começamos a procurar um lugar para ficar, até que encontramos um lugar aqui no Bairro São Miguel, município de Biguaçu. Estamos neste lugar desde 12 de outubro de 1987. Nós somos os últimos dos índios Guarani-karijó que ainda falamos o nosso idioma nato¹³.

Moreira, na sua narrativa, que é um modo singular de contar e justificar fatos e acontecimentos, produziu uma imagem sobre as várias explicações que ouviu ao longo de sua vida, para tentar explicar do seu jeito a sua história. Mas constata-se, ao realizar uma busca histórica, que as épocas explicitadas em sua narrativa não correspondem aos fatos históricos e tempos históricos, exceto a data do povoamento da aldeia. É difícil alinhar cronologicamente as narrativas, pois os discursos são gerados a partir da concepção do tempo própria a cada grupo. Há registros de que a ocupação do referido Morro dos Cavalos deu há mais de sessenta anos, tornando-se uma referência Guarani, um ponto de parada dos parentes que por ali passam para chegar ao sul ou ao sudeste.

As sociedades indígenas possuíam seu próprio sistema educacional que merece ser pesquisado, podendo servir de referência para a educação escolar nacional. Não precisavam da escrita para a comunicação ou garantir seus direitos e exercer a cidadania. Na medida em que seus direitos foram expropriados, suas terras invadidas, foram obrigados a criarem novas estratégias de sobrevivência. Os indígenas são sujeitos que buscam construir o seu destino pautado nas discussões coletivas. Ao que tudo indica, nas relações que estabelecem com os não-indígenas pretendem conhecer,

¹² Segundo Milton Moreira: “os meus filhos são os primeiros dos terceiros que chamo granfilhos, ou seja, a última geração dos Mbyá Pain.”

¹³ Extraído do texto escrito por Milton Wherá em 15.02.89, transcrito e publicado na home-page: www.highrisemarketing.com/djweb/história).

saber tudo sobre eles, sobre a língua portuguesa, mas produzir a sua própria história. Isto significa adentrar a cultura da sociedade não-indígena, se apropriar do que lhes interessa, mas não permitir que esta interfira na sua cultura tradicional.

Como suporte para a reflexão histórica utilizo as afirmações de Ferreira (2001) e Grando (2004), que apresentam o perfil da educação escolar indígena no Brasil em quatro fases. Ferreira (2001) ressalta que, em certos momentos, uma fase se sobrepõe à outra, mas cada uma indica novas orientações. As autoras diferem apenas na quarta fase, em que Ferreira determina seu início em 1980 e Grando em 1990. Do meu ponto de vista, a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que foi o marco para o início da quarta fase, e penso que na atualidade se vive uma quinta fase, que explicitarei posteriormente.

O processo educacional escolarizado para com os indígenas inicia-se com a chegada dos jesuítas em 1549, sendo um marco na história colonial do Brasil. Estes, mestres detentores do saber, exemplos de virtude e moralidade. Humanistas por excelência, de acordo com o espírito da idade média. Buscavam a disciplina, impedindo a iniciativa e a criatividade, zelando pela submissão, pelo respeito ao mestre como o dono do saber. Reuniram milhares de indígenas em comunidades, com o objetivo de efetivar o projeto de integração colonial de catequizar e civilizar os índios, para integrá-los. Foram hábeis nas suas ações. Mas os Guarani, estrategicamente, participavam das missões, mas assim que os jesuítas foram expulsos, imediatamente esse povo retornou às matas e buscou recuperar a sua cultura tradicional e reelaborar novos conceitos. Muitos autores discutem esta questão como: Gambini (2000:152), Santos (1975), Silva (1988), Meliá (1979), Brandão (1994) (...).¹⁴

¹⁴ Segundo Gambini (2000:48), Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, destacava a obediência e a disciplina como as principais virtudes. Quando Dom João III, em 1548, enviou Tomé de Souza, o primeiro Governador Geral, e permitiu a vinda dos padres Jesuítas para o Brasil, definiu em um

As atitudes dos jesuítas foram dúbias com relação aos índios quando por um lado se posicionaram contra a escravização, por outro, confinaram os mesmos nos seus aldeamentos cristãos obrigando-os a abandonarem o seu modo de viver e substituindo suas crenças pela crença cristã. Além de os submeterem a grandes aglomerados sujeitos às doenças, epidemias trazidas principalmente pelos europeus, causa de muitas mortes. Sabe-se que o propósito dos jesuítas não era destruir os indígenas, mas o resultado de sua política foi desastroso.

A educação escolar indígena permaneceu a cargo dos missionários católicos de diversas ordens até o fim do período colonial. No período Imperial, os princípios de catequese e civilização continuam inalterados. Com a Constituição de 1823 e com o Ato institucional em 1834, reafirmam esses princípios para a educação dos indígenas. No período republicano, também continua inalterado o panorama da educação escolar indígena. (Silva & Azevedo, 1995). Outras ordens religiosas como evangélicos e protestantes também se encarregam da tarefa educacional para os indígenas.

A educação escolar indígena experimenta uma segunda fase, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que formula uma política menos desumana alegando uma preocupação com a diversidade lingüística e cultural dos povos indígenas (FERREIRA, 2001:74). Esse órgão cria Posto Indígena espalhado por todo o país. Em alguns postos foi instalada uma escola e, na sua maioria, a professora era a esposa do chefe do posto, normalmente professores sem qualificação que reproduziam os conhecimentos obtidos na escola formal. Vivia-se a idéia de integração na política indigenista e que teve continuidade com a substituição pela FUNAI em 1967, persistindo até os anos 80. A FUNAI realiza convênio com o SIL (*Summer Institute of*

documento o papel da Companhia de Jesus que deveria ser: catequese, proteção da liberdade dos índios, educação e aldeamento dos nativos. No mesmo documento estabeleceu as prioridades para o Governador, que são: servir a Deus e à fé católica, promover o lucro do Império e enobrecer a terra e sua gente, tudo para fortificar e enriquecer a Coroa.

linguística)¹⁵ para a formação dos monitores bilíngües, que tem seu início nos anos 70. Os monitores utilizavam cartilhas com filiação ideológica religiosa evangélica. Em 1973 é votada a Lei nº 6.001 (Estatuto do Índio), sendo uma regulamentação da legislação brasileira sobre os aspectos jurídicos e administrativos sobre os indígenas. Destaco o artigo 47 que “assegura o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas” e, no artigo 49, recomenda a alfabetização na língua do grupo. Mas o artigo 50 afirma que a educação será orientada para a integração nacional. Portanto, o Estado brasileiro continua pensando uma escola para os índios que tornasse possível a sua homogeneização e integração. A FUNAI celebra vários convênios com missões religiosas delegando a instituições estrangeiras o dever da tutela para que atuem no campo educacional, saúde e assistência comunitária. (FERREIRA, 2001:86)

A escola indígena experimenta uma terceira fase que pouco difere da segunda em alguns aspectos. Situa-se em meados dos anos 70 quando esse quadro dá início de mudanças a partir das lutas e mobilizações indígenas e de entidades não-governamentais. Silva (1995), Ricardo (1995), Santos (1995). “Até a promulgação da atual Constituição Federal, essas escolas obedeciam às diretrizes pedagógicas de cunho integracionista emanadas dos órgãos indigenistas, que desprestigiavam a cultura nativa, enfatizando o idioma e os valores da sociedade dominante”.(Santa Catarina, 2002)

No final dos anos 70 surgem as ONGs voltadas para a defesa da causa indígena como: Comissão Pró-índio de SP (CPI/SP), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI). A igreja católica, na tentativa de mudança de postura com

¹⁵ SIL chega no Brasil também com cunho civilizatório e religioso, fundado em teorias linguísticas ultrapassadas e com objetivos de tradução da Bíblia. (Silva&Azevedo, 1995:151) Somente em 1970 a FUNAI realiza convênio.

relação aos indígenas, cria, para prestar serviço à educação escolar indígena, duas organizações: a Operação Anchieta (OPAN) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Os indígenas criaram suas organizações, entre elas se destacou a União das Nações Indígenas (UNI). Várias universidades também se engajaram e passaram a contribuir. Diversas experiências alternativas de educação foram desenvolvidas nas áreas indígenas. (FERREIRA, 2001:87)

Até então, a escola constitui-se como tradicional e na sua maioria vinculada a uma organização religiosa que se limitava à homogeneização de comportamentos necessários para integrar os indígenas à sociedade não índia. Uma educação centrada no professor que deveria transmitir conhecimentos a seus alunos, sem considerar a sua cultura e a língua materna, ignorando as suas diferenças. Após muita luta dos movimentos indígenas e ONGs que culminaram com a Constituição Federal de 1988, algumas conquistas se tornaram realidade. Os movimentos permanecem até hoje e os avanços ainda são pequenos, mas progressivos.

Na década de 90, então, após a constituição que assegura direitos humanos e sociais e o direito à escola diferenciada, começam a aparecer projetos alternativos para a educação escolar indígena. Intensificam as discussões sobre a questão caracterizando a quarta fase. Só a Constituição não bastou para concretizar e garantir o direito dos povos indígenas e, do meu ponto de vista, vive-se atualmente uma quinta fase que considero de grande avanço. Considero que esta fase tem seu início no período pós LDBEN 9394/96. Período em que os indígenas começam a incorporar e reivindicar escolas nas aldeias e participar da sua organização baseados na legislação vigente imprimindo a cara indígena na maioria das escolas. Surgem as discussões e implementação de programas de formação específica e diferenciada de educadores indígenas. E mais recentemente a formação em nível superior na área de licenciatura, que muito pouco avançou no país, mas há experiências em andamento nos estados de Mato Grosso, Roraima e Minas Gerais. Constata-se um crescente aumento das escolas indígenas, conforme dados do Censo Escolar/INEP de 2005, no Brasil são 2.324

escolas, 9.100 professores, sendo 88% indígenas e 164.018 alunos. Segundo os dados, nos últimos três anos a educação escolar indígena cresceu cerca de 40%.

Final da década e até os dias de hoje intensificam-se as legislações referentes à educação escolar indígena a partir da LDBEN nº 9.394/96, buscando a autogestão da escola indígena.

De acordo com Monte (1996 apud PC/SC, 1998), os indígenas,

nos últimos anos, têm aumentado a pressão da sociedade civil organizada e das organizações indígenas, fazendo com que o estado brasileiro crie normas reguladoras das políticas dirigidas a estas populações.

As lutas dos povos indígenas não são recentes, desde o início do contato, no período colonial, sempre lutaram para manter suas tradições utilizando diversas estratégias. “Os Guarani desenvolveram vários mecanismos para preservar suas tradições culturais e religiosas, garantindo sua reprodução como povo e etnia”. (GUIMARAENS, 2003:23) Foram e continuam hábeis nessas estratégias. No período colonial era a luta pela sobrevivência. Alguns fugiam para o interior e lugares distantes dos não-índios, outros, entretanto, enfrentavam diretamente os ataques que resultavam muitas vezes em extermínio. Realizavam ainda “resistências veladas”³ aceitando as imposições dos dominantes para manter vivo o seu povo. Muitos povos sucumbiram na resistência devido à pressão ser maior que suas forças.

A história do índio Guarani é composta por uma luta pela sobrevivência física e cultural. Foram caçados para servir de escravos, persuadidos a lutar como soldados em frentes de batalhas entre portugueses e espanhóis, reduzidos em missões religiosas ou assassinados por imigrantes que queriam suas terras.(AGUIAR, 2001:38).

³ Expressão de Silva (1988: p.33-34)

Apesar de tudo isso, os Guarani chegam ao século XXI numa situação de miséria, mas lutando, resistindo como bravos guerreiros em busca da sua terra boa para viver e a manutenção dos traços culturais Guarani. Mas, com relação a ter escola, até recentemente, não fazia parte da sua luta. Somente quando perceberam que a escola poderia ser um instrumento de luta para atingirem os seus objetivos. No seminário “Terras Indígenas no Litoral”, que teve como objetivo elaborar um documento pela demarcação das terras Guarani, ocorrido na aldeia Morro dos Cavalos em Palhoça/SC em fevereiro de 2005, o índio Maurício da Aldeia Itapuã assim se pronunciava: “Há vinte anos atrás o Guarani não tinha condições de falar com o “branco”, agora, nós temos condições de falar, de buscar os nossos direitos.” (Diário de campo, 22.02.2005). Neste evento, percebi que os indígenas Guarani que se pronunciaram foram lideranças mais velhos e os professores das escolas das aldeias presentes, sendo alguns destes também caciques das aldeias. Os depoimentos mostram a importância que hoje atribuem à escola como instrumento de luta, local onde se aprende a linguagem dos “brancos” e as suas leis.

A existência de políticas públicas de educação escolar indígena, pautada pelo esforço de respeitar e valorizar a diferença cultural, é uma conquista muito recente do movimento indígena. Por conta das lutas travadas, passa-se a reconhecer o direito desses povos a terem suas práticas sociais e visões de mundo respeitadas, valorizados e reconhecidos, o direito à diferença.

A previsão de extinção e desaparecimento dos indígenas não se concretizou, pois eles provaram capacidade de sobrevivência. Percebe-se que os próprios indígenas Guarani na antigüidade também acreditavam nisso e orientavam o seu povo no sentido de garantir a sobrevivência física e cultural do grupo étnico, comprovado pela fala de seu Alcindo (liderança religiosa da aldeia em estudo) que explicitarei no capítulo III. Os avanços constitucionais fundamentaram-se no reconhecimento dessa capacidade de sobrevivência. Nesse movimento não se pode negar a aculturação e a mestiçagem, consequência do contato, mas não deixaram de se identificar como indígenas.

A mudança da responsabilidade da educação escolar indígena da FUNAI para o MEC representou apenas, num primeiro momento, a transferência de atribuições, mas pouco a pouco, com as regulamentações e legislações, é que esse quadro foi tomando corpo. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina (SED/SC) passaram a se envolver mais diretamente nas discussões sobre a questão educacional indígena somente nos anos de 1991 com o Decreto nº26, de 04 de fevereiro de 1991, que trata das atribuições governamentais na articulação de um programa nacional integrado de educação indígena sob a responsabilidade do MEC com a coordenação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

No âmbito do governo federal, foi constituído um Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena no MEC, com o objetivo de conduzir o início do processo de elaboração da política nacional de educação indígena. E para o âmbito do governo estadual foi incentivada a criação do NEI (Núcleo de Educação Indígena).

Merece destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), o Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas coordenado pelo Comitê de Educação Escolar Indígena formulado em 1998, a Resolução 03/99 do CNE (Conselho Nacional de Educação) que fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e o Parecer 14/99, também do CNE, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena. Instituiu-se a Comissão Nacional de Professores Indígenas no MEC, empossados 13 professores indígenas titulares, 13 professores suplentes representantes das diversas regiões do país. Neste mesmo ano, a Lei nº 10.172, a qual institui o Plano Nacional de Educação que inclui a educação indígena como modalidade de ensino, lança os referenciais para a formação de professores indígenas. Por fim, o Decreto Presidencial 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção 169 da OIT.

A educação escolar indígena começa a ganhar importância política e institucional, dando visibilidade a essas populações. Atualmente, as políticas públicas de valorização da educação escolar indígena no MEC ganham destaque com a criação da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) e a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena e a garantia de recursos específicos no Orçamento do Governo Federal – PPA 2004/2007.

Existe densa legislação garantindo os seus direitos dando respaldo à escola indígena diferenciada. Na prática, esse caminho apenas iniciou o seu percurso. Há um distanciamento entre a distribuição de recursos e a ação, uma vez que o MEC detém os mesmos e as secretarias são as executoras, os recursos se perdem ao longo do caminho. Não há uma clara distribuição de responsabilidades, há a necessidade de regulamentação e definição de recursos específicos para as secretarias de estado, principalmente para: formação de professores, produção de material didático diferenciado e construção de escola. O recurso está no orçamento da educação sem definição e fica na dependência da vontade política de cada governante.

A política de buscar assegurar um modelo de educação escolar indígena capaz de atender os anseios das etnias passou a ser desenhada ao longo dos últimos anos no Estado de Santa Catarina por conta do empenho do NEI/SC e os educadores envolvidos, que a cada início de novo governo precisam imprimir estratégias para dar continuidade às ações diferenciadas. Sem contar que as chefias são substituídas e precisam tomar conhecimento da questão e muitas vezes vêm carregados de preconceito questionando as ações e impedindo a liberação de recursos.

A educação escolar indígena vista como instrumento de resistência e luta dos povos indígenas não se consolida somente com a organização escolar diferenciada e sim conforme afirma Silva (1993:4), “a educação escolar deve ser praticada no interesse de cada grupo indígena e com a valorização de seus etnoconhecimentos já na elaboração e na execução dos projetos de escola”.

Hoje há uma abertura para as escolas indígenas com a autonomia de criarem seus processos próprios de ensino e aprendizagem e produzirem sua própria história. Conquistaram o direito à diferença, à interculturalidade, ao bilingüismo e à especificidade. Com tudo isso as dificuldades são imensas, necessita de muita discussão, de organização, compreensão, de recursos e basicamente vontade política.

A escola indígena em processo de construção, no discurso, considera a criança e a sua comunidade como sujeitos ativos, participativos do processo de ensino-aprendizagem. Tem o papel de socializar os conhecimentos historicamente sistematizados pela humanidade, bem como valorizar a cultura tradicional indígena respeitando os princípios preconizados na legislação, buscando o diálogo com a comunidade para a construção e reformulação do projeto político pedagógico e, ainda, possibilitando as condições necessárias para a busca de conhecimentos de acordo com suas necessidades e interesses. Na prática, esse discurso ainda está distante de se concretizar efetivamente.

Na educação integracionista, assimilacionista que pretendia integrar a sociedade não-indígena e miscigenar as populações, e na homogeneização cultural, havia claramente a intenção de extinção das populações indígenas. Como esses povos resistiram, não restou outra alternativa se não o reconhecimento multicultural, a possibilidade intercultural de respeito à diferença, respeito à diversidade cultural e ao bilingüismo. Santos (1970); Silva e Grupioni (1995).

Nos últimos 20 anos, a tônica da discussão da educação escolar indígena, principalmente na América Latina, é a educação intercultural e bilingüe, princípio básico para a educação escolar indígena explicitado por Monte (1997:131). As relações estabelecidas com a sociedade não-indígena foram marcadas pela assimilação cultural, exploração sócio-econômica e hegemonia política, mas os movimentos, já citados anteriormente, vêm provocando transformações significativas convergindo para a intercultural, o bilingüismo e pelo respeito à diversidade cultural. A educação

diferenciada desenvolve-se num contexto de conflitos com o objetivo de superar as relações de hegemonia presentes hoje nas instituições escolares.

Educação intercultural no mundo atual é um desafio tanto para as escolas indígenas quanto para as não-indígenas. O termo interculturalidade está presente nas discussões sobre educação escolar indígena, sendo um dos princípios enfatizados na LDBEN. Quando se refere ao tema educação indígena, este termo é reforçado no Referencial Nacional Curricular para as Escolas Indígenas (RCNEI) produzido pelo MEC. A LDBEN preconiza o direito à educação intercultural para os povos indígenas, e pergunto: o que vem a ser isso, no mundo globalizado que a sociedade brasileira vem vivenciando? Quais as relações interculturais estabelecidas nas escolas indígenas?

As propostas educacionais interculturais vêm se consolidando ao longo da história como política pública para as minorias tanto na Europa, Estados Unidos, América Latina e especialmente no Brasil.

Nos anos 70, segundo Collet (2003), a noção de interculturalidade passou a ocupar lugar nos debates sobre educação, quando a diversidade étnica e cultural passou a ser preocupação nos países desenvolvidos. A partir daí vem se constituindo ampla discussão sobre as temáticas interculturalidade e multiculturalidade. Questões complexas e polêmicas quando se trata da constituição da escola indígena. Esses debates se intensificam nos anos 80 com a ebulição dos movimentos sociais organizados em busca dos direitos sociais, exigindo reconhecimento, respeito às diferenças culturais, abrindo espaço para as minorias excluídas das políticas públicas. Falteri (1998), Flecha 1996: 42 apud Silva (2003:27), Azibei (2003). Souza e Fleuri (2003.), Collet (2003).

A educação intercultural vista como instrumento de inclusão das minorias, atribuindo-lhes o poder de autogestão da escola numa perspectiva do domínio dos códigos culturais da sociedade não-indígena para reivindicarem seus direitos de cidadãos brasileiros. Atento para o fato de que essa escola não se feche em um gueto,

excluindo-os, em vez de incluí-los. “[...] autores estão chamando a atenção para o fato de que, antes de haver diferença, o que existe é desigualdade, e que esta não está sendo contemplada nos projetos de educação diferenciada”.(COLLET, 2003:183)

Quando utilizo o conceito intercultural, estou me referindo às relações entre pessoas de culturas diferentes, isto representa uma educação baseada em atitude de respeito e valorização do outro, num conjunto de processos a partir de interações entre as culturas, possibilitando o relacionamento entre as mesmas, motivando novos conhecimentos e novas formulações, mas conservando identidades próprias.

Ouvir os anseios da comunidade indígena possibilita o redirecionamento da prática pedagógica dos educadores em constante reformulação. Na perspectiva intercultural, manter o diálogo entre as culturas é um elemento agregador dos conteúdos tradicionais. Inegavelmente há uma relação de reciprocidade e cruzamento intercultural. Como Roseli Moreira dizia na entrevista, “a aldeia não é um país”. (Diário de campo, 17.01.2005)

1.1 Educação Escolar Indígena em Santa Catarina

Conforme mencionado acima, existiam escolas nas aldeias criadas e orientadas pelos órgãos de proteção aos índios. Na região Sul, segundo Santos (1975:53) a escolarização sistemática nos postos indígenas inicia na década de 40. Em 1942 foi instalada uma escola no Posto Indígena de Ibirama, atualmente é uma Escola Indígena de Educação Básica Estadual que atende alunos da etnia Xokleng. Anteriormente houve tentativas de missionários com o objetivo de catequizar, além das experiências com os jesuítas e alguns leigos a fim de educar os “silvícolas”¹⁶, como eram chamados os indígenas naquela época.

¹⁶ Expressão utilizada por Santos (1975) para se referir aos indígenas.

Somente a partir dos anos 60 o governo do estado cria por decreto, em 1963, as primeiras escolas indígenas, de forma regular na rede estadual de ensino funcionando de acordo com os padrões estabelecidos para todas as escolas estaduais, sem considerar as diferenças étnicas.

Até a promulgação da atual Constituição Federal, essas escolas obedeciam às diretrizes pedagógicas de cunho integracionista emanadas dos órgãos indigenistas, que desprestigiavam a cultura nativa, enfatizando o idioma e os valores da sociedade dominante. (Santa Catarina, 2002).

Nos anos 70, Santos (1975: 58) desenvolveu uma pesquisa na região Sul e constatou¹⁷ que a FUNAI mantém escola em todos os postos indígenas, dando continuidade à prática tradicional do antigo SPI. Todas essas escolas “[...] obedecem ao padrão da escola isolada do ambiente rural brasileiro. [...] Um professor pode dar aulas para todos os alunos, independente de seu grau de adiantamento ou diferenciação de idade, ao mesmo tempo”.

O referido autor afirma ainda que a alfabetização acontecia apenas em língua portuguesa e que a organização da escola era decidida pelos órgãos oficiais para manter o quadro de dominação, portanto, essa escola contribuía para estimular a submissão dos indígenas.

Essas unidades se valem de uma programação de ensino comum àquela destinada aos componentes da sociedade não-indígena que vive na área rural, e utiliza, de modo geral, professores precariamente qualificados e desconhecedores da realidade sociocultural dos grupos que estão a servir. (SANTOS, 1975:82)

Vinte anos após a pesquisa de Santos (1975), Cássia Ferri (2000) afirma que a situação das escolas indígenas no Estado de Santa Catarina permanece inalterada e que, das 24 escolas existentes em 1997, 23 trabalhavam em regime de classes multisseriadas e, em 1999, das 26 escolas existentes, 24 continuavam com a mesma

¹⁷ Ver mais detalhes em Santos (1975: 53,54)

organização. “[...] constata-se que as escolas indígenas em funcionamento no Estado de Santa Catarina, excetuando a questão da língua indígena, têm no formato dos programas, no sistema de seriação, no rol de conteúdos mínimos, na organização espaço - temporal, na hierarquia entre professores e orientadores, a marca da escola padrão”. (FERRI 2000: 120),

Atualmente, as escolas, na sua maioria, ainda adotam o sistema multisseriado, das 29 escolas, duas oferecem a Educação Básica (Xokleng e Kaingang), duas com Ensino Fundamental completo (Xokleng e Guarani) e as 25 restantes oferecem apenas o Ensino Fundamental até as séries iniciais, o número de alunos atendidos é cerca de 1676. Aproximadamente 200 alunos indígenas freqüentam outras escolas da rede estadual de ensino. São 168 educadores atuando nessas unidades e, desses, 149 são indígenas, na sua maioria com ensino médio completo ou em conclusão e alguns cursando nível superior. Desses, 37 educadores são Xokleng e Kaingang, possuem a habilitação em magistério específico, e 24 Guarani estão em formação no “Programa de formação para educação escolar Guarani das regiões Sul e Sudeste do Brasil”. Curso este promovido pela Secretaria de Estado da Educação¹⁸ em parceria com a FUNAI e outras secretarias estaduais de educação que tratarei mais adiante com mais detalhes. Hoje em dia são dez escolas indígenas específicas para os Guarani funcionando no litoral e interior do Estado.

A Secretaria de Estado da Educação (SED/SC) assumiu, a partir de 1993, a gestão educacional das escolas indígenas através da Comissão Estadual de Educação, criada pela Portaria nº16207/93 (Santa Catarina, 2002). Diante da necessidade de posicionamento frente às exigências nacionais, a Secretaria de Estado da Educação, por meio da Diretoria de Ensino Fundamental e Médio, publica um documento básico

¹⁸ Dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação.

com as Diretrizes ¹⁹ Gerais da Educação Indígena para o Sistema Estadual de Educação. Este documento encaminhava para questões significativas como: dotação orçamentária específica, assegurar a especificidade das escolas quanto ao currículo e conteúdos, criação de acervos culturais específicos, a formação de professores, entre outros. (FERRI, 2000:28)

A Educação Escolar Indígena efetivamente começa a ser debatida na Secretaria de Estado da Educação com as discussões para a estruturação do Núcleo de Educação Indígena (NEI/SC) “responsável por propor diretrizes educacionais e executar ações com a finalidade de efetivar uma proposta de educação que contemple os princípios da especificidade e diferença, interculturalidade e diferença” (PC/SC, 1998). Foi criado em 16 de outubro de 1996 pela Portaria nº E/417/1996 sob a coordenação da Diretoria de Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação.

A partir da criação do NEI/SC, iniciam-se as ações sistemáticas para a efetivação dos objetivos e metas propostos pelo núcleo, entre eles as capacitações sistemáticas para professores que atuam nas escolas das aldeias e a formação magistério específico para os indígenas nas três etnias residentes no Estado (Xokleng, Kaingang e Guarani), tendo como prioridade a discussão de um modelo curricular que atenda a especificidade, sem negar-lhes o conhecimento da sociedade não-indígena. Ao longo da história, várias outras ações foram desencadeadas, surgiram conflitos, conquistas, avanços e retrocessos, muita discussão e aprendizagem.

Com a criação do NEI/SC, considero um marco referencial para os avanços e conquistas da educação escolar indígena em Santa Catarina. Num período de dez anos, quando se iniciaram as discussões das políticas públicas para o tema em questão, sucessivamente legislações foram aprovadas, cursos criados, capacitações

¹⁹ Ver FERRI, 2000:28 – documento na íntegra.

ocorreram, encontros e seminários aconteceram, escolas indígenas foram inauguradas e comissões de discussão foram criadas ano após ano, porém, com muito trabalho, discussão e luta dos educadores membros do NEI/SC juntamente com os indígenas e interlocuções com ONGs, Instituições de Ensino Superior e Instituições Governamentais.

Merece destaque a criação da primeira Escola Estadual Indígena Guarani de Santa Catarina, localizada no município de Palhoça, com o nome atribuído pelos indígenas da referida aldeia como: Escola Estadual Indígena Ka.akupé. A escola iniciou suas atividades no mês de março de 1995, em classe multisseriada, com caráter de escola diferenciada e bilíngüe. Esta escola foi criada atendendo uma solicitação encaminhada pela Orionópolis, uma ONG, sediada no município de São José/SC, e pela comunidade indígena apresentando como justificativa as dramáticas condições de vida em que estão sendo submetidos e que não conseguem mais sobreviver sem a presença da sociedade não- indígena, ou seja, dos não-índios e dos bens de consumo dos mesmos. A terra ficou pequena demais para o plantio, o mato está escasso e animais existem cada vez menos. Não conseguem mais viver o seu TEKÓ, o seu sistema.

Em 1996 foi promovido, pela Secretaria de Estado da Educação, o primeiro “Curso de capacitação para professores envolvidos com a educação escolar indígena de Santa Catarina”. Teve a participação dos representantes das Secretarias de Educação dos municípios que possuem escolas nas áreas indígenas, técnicos da secretaria de estado, professores indígenas e não-indígenas das escolas com alunos indígenas. A partir daí institui-se um programa de formação que visa estimular os professores indígenas a organizarem, de forma coletiva, uma proposta curricular que incluía calendário escolar, metodologia de ensino, conteúdo, formas de avaliação e produção de material didático, ou seja, o projeto político-pedagógico da escola indígena.

Em reunião geral, é aprovado o Regimento Interno do NEI/SC e iniciam as reuniões sistemáticas de discussão sobre a educação escolar indígena e a elaboração do documento básico para a Proposta Curricular do Estado. Ampliando as discussões, pela primeira vez, ocorre em Santa Catarina, o “I Fórum de Debates sobre a Educação Escolar Indígena da Região Sul”, com a participação dos representantes dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Este evento serviu para estabelecer um panorama da educação escolar indígena na região Sul e promover troca de experiências e o surgimento de novas propostas e encaminhamentos.

Devido à necessidade de contratação de professores indígenas para as escolas e diante da realidade de não habilitação dos mesmos, iniciaram-se as discussões no NEI/SC para solicitar autorização, junto ao Conselho Estadual de Educação, à criação do Curso Supletivo de Ensino Fundamental e Médio para capacitação, qualificação e titulação com currículo diferenciado para professores indígenas. Após ampla discussão, este é aprovado pelo Parecer nº217/98 de 09/06/98, do CEE (Conselho Estadual de Educação) para a complementação da grade curricular do Ensino Fundamental, Supletivo Modularizado dos Centros de Educação de Adultos de Chapecó, Xanxerê, Rio do Sul e Florianópolis, com qualificação para o magistério, incluindo na parte diversificada a língua indígena, metodologia de ensino e cultura indígena atendendo as três etnias residentes no Estado. A parte diversificada aprovada não foi implementada. Atualmente, alguns desses alunos estão concluindo o ensino médio, outros concluíram o ensino fundamental e abandonaram os estudos. E outros ainda ficaram pelo caminho. Há também os que optaram por retomar os estudos freqüentando o ensino regular nas escolas da aldeia.

Uma outra conquista foi a aprovação, em regime especial, do Curso de Ensino Médio de Habilitação para o Magistério pelo Parecer nº 248/98 do CEE, que se destinou à formação de professores Kaingang e Xokleng. Não foi possível formar uma turma Guarani por falta de candidatos, pois, naquele momento, algumas aldeias Guarani ainda discutiam se queriam escola ou não e outros não tinham escolaridade mínima

para acompanhar os estudos. Em julho inicia-se o “Curso de Formação e Habilitação de Professores de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental para o Contexto Xokleng e Kaingang”.

Tem início as discussões acerca do currículo para escolas indígenas com o “Curso construção de um currículo diferenciado para educação escolar indígena”. Sucessivas reuniões com as comunidades e educadores afloraram para a elaboração do documento que comporia a Proposta Curricular do Estado. Documento este publicado em 1997. Em uma das reuniões pedagógicas que participei ocorrida na Escola Indígena Ka.akupé, seu Augusto Silva, na época cacique daquela aldeia, afirmava: “Não temos mais a nossa farmácia, não temos mais nossos alimentos, porque plantamos nossas sementes e não colhemos (...) precisamos da nossa terra para poder sobreviver (...) nós queríamos viver longe dos “brancos”. O desabafo de um velho índio que solicita escola para as suas crianças pela necessidade de sobrevivência e convívio de seu povo com os não-indígenas.

As escolas indígenas de Santa Catarina foram estadualizadas em 1999, por solicitação e encaminhamento do NEI/SC, para que todas tivessem assessoria e capacitação aos educadores coletivamente. E a Secretaria de Estado da Educação incluir todas as escolas indígenas nas políticas públicas. É uma atitude política que dá um impulso para as escolas indígenas.

Pela primeira vez, em 1999, educadores envolvidos com a educação escolar indígena se encontram para discutir a questão no I Seminário: “Subsídio para a Prática Pedagógica de Educação Escolar Indígena da Região Sul” com o objetivo de mapear uma Avaliação da Educação Escolar Indígena da Região Sul e discutir a implementação da Resolução 03/99 do CEE e formação de professores.

No mesmo ano aconteceu o “I Fórum Catarinense sobre as Questões Indígenas”. Foram apresentados documentos ao Governador com diversas reivindicações. As três

etnias (Xokleng, Kaingang e Guarani), da Reserva Indígena Duque de Caxias, apresentaram, entre outras reivindicações, as que tratam da educação, a saber:

“- O Governo do Estado deve incentivar e apoiar a formação de profissionais indígenas em nível superior (medicina, enfermagem, agronomia, pedagogia), mediante a concessão de bolsas de estudo e garantia de vagas especiais nas universidades e a contratação futura desses profissionais. – A concessão de três bolsas de estudo para três estudantes indígenas que já estão cursando universidades em Blumenau e Itajaí. – O Estado deve promover um programa de melhoria da merenda escolar nas escolas da Área Indígena e ainda contratar uma merendeira para cada uma das escolas.”

Os Guarani das aldeias do Estado apresentaram a seguinte reivindicação:

“A educação nas nossas aldeias acontecem na opy, no trabalho, nas atividades diárias. A educação escolar deve ser uma ajuda para nós compreender o mundo do branco, para que não sejamos prejudicados e enganados para melhor lutar, saber negociar, exigir direitos etc.

- *A educação escolar deve ser bilíngüe e a alfabetização primeiro em Guarani;*
- *A escola deve ser diferente da oficial; os professores devem ser Guarani e devem respeitar os costumes e as tradições do povo Guarani;*
- *Todas as decisões de como deve funcionar a escola terá que ser discutida com a comunidade,*
- *A escola deve ensinar a história do povo Guarani para as crianças, para garantir a continuidade da memória e da cultura Guarani;*
- *Ter troca de experiência entre as várias escolas Guarani, com o objetivo de ter uma escola indígena Guarani;*
- *Que as escolas Guarani sejam reconhecidas oficialmente.”*

Percebe-se que as reivindicações apresentadas, neste momento histórico, são: a necessidade da escola para a compreensão da sociedade não-indígena, a autonomia da escola respeitando os costumes e tradições, a alfabetização na língua materna, contemplar no seu currículo a história Guarani para garantir a memória. Nas suas falas,

na atualidade, reafirmam essas solicitações que vêm sendo contempladas pela escola que existe hoje, como descrevo no Capítulo III.

No ano de 2000, no dia 19 de abril, é inaugurada a primeira escola indígena de educação básica – EIEB. Cacique Vanhkre na Terra Indígena Xaçecó, no município de Ipuacu/SC, que atende a etnia Kaingang. Neste mesmo ano, destaco mais dois acontecimentos importantes para o desenvolvimento e valorização da educação escolar indígena no Estado, que são: o II Seminário: “Subsídios para a Prática Pedagógica de Educação Escolar Indígena da Região Sul” e “Curso de capacitação para professores que atuam na escola indígena para elaboração de material didático”, sendo desencadeadas as discussões para a produção de material didático específico com o

Durante o ano seguinte ocorreu a primeira experiência em produção de material didático específico. Foram produzidos com textos e ilustrações criados pelos professores indígenas 09 títulos bilíngües (A Grande Caçada, Povo Kaingang: Como Vivia E Como Vive Hoje, Comidas Kaingang, Ervas Medicinais Utilizadas Pelos Kaingang, Káxo Ymãguare, Nhamhembóe Nhandeaylvu Py, Gãr Kanhgág, Van Zi Tõ Ebén Ki Aklég Ne Vã, Kaingang Ag Vi Rã, Vãnhkala Jó Kabel), publicados pela Secretaria de Estado da Educação e distribuídos nas escolas indígenas.

Um marco importante para as futuras discussões sobre a educação escolar indígena no Estado foi a realização do “I Encontro de Educação Escolar Guarani da Região Litoral Sul” com a participação de lideranças indígenas. Foram longos dias de debates entre os Guarani que resultaram num documento que apresento o na íntegra por ter se tornado uma referência para as ações do NEI/SC até os dias de hoje para a educação escolar indígena para o povo Guarani.

I Encontro de Educação Escolar Guarani da Região Litoral Sul

Praia do Morro das Pedras, Florianópolis-SC

27 a 31 de agosto de 2001

!) Os Guarani querem escola?

Os Guarani que aqui estão reunidos entendem que deve haver escola nas aldeias que já discutiram e querem. Deve ser respeitada a decisão de cada comunidade que não quer escola.

2) Por que os Guarani que optaram por ter escola em suas comunidades, decidiram dessa forma?

Para que o indígena Guarani seja alfabetizado em sua própria língua e em português.

Para aprender a ler e escrever bem e então escrever a sua própria história.

Porque é importante que não se perca a própria história.

Para o resgate da cultura tradicional que pode estar se perdendo.

Para aprender o necessário para a sobrevivência física e cultural, não mais que o necessário.

3) Em que prejudica a escola normal do não- índio hoje?

Porque pode mudar a mentalidade dos jovens, porque a educação Guarani é feita com respeito e para ter bom comportamento. A escola do branco é entendida, pelos indígenas que não querem escola, como voltada só para o dinheiro.

Porque os Guarani já têm seu sistema próprio de educação. Por exemplo, as avós (xejaryi)²⁰ ensinam as crianças quando se faz artesanato, pesca, faz opy. Tudo isto é educação.

4) O que os Guarani esperam da escola?

Esperam que seja um espaço de conscientização e valorização da cultura Guarani, considerando comparativamente a matemática, a geografia, a botânica, os mitos, a ciência e a história do Guarani. Os mais velhos, que conhecem bem a cultura, devem ser professores e também participar da formação dos jovens.

²⁰ Esta é outra forma de escrita –tche djary(avó) adotada pelos meus interlocutores.

As secretarias e os órgãos responsáveis devem providenciar ajuda de custo ou salário para o velho desenvolver sua atividade e deve haver rotatividade de professores velhos.

A escola deve ter um benefício prático, profissionalizante e conforme a necessidade da comunidade que definirá as formações. Por exemplo: enfermeiro, merendeira, técnico agrícola, professor e outros com currículo específico e visando a autonomia dos Guarani.

Que o curso seja curto, por exemplo, com formação até a 4ª série, esteja formado e com uma profissão. Que o professor de 1ª e 2ª série seja Guarani e ele mesmo dê aula. O curso deve ser específico e diferenciado para a formação de professores Guarani.

Em todas as ações das secretarias, as comunidades devem ser consultadas. Que haja bolsa-escola específica para os alunos.

DOCUMENTO PRODUZIDO PELOS REPRESENTANTES DAS ALDEIAS:

Ilha da Cotinga, Morro da Paca, Cerco Grande, Sambaqui e Karugua (PR)

Tiaraju, Tarumã, Jabuticabeira, Pindoty, Araçá, Navegantes, Biguaçu, Morro Alto, Massiambu, Morro dos Cavalos, Marangatu e José Boitex (SC)

Varzinha, Figueira, Estiva, Canta Galo e Campo Molhado (Barra do Ouro) (RS).

Neste encontro reafirmam a preocupação com a extinção da cultura tradicional e acreditam que a escola poderá contribuir para resgatar traços culturais perdidos e manter e reafirmar os existentes, considerando os velhos como professores. Há uma contradição, pois, pelo que parece, os jovens já não querem mais ouvir os mais velhos e, para as lideranças, a escola na aldeia poderá ser um espaço para garantir a memória Guarani, porque a escola do “branco” contribui para mudar a mentalidade dos jovens. “A educação Guarani é feita com respeito para ter bom comportamento”. Para eles a escola é um espaço de conscientização e valorização da Cultura Guarani. A escola serve apenas para “aprender o necessário para a sobrevivência física e cultural, não

mais que o necessário”. Apontam como currículo considerar “comparativamente a matemática, geografia, botânica, mitos, ciência e história Guarani”. Devido à necessidade de ter outros profissionais na aldeia, reivindicam cursos profissionalizantes de curta duração. Algumas das reivindicações solicitadas neste documento foram atendidas, outras estão em discussão e outras ficaram no esquecimento.

Outras questões que considero conquistas dos indígenas deste estado foram: a promoção do concurso público para professores Kaingang e Xokleng para o ingresso nas escolas indígenas, a Formatura da primeira turma do Curso de Formação e Habilitação de Professores de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental para o Contexto Xokleng e Kaingang e a autorização do Curso de Formação e Habilitação para Professores Guarani pelo Parecer nº 295, de 11 de junho de 2002, do CEE. Este Curso, no qual sou docente, teve seu início em meados do ano de 2002. Como a demanda de alunos Guarani era insuficiente para formar uma turma, o NEI/SC, juntamente com a FUNAI, buscaram parcerias para oferecer o curso para professores Guarani de outros estados.

No ano seguinte, concretizam-se as parcerias com os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro e foi atribuído um nome ao curso com a participação dos representantes indígenas, que ficou denominado como “Programa de Formação para Educação Escolar Indígena Guarani das Regiões Sul e Sudeste do Brasil – KUAA-MBO’E - conhecer e ensinar”. O curso tem seu reinício em novembro de 2003, com 72 alunos. No ano seguinte, o Estado do Paraná aumenta o número de alunos para a formação com o compromisso de recuperar as discussões ocorridas nas etapas anteriores e hoje o curso conta com 82 alunos divididos em duas turmas. Observe-se que em 1999 não ocorreu o curso de formação para os Guarani por falta de alunos e hoje há uma demanda além do esperado. Somente do Estado de Santa Catarina são 30 alunos.

O referido curso foi autorizado como Experiência Pedagógica com uma metodologia diferenciada e regime especial de funcionamento. Está vinculado a uma escola estadual apenas para a certificação. Tem como objetivo habilitar os professores Guarani em nível médio. Compõem a estrutura Curricular as disciplinas da base comum que têm como intuito trabalhar de forma articulada as metodologias de ensino e pesquisa e a didática de ensino para as séries iniciais. Na parte diversificada, as questões culturais Guarani serão abordadas a partir de eixos temáticos e, na parte profissionalizante, os fundamentos e a legislação da educação e educação escolar indígena. A carga horária total para o curso é de 4000 horas distribuídas em momentos presenciais intensivos centralizados, intensivos descentralizados e não presenciais na comunidade com assessoria e acompanhamento da equipe pedagógica. A cada etapa o curso vai sendo formatado de acordo com a realidade e os eixos temáticos definidos a partir de discussões com os alunos, equipe pedagógica e administrativa.

Para dar mais visibilidade aos indígenas e valorização ao seu artesanato, ocorreu uma Exposição no Palácio do Governo, organizada pela FUNAI e Secretaria de Estado da Educação, intitulada “Cultura Indígena: um marco da sobrevivência histórica”, sendo que as escolas indígenas da Grande Florianópolis e seus respectivos corais marcaram presença. Os indígenas tiveram a oportunidade de mostrar e vender o artesanato. Na oportunidade, havia indígenas de outros estados também mostrando a sua diversidade no artesanato. As relações multiculturais empreendidas neste evento serviram para reafirmar identidades. Neste mesmo ano ocorre a capacitação para os educadores que atuam na área de educação escolar indígena no Estado promovido pelo MEC.

A “Formação Continuada de Professores – Programa Parâmetros em Ação para a Educação Escolar Indígena”, promovido pelo MEC, foi mais um evento que possibilitou aos educadores, profissionais que desenvolvem a assessoria às escolas indígenas, uma ampla discussão com consultor do MEC referente às metas para a educação escolar indígena no que compete ao Estado no Plano Nacional de Educação.

Os indígenas participam ativamente apresentando e defendendo as suas propostas nas discussões para elaboração dos Planos Municipal e Estadual de Educação garantindo um capítulo sobre a questão como no Plano Nacional.

Em 2005 iniciam-se as discussões referentes à resolução sobre educação escolar indígena para o Estado de Santa Catarina. Será um grande avanço para as populações indígenas deste Estado se as reivindicações das etnias forem atendidas na sua especificidade.

Com base nos preceitos constitucionais e nas Diretrizes do MEC, que apontam para a elaboração de um currículo para a escola indígena específica, intercultural, diferenciada e bilíngüe, a SED/SC, no sentido de elaborar diretrizes educacionais que preservem a cultura e as tradições dos povos indígenas, no que se tange à implementação de um programa de educação que atenda aos anseios das comunidades indígenas de Santa Catarina, bem como a formação dos educadores, orientou todas as ações nos pressupostos do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas e no documento Educação Escolar Indígena, que integra a Proposta Curricular de Santa Catarina – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares.

O documento que integra a Proposta Curricular do Estado considera fundamental a formação dos indígenas para atuarem nas suas próprias escolas.

Propõe que o currículo, entendido como toda organização da escola: seus conteúdos, a forma como são distribuídos, os períodos letivos, o material didático, entre outros aspectos, seja discutido e elaborado em parceria com a comunidade indígena. (PC/SC, 1998)

Embora existam alguns avanços, tanto em nível nacional, quanto estadual, referentes à educação escolar indígena, ainda há muito o que discutir e avançar. “Crê-se ser possível, a partir dos princípios da interculturalidade, bilingüismo, especificidade e diferença apontar algumas possibilidades para um currículo que, de fato, atenda as necessidades da escola indígena”.(PC/SC, 1998)

Cada comunidade em particular elabora o seu projeto político pedagógico definindo sua organização escolar, sua seleção de conteúdos, seus procedimentos didáticos, suas metodologias, seus sistemas de avaliação, seus tempos escolares e outros com a assessoria e acompanhamento de educadores da Secretaria de Estado da Educação considerando os objetivos e metas estabelecidos nas discussões no NEI/SC.

Para tanto, trabalha-se na perspectiva de construção desse currículo diferenciado com os professores que atuam nas escolas indígenas, na concepção de aprendizagem sócio-histórica ou sócio-interacionista, a partir da prática desenvolvida nessas unidades escolares e da contribuição da comunidade indígena. Com toda discussão que vem acontecendo, ainda se têm muitas dúvidas, muitos questionamentos sobre que escola deve ser essa. Sabe-se que seu encaminhamento está dirigido para ser discutida e definida pelas próprias comunidades onde estão inseridas e mediadas pelos professores e coordenadores. Sabe-se, também, que sua estrutura, ainda é vinculada às normas do sistema estadual que inúmeras vezes não atende aos interesses da comunidade, como, por exemplo, o calendário escolar que prevê o início do ano letivo para 01 de fevereiro, mas a Secretaria não libera a contratação dos professores.



FIGURA 3 - Crianças na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Wherá Tupã Poty Dja

Foto: arquivo da pesquisadora

CAPÍTULO II

2 A ALDEIA M'BIGUAÇU - TEKOÁ YNN MORONTI WHERÁ E O JEITO GUARANI

MBORAI DJAUPI
Nhamandu odjere...
Nhande yvapÿtepy...
Odjapÿtchaka...
Mborai djaupi...
Nhanderu oê'ndu aedjavi djavire
Odjapÿtchaká, odjapÿtchaká.²¹

Procuro descrever neste capítulo a aldeia em estudo, buscando identificar o Jeito Guarani, a história da aldeia, da escola e sua organização.

2.1 Histórico da Aldeia M'Biguaçu

A história de ocupação desta terra, pelas famílias que ali residem, é muito recente. Os primeiros moradores instalaram o acampamento em 1987, portanto, próximo a vinte anos de ocupação por esta família extensa, mas se caracteriza como terra tradicional, hoje demarcada e homologada.

²¹ Vamos cantar
O sol gira...
Chega no centro da terra...

Escuta....

Vamos cantar...

Nosso pai, escutai a nossa voz

Implorando pelo seu perdão

Escuta, escuta.(coral nuvem azul)

(Fonte: Yvy tchi ovy - Grupo Nuvens Azuis – Compct Disc – Digital áudio GNA 01 CD 2003 – Polo Industrial de Manaus)

2.1.1 Trajetória dos primeiros moradores

Considero necessário contar um pouco sobre a história de vida de Milton Moreira Wherá e sua esposa Roseli Moreira Takuá, primeiros moradores da aldeia M'Biguaçu, conforme narrativa dos mesmos, registrada no diário de campo.

Num belo dia de sol de janeiro de 2005, sentados em pequenos bancos, debaixo de uma árvore e à beira de um fogo de chão, elemento tradicional dos Guarani, iniciei a conversa com o casal. Tentarei explicitar a seguir, em linhas gerais, a história contada por eles. Roseli Moreira Takuá (1956), filha de Alcindo Wherá Moreira (1911) e Rosa Moreira Mariano (1923), nasceu em Cunhaporã/PR, moraram em Treze Tilhas/SC, Cacique Double/RS e depois para Morro dos Cavalos. Milton Moreira Wherá (1961), filho de Júlio Moreira e Isolina Moreira, nasceu no Morro dos Cavalos, moraram em Rio dos Bugres/SC, Tijucas/SC, São José/SC na região de Barreiros e depois Morro dos Cavalos. Após a união dos dois, perambularam por vários outros lugares até instalarem-se em São Miguel, município de Biguaçu/SC, local onde construíram a aldeia M'Biguaçu, chamada por eles de Tekoá Yynn Moronti Wherá (Terra de águas cristalinas). Por treze anos Milton viveu longe do seu povo morando com uma família não-índia. Certo dia resolveu retornar para junto de seu pai que estava solitário, suas irmãs haviam casado. Como viviam apenas seu pai e suas irmãs no Morro dos Cavalos, seu pai perdeu o contato com os parentes Guarani. Milton tomou a decisão de sair à procura de seus parentes Moreira. Peregrinou por vários lugares no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Soube notícias de que seus parentes poderiam estar morando em Cacique Double/RS. E para lá se dirigiu cheio de esperanças. Caminhando por uma longa estrada, avistou uma carroça carregada de milho e, pelos traços físicos daquelas pessoas que conduziam a embarcação, percebeu que estava perto do seu destino, eram índios Guarani. Pararam para cumprimentá-lo e saber para onde estava indo e ele disse que procurava por seus parentes Guarani na aldeia Cacique Double. Seus interlocutores afirmaram que a aldeia estava distante dali e então lhe ofereceram uma carona. Ficou muito feliz porque havia encontrado o que queria. Naquela embarcação estava Roseli, sua esposa hoje. Milton morou por um tempo nessa aldeia, e quando decidiu voltar para o Morro dos Cavalos, seu Alcindo decidiu vir morar

também em Morro dos Cavalos e mudou com toda a sua família. Depois de um tempo que moravam na mesma aldeia, em 11 de julho de 1982, Milton e Roseli resolveram casar-se. Nessa época ela tinha o filho Hyral Moreira, atualmente cacique da aldeia em estudo. Tiveram os filhos Kátia, Márcia, Ailton, Karine e uma filha adotiva chamada Karoline, filha de Xokleng com Guarani. Devido a conflitos com suas irmãs, a família de seu Alcindo mudou-se para Jaguaruna/SC e eles o acompanharam. Lá também não deu certo e o casal, que já tinha uma filha, foi para Ozório/RS morar debaixo de uma ponte, passaram frio e muitas dificuldades. Mudaram para Palmares do Sul/RS e também moraram debaixo da ponte. Como sua filha ficou muito doente e ganharam mais uma filha, decidiram retornar para Jaguaruna/SC, mas também não deu certo e retornaram para Palmares do Sul. Para o seu sustento ela fazia artesanato para vender e ele desenvolvia trabalhos diversos. Devido às dificuldades, decidiram retornar para o Morro dos Cavalos, mas novamente os conflitos os perturbaram. Como sua irmã estava casada com um não índio e morando em Biguaçu/SC, eles o convidaram para trabalhar com eles na região e então vendiam palmito e jabuticaba e realizavam trabalhos diversos. “Era lá naquele morro” indicou Milton, uma terra próxima. Contam eles que naquela terra ao lado morava um casal, sendo que a mulher havia sido assassinada por mendigos e a família desmanchou a casa e foi embora abandonando a terra de medo e tristeza. Os moradores da região informaram que a terra era um acampamento do Turing e que venderam para Mário Petreli. As pessoas que moravam perto estimularam a ocupação. O dono da venda ofereceu o carro para a mudança. No dia 12 de outubro de 1987 deram início à construção de uma barraca de lona preta doada também pelo homem que o incentivou. Como era dia das crianças e havia uma festa na igreja receberam presentes. Moraram por um tempo somente o casal e os filhos.(Diário de campo – janeiro de 2005)



FIGURA 4 - Casais Alcindo e Rosa – Milton e Roseli - Foto: arquivo da pesquisadora

Como qualquer aldeamento indígena Guarani se dá por uma família extensa, esta não foi diferente. A família de seu Alcindo Moreira e dona Rosa Mariani Cavalheiro se agregou ao grupo, sendo esta a família de Roseli. Mais tarde, vieram também para morar na aldeia uma irmã de Milton e sua família.

Entre os Guarani, não existe divisão espacial por estados, e sim a estruturação por grupos familiares distribuídos em diferentes estados do país e mesmo em outros países da América do Sul. (GUIMARAENS, 2003:18)

Eles se interligam por relações religiosas, políticas, econômicas e principalmente de parentesco e assim garantem a mobilidade necessária para a reprodução física e cultural da sociedade Guarani.

Milton foi o cacique durante 15 anos, mas em 2003 Hyral Moreira, filho de Roseli, assume o posto de cacique. E Milton com sua família mudam-se para o Rio Grande do Sul. Em 2004 Milton retorna com sua família para a aldeia a pedido de seus filhos que queriam retomar os estudos. Em 2005, por disputas de liderança, Milton é convidado a sair da aldeia. Vai embora com sua esposa e os filhos pequenos. Os adolescentes optaram por ficar morando na aldeia porque querem concluir os estudos na escola.

Os informantes afirmam que a FUNAI passou a dar assistência à aldeia apenas em 1993 após uma senhora, chamada Dona Dalva, comerciante em Biguaçu/SC, ter

divulgado na imprensa a presença dos índios naquele município e o abandono por parte dos órgãos competentes.

Antes de apresentar a localização da aldeia faz-se mister observar na Fig. 5 a foto aérea da aldeia e a localização geográfica do povo Guarani no Brasil.

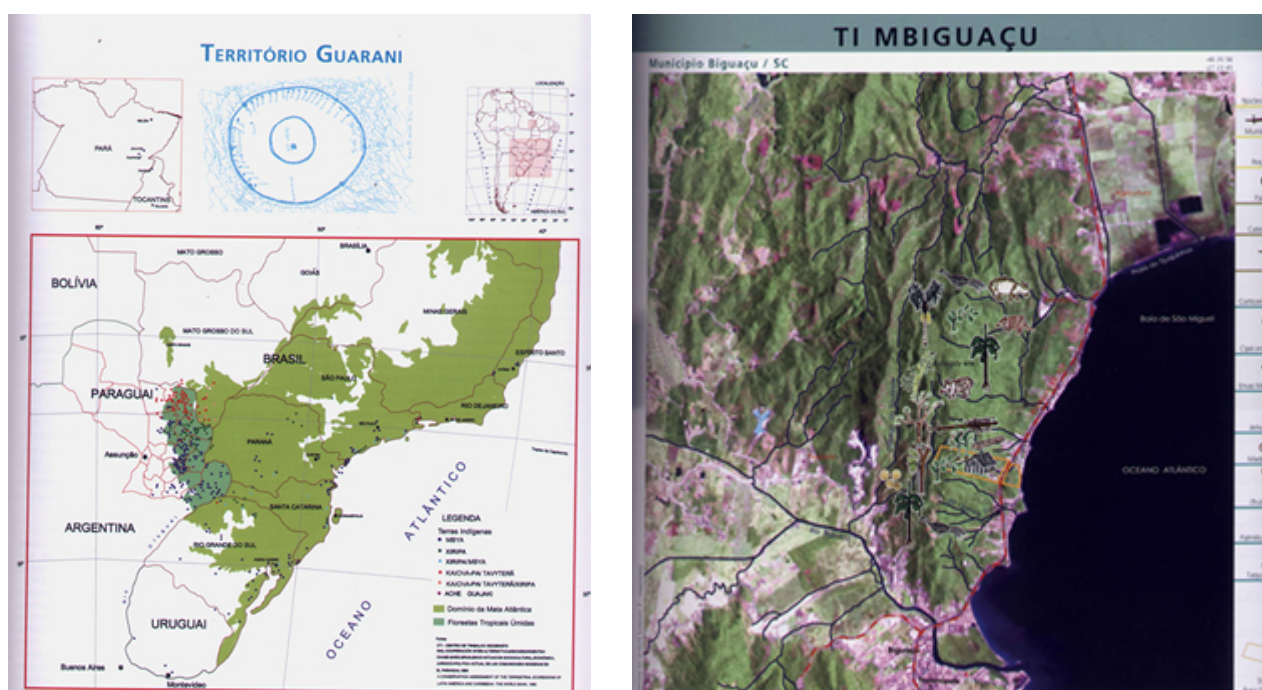


FIGURA 5 - Mapa Territorial Guarani e Vista Aérea da Aldeia M'Biguaçu (Fonte: CTI, 2004)

A Aldeia M' Biguaçu (Mbyá Biguaçu), denominada pelos Guarani que ali vivem de TeKoá Yynn Moronti Wherá (Yynn - água; moronti - reflexo; wherá - brilhante, cristalino), está localizada no município de Biguaçu, Km 190 da Br 101, distrito de São Miguel²² distante a cinco quilômetros ao norte do centro de Biguaçu e a vinte

²² São Miguel é a quarta cidade criada em Santa Catarina e nunca deixou de ser vila. Em 1748 foram assentados imigrantes portugueses vindos das Ilhas de Açores e a denominaram de Vila de São Miguel da Terra Firme. No século XVIII, a Vila servia de anteposto de abastecimento de água doce para os navios de viagem, chamado de Aqueduto. Das construções daquela época, existem preservados a igreja, um sobrado utilizado como museu e o Aqueduto. Ver site: www.bigua.com.br.

quilômetros de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Território demarcado em 1995 e homologado como terra indígena em cinco de maio de dois mil e três, com 58 hectares.

A população está constituída de 35 famílias compondo 34 casas. No início do ano haviam um total de cento e vinte e quatro pessoas, sendo 56 crianças, 12 jovens e 56 adultos e, durante o período do trabalho de campo, pessoas saíram, outras chegaram, alguns para passar um tempo curto, outros para um tempo mais longo. Uns só para passear, outros para morar e estar perto do seu Alcindo e ainda outros apenas para um tratamento de saúde. É difícil dizer exatamente quantos são, como salienta Melissa (2004, 25) em sua pesquisa. Há um constante fluxo de indivíduos ou grupos familiares.

As casas são de diferentes construções (madeira, alvenaria, barro, lona preta, taquara), mas construídas de frente para o sol nascente para receber a luz e a palavra de NHANDERU, oito construídas de alvenaria, seis por conta de recursos provenientes da indenização do DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens) devido à duplicação da BR 101 que corta a aldeia, e duas com recursos da TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil SA), construídas no ano de 2000. As outras construções, umas são de madeira e outras da forma tradicional com taquara, mas cobertura de telha de amianto, porque quase não existe mais na mata a palha para a cobertura tradicional. Apenas a OPY (casa de reza) tem o formato tradicional Guarani, ou seja, de barro com taquara e cobertura de palha. A maioria das residências possui um fogo de chão para aquecer o ambiente e para cozinhar os alimentos. Poucas têm fogão à lenha e menos ainda fogão a gás. Algo que me chamou a atenção é a forma como utilizam o fogo, ele é aceso apenas o suficiente para o que se pretende. Não chegam a lenha na fogueira, ficam os pedaços de madeira ainda não queimados por completo para o próximo fogo, isto revela o respeito profundo que eles têm com a natureza e com o fogo.



FIGURA 6 - Casa do artesanato e Casa de nutrição - Foto: arquivo da pesquisadora

A aldeia possui ainda posto de saúde, escola, “Casa de nutrição”²³, OPY (casa de reza) e OPY DJERÊ ou casa de pedras quentes, banheiros públicos e “Casa do artesanato”, esta também construída com recursos do DNER para a venda do artesanato próximo a BR101, mas que serve de abrigo temporário para as famílias que chegam e não têm casa para morar, conforme fig.6.

Nesse território tem uma pequena mata nativa, uma roça, um lago com peixes e gansos. Correm pelas montanhas quatro fontes de água, segundo informantes, uma está secando devido à exploração de uma pedreira ao lado da aldeia. Como na mata não há ervas medicinais necessárias para as cerimônias estão mantendo um canteiro de ervas medicinais e plantando árvores no território de acordo com orientações de seu líder espiritual que envolve os jovens do sexo masculino para essa tarefa.

Essa aldeia não fica isolada da sociedade não-indígena. Anexo ao território está localizado o distrito de São Miguel, praia antigamente freqüentada por turistas para banho de mar, hoje, em virtude da poluição das suas águas, não serve mais para

²³ Ver Oliveira (2004: 29) – cozinha comunitária criada para alimentar as crianças e combater a desnutrição.

banho, mas restaram os restaurantes típicos de frutos do mar altamente freqüentados. Há também o Aqueduto, utilizado por banhistas nos finais de semana. E como já mencionei no histórico, a área era utilizada para pic-nic com opções de banho de mar e banho de cachoeira. Há também um museu aberto ao público que conta a trajetória dos Açorianos na localidade, e nenhuma menção aos indígenas tradicionais moradores naquela região. No verão, os indígenas tomam banho de mar, mesmo poluído. O Aqueduto não faz parte do seu convívio, alguns nem têm o conhecimento de sua existência. Algumas famílias criam galinhas e patos ao redor de suas casas e apenas uma família tem uma vaca para tirar leite. É comum encontrarmos criação de gatos e cães em todas as residências.

A grande maioria dos moradores na aldeia se identificam como Guarani MBYÁ (gente), habitam a aldeia também os mestiços e os que se identificam como tal, chamados pelos Guarani de PONGUÉ. Esses se aglutinaram à margem da aldeia, próximo à BR 101, todos residem em casas de madeira. “A identidade indígena não está só na pele, nos cabelos e na cor dos olhos, mas sim que trata-se de um sentimento interno de reconhecer enquanto indígena e ser reconhecido como tal por seu grupo”. (NASCIMENTO, 2003:55)

A literatura clássica (Shaden, 1974) afirma que os Guarani estão subdivididos em três grupos *Nhandeva*, *Mbyá* e *Kaiová*. De acordo com Oliveira (2004) alguns pesquisadores que realizaram estudos nesta aldeia, como Coutinho (1999) e Coelho (1999) identificam os Guarani da Aldeia M'Biguaçu como Nhandeva. Neste estudo, constatei que alguns se identificam como *Chiripá* e outros como *Phãĩ*, classificação reconhecida por eles. Em entrevista com Milton e Roseli, afirmavam que: “Chiripá, Phãĩ e Tambeopé são todos Mbyá (...) a diferença que tem é na língua, todos são Guarani do meu povo. A Roseli é Chiripá e eu sou Phãĩ e nós falamos diferente” (Milton Moreira) “Por exemplo: ele diz: -petein e eu digo petei i” (Roseli Moreira)

Por isso, optei por adotar a subdivisão que o próprio grupo apresenta de acordo com os escritos inéditos de Geraldo Moreira, professor bilíngüe:

“A etnia Guarani divide-se em três: Phã, Chiripá e Tambeopé. As diferenças são no modo de vestir. O chiripá o vestuário deles são de ortiga desfiada colorido, são longos até os pés, que chamado na língua guarani pói'jera, são as mulheres. Os homens se vestia com o mesmo material, só que é diferente, é igual bermudão desfiado colorido. Cinto de couro de quati mondel e de jaguatirica, que eram explorado esses animais, as pinturas são feita de carvão junto com a cera de abelha para fazer preto, as vermelhas eram de urucum e o amarelo era de madeira que é chamada de mamica de porca que tem espinhos. O cacique ordenou que cada um tivesse seu símbolo, quem é solteiro e quem é casado. As pintura de homens casado são círculo na testa e uma cruzinha no meio do círculo, uma cruz e um risco no queixo. O uso do cocar dos homens casados tem três penas grande. As mulheres casadas têm círculo no rosto com três risco, o do meio é maior, o cocar das mulheres casadas também tem três penas a do meio é que a maior atrás da cabeça. As meninas solteiras usam símbolo de um pé de galinha com um risco embaixo., o cocar das meninas e uma só pena na frente e outra atrás da cabeça. Rapazes solteiros usam com um círculo na testa com símbolo de X, o cocar de solteiro só uma pena na frente e outra atrás. O Phã o vestuário deles usam a da mesmo material dos Chiripá, porque eles são primos, só que difere um pouco o vestuário do Phã só o tipo de colete colorido. Os homens o vestuário deles são tipo de bermudão de cintura até o joelho. A Phã solteira usa a cor preta que é tirada da cera de abelha (ytchy) e usa cabelos soltos. A mulher casada usa uma trança de cabelos como cocar, esta trança não é de qualquer cabelo, tem que ser de um ancião ou anciã, e de seus cabelos são feitos duas tranças, isso simboliza a união entre o marido e a mulher. O Tambeopé usa os vestuários deles são de parte íntima que escondi. As pinturas são somente na sobrancelha de preto e não pinta o rosto. (Geraldo Moreira)

São três famílias que dividem o espaço territorial nesta aldeia. São denominadas de famílias extensas, característica de agrupamento Guarani. A aldeia é composta pela família de seu Alcindo Moreira (Wherá Tupã) e dona Rosa (Poty Djá), pela família da Celita Martins (esposa do cacique) e pela família de dona Júlia Brizola, respectivamente os Moreira, Martins e Brizola. Conforme registros em meu diário de campo o cacique assim se pronunciou:

“Primeiro era só três famílias, depois 8, depois 16, 22 e agora 34 famílias. Faz cinco anos que veio a família de minha esposa e agora vieram a família de dona Júlia, que vieram de São Paulo. Hoje tem três grandes clãs, vamos dizer assim...Primeiro os Moreira, depois os Martins e agora os Brizola. Agora veio o Ivalino, que é sobrinho da minha vó.” (Hyal Moreira)

Os casamentos interétnicos, neste contexto, são com Xetá, Kaingang e não índios descendentes de italianos e açorianos, portanto, Guarani louros e morenos.

2.2 História da Escola Indígena de Ensino Fundamental Wherá Tupã Poty-djá



FIGURA 7 - Vista interna da escola da aldeia – Foto: arquivo da pesquisadora

A escola na aldeia surge a partir das discussões e movimentos nacionais, é resultado das lutas travadas pelos indígenas na busca desse direito. Os Guarani, num primeiro momento, não queriam escola nas suas aldeias e nem encaminham seus filhos para a escola dos não-indígenas. Há ainda na atualidade aldeias Guarani que não querem escola para seus filhos, destaca Bergamachi (2005). Nesta, foi um pouco diferente, algumas crianças, que eram poucas, freqüentavam a escola estadual que oferecia apenas o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, localizada próxima à aldeia.

Na medida em que a população foi aumentando, os Guarani da Aldeia M'Biguaçu, em 1996, vão em busca desse direito fazendo uma solicitação à FUNAI para a construção da escola. E em 1997, a representante da FUNAI, Terezinha Velho, realiza o contato com a Secretaria de Estado da Educação que, por sua vez, repassa para o órgão regional, na época 1ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), a incumbência de tomar as providências cabíveis. Nesse momento inicio os primeiros contatos com essa aldeia. Nessa época atuando como técnica da Diretoria de Ensino,

uma das minhas atribuições era responder pelas questões da educação indígena na região e assessorar as escolas indígenas, conforme já mencionei na introdução desta dissertação.

Foram realizadas inúmeras reuniões com a comunidade e principalmente com o cacique, que na época era Milton Moreira Wherá. As reuniões aconteciam com a presença da esposa do cacique e alguns homens. Algumas mulheres, às vezes acompanhadas das crianças, ficavam na porta e na janela a observar a conversa sem emitirem alguma opinião. Isto me intrigou muito. Por que não entravam e participavam da reunião? Mais tarde descobri que o papel delas era observar e depois ajudar os maridos na compreensão do que havia sido discutido. “A mulher tem um papel muito importante de conversar com o marido”. (Milton Moreira)

Juntamente com a FUNAI, tratamos das questões legais, encaminhamento de processo solicitando a criação da escola pelo Estado e a construção da escola pela FUNAI, uma vez que a terra não estava homologada. As barreiras foram sendo ultrapassadas uma a uma e a escola autorizada pela Portaria nº 056/SED, de 06 de janeiro de 1998, sendo inaugurada em nove de março do mesmo ano, num belo dia de sol, com o nome de Escola Indígena Yynn Moronti Wherá (reflexo das águas cristalinas). A imprensa estava presente e fez uma cobertura que despertou a curiosidade da população. Chegou um tempo em que as visitas de curiosos e de escolas propondo intercâmbios e pretensos pesquisadores eram tantas que foi necessário discutir com a comunidade critérios para elas, então o cacique tomou algumas providências para reduzir a presença de não-indígenas na escola.

Era uma pequena casa com apenas uma sala, sem banheiro e sem cozinha, construída de madeira pela própria comunidade com recursos materiais fornecidos pela FUNAI e equipada pela Secretaria de Estado da Educação. Criada como escola indígena estadual, oferecendo apenas o ensino de 1ª a 4ª série, com treze alunos matriculados e distribuídos nas quatro séries em classe multisseriada, contando com

dois professores atuando ao mesmo tempo na sala de aula. Nos primeiros meses, o próprio cacique Milton Moreira Wherá se encarregou das funções de professor bilíngüe, sendo substituído em agosto do mesmo ano por Geraldo Moreira (Karai O'Kendá), que é professor até os dias de hoje, mas atualmente atuando com 5ª a 8ª série. E uma professora não-índia (Andréa Wollinger) com formação nível médio em magistério.

O antigo cacique Milton Moreira Wherá esteve à frente do processo de implantação da escola. Foi o primeiro professor. Tinha como ponto de partida o ensino aprendizagem da “língua pura”, ou seja, a língua Guarani que ele aprendeu com seus pais, a etno história Guarani e a matemática. Havia uma preocupação com o fato das crianças estarem perdendo a tradição Guarani e, para ele, a escola teria esse papel de valorizar e resignificar a cultura e a tradição de seu povo reafirmando a identidade Guarani. Seu próprio filho era uma criança que afirmava: “não quero ser índio”. Na atualidade, esse menino que hoje é um adolescente tem orgulho de ser Guarani, participa ativamente do coral e das cerimônias.

No mesmo ano foi autorizado pelo Parecer nº 217/98, de 09/06/98, do CEE (Conselho Estadual de Educação), denominado de Ensino Fundamental Supletivo Modularizado, vinculado ao sistema do CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos), já mencionado anteriormente, com a contratação de três professores e um monitor bilíngüe, sendo um professor lecionando arte e língua portuguesa, outro geografia e história e outro matemática e ciências. Caracterizavam-se como equipes volantes que atendiam aos alunos das três aldeias da Grande Florianópolis. A ênfase dada a essa modalidade é a alfabetização de adultos, chamado pelo CEJA de nivelamento. Atualmente está em discussão a sua reformulação, pois legalmente há o caráter diferenciado, mas, na prática, não há vontade política para sua execução de acordo com os interesses e necessidades dos alunos indígenas. Não há orientação para os educadores novos que chegam sem saber do caráter diferenciado do funcionamento dessa modalidade de ensino, não há capacitação e nem planejamento.

Com a construção das novas casas citadas no histórico da aldeia, em 2000, a escola mudou para a antiga casa do cacique, um espaço um pouco maior, com uma cozinha e um banheiro e, no lugar da antiga escola, construíram a “Casa de nutrição”.

Depois de muitas idas e vindas do cacique solicitando a construção de uma nova escola, após a homologação da terra, em 2002, iniciou a construção da mesma em local escolhido pelos próprios indígenas, agora financiado pelo Governo Estadual e sua planta desenhada a partir de orientações do cacique Milton Moreira Wherá. E em 2004 chega a tão esperada inauguração, instante em que os indígenas tiveram a oportunidade de mostrar aos presentes não-indígenas um pouco do jeito simples e profundo de ser Guarani que descrevo abaixo.



FIGURA 8 - Inauguração da escola - Foto: arquivo da pesquisadora

Hoje é o dia da inauguração do prédio novo da Escola Indígena de Ensino Fundamental Wherá Tupã Poty Djá. Até que enfim! Estava pronta desde dezembro de 2003, faltava mobiliário. Chegando na escola, encontrei o Cacique Hyral que orgulhoso mostrava o painel de fotos organizado pela escola contando histórias da aldeia e da escola. Entreguei-lhe as fotos da inauguração da primeira escola para fazer parte daquele acervo, ele recebeu com alegria, esse registro faltava para compor a história fotográfica. Muitas autoridades presentes: Governador, Secretário de Educação, Secretário Regional, dois Deputados Estaduais, representantes da FUNAI, FUNASA, os alunos do curso de Formação Magistério Guarani e outros. Seu Alcindo fez um ritual

que provocou emoções ao público presente, cheguei a chorar de emoção pela simplicidade e beleza com que se apresentaram. Entraram no pátio da escola: seu Alcindo na frente, com dona Rosa, sua esposa, ao seu lado. Ele, com o cocar que utiliza nas cerimônias, trazia na mão uma cesta típica com suas ervas especiais. Ela tocando takuapu, um instrumento que só as mulheres tocam nas cerimônias. Logo atrás em fila dupla, seguiram as crianças, meninos e meninas, separados por tamanho, numa espécie de escadinha. Por fim, os adolescentes e moços tocando os instrumentos utilizados no coral e cerimônias, vestidos com a roupa do coral criado e confeccionado por eles. Cantavam uma música belíssima. Era mesmo de arrepiar. Seu Alcindo foi comandando, quando chegaram ao pátio, as meninas formaram uma roda, dançando, e depois se posicionaram em meia lua e continuaram cantando. Seu Alcindo deixou o grupo e foi preparar o seu ritual. Havia um foguinho e ao lado estendeu um pano com fundo vermelho e sobre ele um pano branco. Ali foi colocando uma a uma as suas ervas, cada uma em um saquinho separado. Com a ponta dos dedos, pegou uma erva e soltou sobre as brasas, o perfume contagiou o ar. As pessoas foram chegando e iniciou a inauguração. Aí o ritual do “branco”: hino nacional e discursos. O primeiro a falar foi o cacique Hyral. Agradeceu e disse que a escola é importante para as crianças aprenderem a ler e escrever. Agradeceu a presença de todos e que era uma honra ter o Governador na aldeia e lhe ofereceu um chocalho e um colar. O Secretário de Educação afirmou que a escola terá uma sala informatizada ligada à internet.²⁴ Após os discursos o coral fez a apresentação e seu Alcindo a cerimônia de bênção à escola e a todos nós. Disse que tinha 93 anos e com saúde e que sua Bíblia era o cachimbo (petynguá) e mostrou a todos dando uma apertada com as duas mãos e depois fumou. Apresentou sua esposa e disse que fazem 62 anos que estão juntos e felizes. Fez as suas orações, pronunciou as palavras sagradas, colocou as ervas em seu petynguá, e se comunicou com os seus interlocutores que respondiam, em coro, as indagações, tudo em guarani. Ao fundo havia uma música muito discreta e bela cantada pelas mulheres e alguns homens. Isto aconteceu ao lado

²⁴ O secretário falece meses depois e os computadores até agora não chegaram.

do fogo preparado para a cerimônia queimando várias ervas exalando um perfume. Depois jogou outras ervas sobre o fogo e novamente o ar ficou com um perfume maravilhoso. As pessoas foram se retirando e eu fui ao seu encontro, me abraçou carinhosamente, passou a me mostrar suas ervas pedindo que cheirasse uma a uma e me dizia para que servia. Por fim, despedi-me. (Diário de campo – 30 de agosto de 2004)

Com o prédio novo, as ações da escola deram continuidade com mais entusiasmo, ambiente novo, adequado, arejado e bem iluminado. Composta por três salas de aula, cozinha, biblioteca, banheiros, área coberta, depósito para a merenda, sala para administração. Caracterizaram-na do seu jeito com adornos nas paredes, nos pilares, nas portas, fazendo desenhos nas paredes exibindo a cara Guarani. Mostraram os desenhos que seu Alcindo se refere (tramas do artesanato, colares, cocares, arcos e flechas, pinturas, desenhos, esculturas, entre outros).

2.3 A Organização da Escola Indígena de Ensino Fundamental Wherá Tupã Poty Djá



FIGURA 9 - Crianças brincando/ crianças na sala de aula - Foto: arquivo da pesquisadora

A escola, foco desta pesquisa, possui três turmas, uma com crianças de primeira série, outra com crianças de segunda, terceira e quarta séries do ensino fundamental, funcionando desde sua inauguração em classe multisseriada. Foi autorizado o funcionamento, no início de 2005, de forma diferenciada, uma turma de 5^a a 8^a série

que está em fase de implementação num processo de discussão sobre a organização curricular, sem o devido apoio dos órgãos competentes, funciona em classe multisseriada, contando com quatro professores. São dois professores não-indígenas: um atuando com matemática, outro com espanhol e língua portuguesa e dois indígenas indicados pela comunidade e freqüentando o Programa de Formação já citado, desenvolvendo os outros conteúdos (história, geografia, ciências e artes) e exercendo a função de mediadores da cultura indígena nas relações com os outros educadores. Não está ocorrendo o devido acompanhamento e assessoria do NEI/SC e Secretaria de Estado. Não houve reunião de planejamento, apenas uma reunião de distribuição das disciplinas para os professores indígenas, os não-indígenas foram chegando na escola à medida que foram contratados.

Para implementar um ensino diferenciado, não basta só criá-lo oficialmente e enviar professores sem o devido conhecimento da realidade. É necessário, principalmente para os professores não-indígenas, um mínimo de conhecimento da cultura Guarani e muita discussão com a comunidade e professores para o planejamento das ações, definição do currículo e elaboração do projeto político pedagógico, com assessoria dos profissionais que vêm discutindo a questão na Secretaria responsável por essa tarefa. Durante o trabalho de campo, tive a oportunidade de discutir com os professores indígenas o planejamento, mas considero pouco a contribuição para um processo novo, tanto para os indígenas como para os não-indígenas. Penso que os encontros teriam que ser sistemáticos, semanalmente, para planejamento, avaliação e replanejamento num processo de ação, reflexão, ação, caso não ocorram esses momentos, corre-se o risco de se tornar um faz de conta.

A escola conta com um Diretor de Escola indicado pela Secretaria de Estado, que assumiu em meados deste ano, que se dedicou às questões administrativas pendentes como pagamento de professores, regularização funcional e contratação de merendeira, instalação de equipamentos, solicitação de material didático, entre outros. Preocupou-se, primeiro, em conhecer a comunidade, deixando o pedagógico acontecer

sem a sua interferência. A escola conta ainda com três professores indígenas indicados pela comunidade, freqüentando o Programa de Formação, já mencionado anteriormente, e uma professora com formação em Pedagogia, não-índia, que atua no ensino de 1ª a 4ª série. Desses professores, um atua com a educação de jovens e adultos na alfabetização, atendendo os alunos individualmente, sem o devido acompanhamento e orientação. Os professores não indígenas que atuam no ensino de 5ª a 8ª série também trabalham com a educação de jovens e adultos orientando os alunos no estudo dos módulos.

Na época em que estava realizando o trabalho de campo, a escola contava com 55 alunos distribuídos nas 3 turmas do ensino regular de 1ª a 8ª série e 12 alunos na educação de jovens e adultos (EJA). Compõem a turma 1 (12 alunos na 1ª série); turma 2 (5 alunos na 2ªsérie, 5 alunos na 3ª série e 6 alunos na 4ªsérie) e a turma 3 (11 alunos na 5ª, 8 alunos na 6ª e 1 aluno na 7ª série) e os alunos do EJA, sendo 2 matriculados no ensino médio e os outros no ensino fundamental.

O regime de funcionamento da escola reproduz o sistema educacional oficial, ou seja, anual e seriado. Durante um tempo, foi discutida a possibilidade de ciclo, mas as discussões foram abandonadas em função da mudança de governo e das pessoas que estavam encaminhando a discussão. Não foi dada seqüência à discussão e a mudança esperada não se concretizou. A matriz curricular autorizada é a seguinte: português, matemática, história, geografia, ciências, arte e educação física e, na parte diversificada, a língua guarani.

A organização da escola não atende em grande parte aos anseios dos indígenas por motivos diversos, dentre eles, a falta de clareza de como deve ser essa escola, a falta de legislação que a regulamente, as mudanças de pessoas que atuam na área por conta das trocas de governo e a falta de vontade política. É um processo em construção que necessita de debates, reflexões e muita luta para ultrapassar os preconceitos, as dificuldades e quebrar conceitos já arraigados, especialmente a

concepção de escola da sociedade não-indígena. Atualmente está em discussão, neste Estado, a criação da Resolução específica para a educação escolar indígena, e espera-se que os mais interessados, ou seja, os grupos étnicos, sejam ouvidos e respeitados nas suas decisões e especificidades.

A escola funciona nos três turnos. Pela manhã, no horário das 8 às 12 horas, com dois professores na sala de aula, sendo um deles o professor bilíngüe responsável pela alfabetização com as crianças da 1ª série. Devido ao aumento da matrícula desde 2004, as classes estão divididas em duas turmas. No horário das 13 às 17 horas, também atuam dois professores com os alunos das 2ª, 3ª e 4ª séries. E ainda neste mesmo horário, a turma de 5ª a 8ª série, sendo uma disciplina por dia. Há a separação de conteúdos por disciplina que contraria o jeito de ser Guarani. Apenas os professores indígenas tentam fazer as devidas relações, mas lhes falta o conhecimento necessário que promova mais avanços. Estes estão em processo de formação, como já citado, e notam-se empenho e vontade de fazer o melhor, faltam-lhes apoio e acompanhamento.

A alfabetização se dá na língua guarani ao longo de dois anos ou mais. Penso que há diversos motivos a serem analisados, primeiro, pelo fato de o professor bilíngüe, ou seja, o alfabetizador, estar em processo de formação e ainda não ter a formação adequada para exercer tal função, segundo, por ter na mesma sala alunos monolíngüe e bilíngüe; e terceiro, por uma questão cultural, que é a não obrigatoriedade da frequência às aulas, entre outros. Esta é uma questão que merece ser analisada com maior profundidade.

Chama-se professor bilíngüe o professor indígena que domina a língua guarani e a portuguesa tanto na oralidade como na escrita, atua juntamente com o professor não-índio na sala de aula numa relação intercultural. Em alguns momentos, um professor toma à frente a atividade, enquanto o outro acompanha. E em algumas vezes ele auxilia na interpretação e tradução da língua portuguesa para o Guarani mediando com

o professor não-indígena as ações pedagógicas, atua como alfabetizador e faz a ponte entre os ensinamentos da OPY para a escola.

Os indígenas conquistaram o direito à merenda diferenciada para atender as necessidades tradicionais da alimentação. O programa da merenda escolar desta escola é municipalizado, portanto, a prefeitura faz o levantamento com a comunidade dos produtos de sua preferência no início do ano letivo. E semanalmente recebem os alimentos na escola que são preparados por merendeiras indicadas pela comunidade contratadas pela APP (Associação de Pais e Professores) com recurso repassado pela Secretaria de Estado da Educação. Enquanto as outras escolas da rede pública recebem R\$ 0,13 por aluno para 200 dias, a escola indígena recebe R\$ 0,34 para 250 dias, isto graças à criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena. Apesar desse atendimento diferenciado, a merenda é insuficiente, pois é observado o censo do ano anterior e o número de alunos dobrou de 2004 para 2005. O complemento da merenda vem por conta de doações de visitantes JURUÁ (branco) vindos dos mais variados lugares. Os alimentos mais freqüentes consumidos na escola são: arroz com feijão, sopas, JOPARÁ (feijão, canjica e lingüiça), leite com bolacha, frutas e TCHIPÁ (bolo de farinha de milho ou trigo frito no óleo).



FIGURA 10 - Croqui da sala de aula desenhado por uma criança

As carteiras na sala de aula estão dispostas conforme Fig.10, enfileiradas uma colada na outra, a mesa do professor fica ao lado ou no fundo da sala de aula. Os alunos ocupam as carteiras aleatoriamente, sem a interferência do professor. sendo que em alguns momentos, uma série ocupa as carteiras da frente e a outra as carteiras de trás. O trabalho é desenvolvido de maneira coletiva, apenas aprofunda mais o conteúdo com as séries mais adiantadas, enquanto os das séries menos adiantadas desenham, os outros recebem outras explicações e outras tarefas. O tema para o dia ou a semana é o mesmo. Trabalham por atividade de aprendizagem e denominam como projetos.

Apesar do espaço físico ser composto de quadro negro, carteiras, mesa do professor e armário, semelhante ao espaço de outras escolas regulares, nesta, o seu uso e sua organização é que fazem a diferença. Começando pela distribuição das carteiras, os adornos pregados em suas paredes, a maneira como as crianças se comportam, a forma com que os professores trabalham, o jeito com que os pais e pessoas da comunidade se envolvem com as ações da escola, a importância atribuída à escola para o desenvolvimento da comunidade, entre outros. As crianças circulam pela sala de aula, mexem-se, não há preocupação com a postura, são silenciosas ao desenvolverem as atividades, concentram-se e pensam muito antes de agir, sentam-se em dois na mesma cadeira, trocam de lugar, caminham pela sala de aula, uns ajudam os outros, os menores ou maiores entram e saem da sala de aula, participam da atividade. As mães ou outras pessoas da comunidade entram livremente na sala, contribuem, observam, conversam e saem. Não há repressão, e sim autonomia nas ações.

Constata-se que, contrariando as críticas de Santos (1975) e Ferri (2000) quanto às classes multisseriadas, nas escolas Guarani é positiva essa modalidade, porque a criança menor aprende com as mais velhas, na sua cultura tradicional, e as acompanha nas brincadeiras, na sala de aula e em todas as suas vivências do dia- a -dia. Como já mencionei, ainda que não sejam alunos regularmente matriculados, estão na sala de

aula socializando os conhecimentos, mesmo nos ensinamentos das questões culturais a divisão não acontece, pelo menos na faixa etária das séries iniciais. Classe multisseriada é um Jeito Guarani.

Faz-se mister observar o que descreve Oliveira (2004) no que se refere ao processo ensino-aprendizagem num sistema de trocas coletivas, aprender e ensinar juntos, sem o limite de série ou idade.

“O caráter coletivo da noção de educação Guarani e a inter-relação entre o ensino e aprendizagem podem ser notados na própria composição dos termos utilizados em referências aos atos de ensinar e aprender. O termo pelo qual os Guarani de M'Biguaçu se referem à palavra aprender é nhambo'é, cuja tradução literal me foi apresentada em como – vamos aprender (nhanhe=vamos, mbo'é=aprender), o que remete a uma concepção que presa a coletividade. A partícula mbo'é que foi traduzida por meus interlocutores, como aprender também é utilizada por eles em referência ao ensinar.” (OLIVEIRA, 2004: 102)

Para a matrícula na 1ªsérie, é obedecida a legislação no tocante à idade para o ingresso, ou seja, sete anos completos ou a completar no ano em curso, mas na sala de aula estão os alunos “encostados” de todas as faixas etárias. Segundo depoimentos, é para irem aprendendo a língua portuguesa, tem também uma questão cultural. As crianças brincam todas juntas, então, quando os irmãos vêm para a escola, eles acompanham. Esta é uma questão diferenciada que chama a atenção, a escola faz parte do cotidiano da aldeia.

A escola está cadastrada no Sistema SERIE (Sistema Estadual de Registro e Informação Escolar), que se constitui num sistema de registros escolares *on line* da Secretaria de Estado. No caso de transferência, a documentação é emitida pelo Diretor da escola impressa do sistema. A escola mantém um caderno de registro da vida escolar dos alunos, enviando anualmente os dados novos para registro no sistema SERIE. Em 2004, a escola ganhou um computador, mas ainda não está ligada à internet, e está se adaptando para realizar os registros na própria escola e enviar a

extração de dados posteriormente via sistema, como ocorre com as outras unidades estaduais.

Alunos transferidos de outra comunidade indígena poderão se beneficiar da classificação ou reclassificação, passando por uma avaliação realizada pela banca de educadores definida pela Direção de Ensino da Gerência Regional para incluí-lo no sistema SERIE e efetuar a matrícula. Nota-se a dependência e a vinculação ao sistema estadual, que neste caso é positivo estar integrado oficialmente. Penso que deveria ter um campo diferenciado para atender a especificidade.

A formalização do currículo para a educação escolar indígena é tarefa em construção coordenada pelos técnicos da SED mobilizados em prática o que preconiza a legislação. Desde 1992, de acordo com o Decreto Presidencial, a administração das escolas indígenas, ou a condução das ações de educação indígena, passou ao encargo do MEC e Secretarias Estaduais. E como já afirmei anteriormente, a Secretaria de Estado, apoiada pelo NEI/SC desde 1996, vem desenvolvendo ações nessa direção mais efetivamente.

Ao longo desses seis anos de existência, essa escola vem num movimento, entre avanços e retrocessos, possibilitando uma nova ordem de produção, difusão e transmissão de culturas, tornando-se uma importante instituição cultural na aldeia. É considerada por meus interlocutores como a segunda casa de reza. Portanto, participam ativamente das ações da escola com a coragem e a força espiritual que lhes são próprias. Como afirma o cacique Hyral Moreira, “(...) A escola não é só para as crianças. Os próprios pais podem estar acompanhando de perto. Isso é bastante importante”.

O calendário escolar é definido na comunidade obedecendo aos feriados indígenas e as diretrizes legais, ou seja, 200 dias e 800 horas de efetivo trabalho escolar. É elaborado pela comunidade no final de cada ano letivo para o ano seguinte. Iniciam suas atividades em primeiro de fevereiro e determinam para o mês de julho, que

é frio, o recesso escolar. Não consideram os períodos de Páscoa como feriado. Consideram feriado o dia 19 de abril e outros dias de atividades na aldeia. Quando tem cerimônia que vira a noite, no dia seguinte não tem aula na escola, mas essa é considerada uma atividade de aula. Previstos sem data marcada, também os dias de outros ensinamentos na aldeia e não na escola como o dia de mutirão, a aula na mata para a colheita de ervas e as atividades na roça. Para os Guarani são considerados dias de aprendizagem da cultura, mas para os órgãos oficiais não são considerados como dias letivos.

Calendário é sempre um problema a ser discutido com a Secretaria, que tem o discurso de respeitar as decisões da escola, o diferenciado, mas tenta impedir o início do ano letivo conforme a comunidade decide, isto porque implica a contratação antecipada de professores e o fornecimento da merenda escolar. E, sem merenda, não tem aula, pois este é mais um Jeito Guarani. O horário das refeições mais importantes para o Guarani é em torno das 10:00 horas e às 16:00 horas, portanto, horário em que as crianças estão na escola. Se não tem merenda, a aula se encerra nesses horários, é hora de ir para casa almoçar ou jantar.

(...) Como nesta semana a escola recebeu merenda, por volta das 10 horas foi servida metade de uma maçã e metade de uma laranja para cada criança e foram embora. Indaguei aos professores por que estavam indo embora se agora tinha merenda? Responderam que não tinha gás e que as crianças querem comida. Se servir hoje os alimentos que não precisam cozinhar, vão acabar logo e vai faltar merenda novamente, eles não compreendem. Quando começa a servir, não pode interromper (...) (Diário de campo, 07.03.05 – Segunda feira.)

Com relação ao calendário, observe-se o que descrevo no diário, fatos que ocorrem na aldeia durante o período letivo da escola.

Chegando na aldeia, um belo dia de sol, percebi um silêncio nada comum. Dirigi-me até a escola e lá estavam apenas algumas crianças pequenas e então descobri que

todos estavam na roça. Caminhei até lá e encontrei seu Alcindo e Dona Rosa felizes por estarem ensinando a seu netos as tarefas da agricultura, todos riam e brincavam, alguns plantavam batata e outros preparavam a terra. Seu Alcindo lamentou “há!... se tivesse um cavalo...!”. Eles possuem apenas enxadas e pás. Algumas sementes e adubos são doações de juruá. O tempo de trabalho é determinado pelo seu Alcindo, assim que ele colocou sua enxada nas costas, rapidamente todos abandonaram o trabalho. Indaguei – ninguém vai ficar trabalhando? E um deles respondeu – “se todos vão, eu também vou, não vou ficar aqui sozinho”. Percebi que este é mais um jeito de ser Guarani, desenvolver atividades coletivas. A roça é familiar, portanto, uma atividade coletiva. (Diário de campo, 28.06.05 – Terça feira.)

O planejamento das atividades diárias não segue uma lógica, ele acontece a partir de projetos que surgem no cotidiano e são orientados pelo seu Alcindo, algumas vezes intermediados pelo professor Geraldo. Também se modifica na medida em que desenvolvem relações interétnicas com outras escolas visitantes ou a serem visitadas num sistema de trocas e intercâmbio cultural ou ainda com atividades extras da aldeia como: roça, preparo de ervas para as cerimônias, reuniões, mutirão de limpeza da aldeia, rituais religiosos, dentre outros. As escolhas curriculares são feitas diariamente pelos professores, pautadas nas práticas sociais da comunidade. Eventualmente o planejamento se dá semanalmente. A prática do desenho está presente em todas as atividades e as atividades práticas também, porque esse é um jeito de aprender Guarani, praticando aquilo que ouvem e observam, como se constata na fala a seguir.

“(...) a gente fez prática ontem. Seu Alcindo foi na mata com os alunos e professores para coletar ervas e deu uma aula para todos os que quiseram acompanhar, depois preparamos as ervas e realizamos o ritual de preparo. Os meninos fazem um ritual diferente das meninas. A noite do dia seguinte à coleta haverá uma cerimônia de consagração das ervas. Para depois poderem ser usadas nas cerimônias. A gente foi fazer uma aula, conhecer a medicina, conhecer a planta e ao mesmo tempo identificar o que é a medicina, qual é a diferença. O porquê da medicina. Esse é o jeito de aprender Guarani.” (professor Wanderley)

Para desenvolver os conhecimentos da sociedade não-indígena, têm como referência os conceitos científicos essenciais básicos para cada área do conhecimento. Elaborados pelos educadores da rede estadual de educação e adaptados à realidade indígena, selecionados pelos professores indígenas. Esses conceitos compõem o Documento: Diretrizes 3 - "Organização da Prática Escolar na Educação Básica".²⁵

A frequência dos alunos à escola é variada, são livres para vir à escola. O processo de avaliação é cumulativo, para o seu registro segue a legislação vigente do sistema estadual de ensino. Os termos evasão e repetência escolar não são discutidos nessa escola. Eventualmente, há uma preocupação com a frequência, mas como há o princípio da liberdade, não existe a obrigatoriedade. Este é um princípio que pouco a pouco vem sendo introduzido a partir de reflexões do seu Alcindo, por hoje considerar a escola importante para a sobrevivência de seu povo.

Não há provas, a avaliação se dá pela observação do desempenho do aluno, atribuído-lhe uma nota apenas para constar no sistema SERIE. Do meu ponto de vista, precisa ser resignificado o papel da avaliação para a melhoria do processo de ensino aprendizagem e especialmente para qualificar a ação do professor. Por exemplo: tem aluno, há quatro anos, frequentando a escola e ainda não se apropriou da leitura, ou seja, a maioria dos alunos não sabem ler na língua portuguesa. Esta é uma questão a ser pesquisada mais profundamente, já que é comum os Guarani não demonstrarem o que sabem sem antes ter certeza. Pergunto, será que realmente eles não sabem ler? Como a alfabetização acontece em Guarani, a dificuldade está na aprendizagem da língua portuguesa? E as crianças que não falam o Guarani, como estão aprendendo? Pode-se lançar mão de várias teorias que justificam o fracasso escolar como: a culpa está no aluno, ou está na incapacidade do professor, ou no conjunto de fatores que

²⁵ Ver referência bibliográfica.

dizem respeito à escola, ao aluno, ao professor, e neste caso da escola indígena, pode-se conjecturar ainda as questões culturais diferenciada e lingüística.

Desenham e desenham em todas as atividades. Ao que me consta, interpretaram de forma diversa o que seu Alcindo fala sobre o desenho. É muito mais amplo do que fazer um desenho no papel. Para ele, é desenhar todos os aspectos culturais, é aprender e aperfeiçoar o artesanato. É compreender e cantar as músicas. É rezar, é compreender a língua, é respeitar as pessoas, é saber ler e escrever o português, enfim, é compreender o Jeito Guarani. É adaptar-se e mostrar ao JURUÁ o que eles são, “para não passar vergonha” e mostrar “bem feito” (Alcindo) o que sabem fazer. No capítulo III, quando trato da entrevista com seu Alcindo, esta questão fica evidente.

No depoimento do professor Wanderley, observa-se um aspecto que para eles é de extrema relevância: a escola como elemento de divulgação da cultura Guarani para que esta seja valorizada, a importância de ter escola na comunidade para reforçar a cultura e proteger as crianças, a essência Guarani cultivada na sala de aula, além das questões acima citadas. Na sua fala, ele tenta mostrar a cara da escola Guarani. E reafirma as questões apresentadas nas reivindicações constantes nos documentos citados no capítulo I como: ensinar o suficiente, as questões culturais, a relação com a religião e a necessidade de ter escola na aldeia.

(...) a escola é pra você divulgar o trabalho, divulgar o seu conhecimento e ao mesmo tempo o modo de ser Guarani. A essência Guarani é cultivada na sala de aula, a brincadeira, o modo de falar, o modo de escrever. Tem cadeira... mas eles não sentam na cadeira. (...) a escola é uma maneira também de preservar. A escola que a gente tem hoje é importante para a comunidade. Muitas vezes, a comunidade sofre muito preconceito. (...). A escola é que nem um alimento do Guarani. (...) cerimônia, ela também faz uma ligação com a escola. Se tiver cerimônia, não tem aula, mas aula antiga na opy.(...) Muita, muita coisa se aprende na casa de reza. Muitas vezes, essa aprendizagem que a gente tem traz de lá para colocar aqui na escola. (...) A escola é super importante em qualquer aldeia. Sempre tem que ter cuidado de não interferir muito. Hoje, muitas vezes, as crianças se influenciam muito com a TV, o rádio, eles vão na cidade. (Wanderley Cardoso Moreira – professor)

A escola, mesmo sendo dentro da aldeia, participando dela apenas crianças que moram nessa aldeia, apresenta inegavelmente uma certa diversidade cultural. Existem crianças mestiças e crianças Guarani carregadas de identidades diferenciadas e se identificam de acordo com o universo relacional e as formas de interpretar a realidade marcando as formas de relacionamento entre outras pessoas e grupos. Há diferenças em suas práticas religiosas, seus costumes, seu jeito de ser. Os PONGUÉ trouxeram na sua carga cultural as vivências com outra etnia (Kaingang) e não-indígenas da região oeste do estado que difere da cultura da região litorânea. Os conflitos de identidade foram marcantes no início das relações e alguns perduram tanto no cotidiano da escola como no da aldeia.



FIGURA 11 - Crianças brincando na escola - Foto: arquivo da pesquisadora

As brincadeiras são variadas. Mestiços e Guarani atualmente brincam sem distinção. Os professores revelam que, quando os mestiços chegaram, vários conflitos afloraram. As crianças Guarani são tímidas, costumam um pouco a se integrarem ao grupo, mas quando se sentem seguras, brincam normalmente, enquanto que as mestiças são mais agressivas e tentam impor sua presença pela força. Os Guarani que participam dos ensinamentos na OPY têm sempre uma postura de respeito com o outro, preferem virar as costas e sair para não entrar numa briga, primam pelas boas relações, são os ensinamentos que fazem parte da “confeção da pessoa Guarani”, como explicita Bergamachi (2005) em sua tese.

Após a criação da escola, a aldeia passou a viver grandes momentos de valorização da tradição, intensificaram as rezas, criaram o coral, construíram a OPY, casas de alvenaria, e o professor Karáí O'Kendá iniciou seu aprendizado de liderança religiosa. As questões religiosas começaram a fazer parte das ações da escola e o KARAÍ (seu Alcindo) passou a ser ouvido como um grande líder e também participando das atividades da escola com maior frequência. Revelou-se a preocupação com a educação das crianças pensando no futuro, na melhoria das condições de vida da aldeia e das gerações futuras. Percebem-se os avanços significativos nos últimos dois anos. Alguns informantes atribuem esses avanços à formação dos educadores. A aldeia como um todo está num crescente em busca de melhores condições de vida para todos.



FIGURA 12 - Coral da escola – Foto: arquivo da pesquisadora

Para Oliveira (2004:1):

“[...] a construção da opy, a formação do coral e a implementação da escola revelam uma intenção pedagógica das lideranças na organização de espaços de ensino aprendizagem da tradição voltada para a educação das crianças.”

Desde a sua criação, as discussões sobre a sua organização são bastante intensas para construir uma escola seguindo os princípios da diferença, especificidade, interculturalidade e bilingüismo. Uma escola construída a partir do diálogo, do

envolvimento e do compromisso da comunidade indígena como sujeitos do processo, promovendo o resgate de elementos fundamentais no processo de definição da identidade Guarani, o reforço da linguagem oral para a manutenção da memória e o respeito do saber dos mais velhos. Proporcionar trocas, solidariedade, interações entre as diversas culturas num profundo respeito pelas diferenças. Procuram desenvolver ações que reconheçam e valorizem a organização social, a língua, os valores, os etno-conhecimentos, a história, enfim, a dinâmica sociocultural necessária para a manutenção da identidade étnica diferenciada incentivando a dignidade, auto-estima e um maior grau de independência.

Utilizam a língua materna como uma forma de expressão da cultura. Nesta comunidade, grande parte das pessoas é bilíngüe, mas com um vocabulário reduzido no português, necessitando de ações que possibilitem a ampliação do vocabulário da língua portuguesa. Nos últimos anos, com a chegada dos PONGUÉ (mestiços), surge também a preocupação em ensinar a língua guarani, mas nenhuma ação concreta foi desenvolvida em direção a solucionar essa questão.

As orientações pedagógicas da Secretaria encaminharam-se pela concepção histórico cultural de aprendizagem que se preocupa com a compreensão de como as interações sociais agem na formação das funções psicológicas superiores. Consideram a aprendizagem como resultado de um processo histórico e social; o professor com o papel de mediador entre o conhecimento historicamente acumulado; e o aluno como um ser em desenvolvimento elaborando os seus conceitos nas relações estabelecidas.

O conhecimento se dá do plano social para o individual, pela mediação do sujeito que domina e utiliza o objeto do conhecimento.

“A concepção histórico-cultural, [...] à medida que considera todos capazes de aprender e compreende que as relações e interações sociais estabelecidas pelas crianças e pelos jovens são fatores de apropriação de conhecimento, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais dos alunos.” (PC/SC)

Entende-se o homem como um ser social e histórico que se produz e é produto das relações sociais. Tudo o que constitui a realidade humana tem origem nas relações sociais. Entendo que os Guarani comungam com essa concepção estampada no Jeito Guarani.

O currículo escolar vem sendo construído a partir de capacitações promovidas pela Secretaria de Estado da Educação com o objetivo de orientar os professores na realização desse processo da escola com a comunidade indígena. Num processo dinâmico a partir das diretrizes da Proposta Curricular de Santa Catarina e Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação indígena. A estrutura curricular utilizada mantém a organização em núcleo comum (português, matemática, ciências, história, arte, educação física e geografia) e na parte diversificada, tem-se o ensino bilíngüe, como mencionei acima. O que vem sendo discutido nas capacitações é um entendimento do que são os conteúdos escolares e a forma como estes podem ser abordados para a apropriação dos conceitos essenciais para a compreensão da realidade. Desta forma proporcionam subsídios aos educadores indígenas para realizarem as suas escolhas curriculares e também ao aluno uma compreensão da totalidade do sujeito, das relações estabelecidas social e historicamente, das diferentes formas de produção da sociedade e da relação estabelecida com a natureza, com o seu espaço físico, as relações culturais e políticas, entre outras.

Na região da Grande Florianópolis se iniciou uma discussão no sentido de definir os conceitos essenciais para cada disciplina e os conteúdos significativos para a comunidade indígena respeitando os campos conceituais, que são: relações socioculturais, tempo, espaço e relações com a natureza. (Santa Catarina, 2001)

A escola indígena hoje está baseada no reconhecimento da diversidade cultural, pelo menos nos discursos e na legislação, constituindo um grande desafio para os educadores e comunidade indígena a permanente construção dessa escola baseada nos princípios de diferença, interculturalidade, diversidade e bilingüismo.

“O aluno que tem suas tradições culturais próprias reconhecidas e valorizadas no âmbito do processo de ensino encontra possibilidade de inserção mais ágil no cotidiano escolar. Nesse sentido, a elaboração de um programa curricular que valoriza as contribuições de várias culturas de forma explícita dinamiza e potencializa o conhecimento numa perspectiva multicultural e intercultural.”
(SILVA, 2003:30)

Como se verifica nas descrições acima, a escola está administrativamente vinculada e subordinada ao Sistema Estadual de Ensino, mantendo pouca autonomia, mas, por outro lado, ao longo desses anos da existência da escola, pouco a pouco os espaços vêm sendo ocupados e as mudanças se concretizando e os Guarani tentando construir a escola do seu jeito.

2.4 Conhecendo o Jeito Guarani

A cultura Guarani vem sendo pesquisada ao longo da história de contato com a sociedade ocidental por antropólogos, historiadores, etnólogos, educadores, entre outros, como: Meliá, Nimuendaju, Schaden, Cadogan, Littaif, Clastres, Ladeira, Melo, Oliveira, Bergamachi (...), portanto, não tenho a pretensão de descrever em profundidade a cultura Guarani, pois muitos autores já se dedicaram a essa tarefa, mas busco situá-los no contexto das relações interétnicas para compreender as várias relações interculturais e complexidade frente à educação escolar indígena Guarani. Historicamente, esse povo vem garantindo a socialização da cultura tradicional no dia-a-dia das suas vidas e reforçando na casa de reza e na escola seus rituais e representações.

Contrariando os escritos de Manoel de Nóbrega e os demais jesuítas, os Guarani são religiosos e revelam as suas crenças em tudo o que realizam. “Considerando os índios totalmente destituídos de religiosidade, os jesuítas trabalhavam pela mudança de atitudes, sem jamais levar em conta que quase todas as formas de tratamento tribal possuem significado cultural ou religioso.”(Gambini,2000:101) Os Guarani acreditam que estão rodeados pelos espíritos que habitam os animais, as pedras, as matas, o ar que respiram, a água que saciam sua sede, enfim, sua vida.

Para iniciar a discussão, atentemos para as afirmações de Tassinari (1995:450) quando escreve sobre como as sociedades indígenas organizam o mundo e se organizam no mundo.

[...] na nossa sociedade ocorre a fragmentação das esferas da vida social. [...] o mesmo não ocorre nas sociedades indígenas. As várias esferas da vida social encontram-se imbricadas de tal forma que nunca podemos analisá-las isoladamente. [...] não podemos atingir a dimensão de totalidade que caracteriza a vida social dos povos indígenas a partir da nossa forma linear de escrita que divide os fenômenos em suas várias partes [...].

Por isso, ao ler os tópicos descritos a seguir, o leitor deverá estar atento para o fato de que estão imbricados uns nos outros, e optei por uma classificação para melhor explicitar a caracterização. Tassinari (1995) sugere “[...] utilizar os tópicos que abordam as relações que os índios estabelecem com a natureza, com o mundo sobrenatural e com a sociedade”. Estes servem de pano de fundo para a reflexão.

Inspirada nas reflexões de Meliá (1979) e Nimuendajú (1987), considero os seguintes aspectos relevantes da cultura tradicional Guarani e o observado nas relações estabelecidas na aldeia em estudo. Destaco a concepção de nascimento, a brincadeira e a criança, o conhecimento da natureza, os rituais, as relações de trabalho e lazer, a formação para liderança religiosa ou política, o artesanato, a alimentação e saúde, a religião e educação para compor o que chamo de Jeito Guarani.

2.4.1 A concepção de nascimento

A criança, ao nascer, cai num chão cultural em que ela é concebida como um ser muito importante e que não veio por acaso. Ela veio de algum lugar previamente determinado. Sua alma pode ter vindo do ZÊNITE, onde vive ÑANDERYQUEY, ou da “nossa mãe” no oriente, ou dos domínios de TUPÃ no ocidente. (NIMUENDAJÚ, 1987:31) Começa a participar da vida social do grupo, pois acompanha a mãe em todas as suas ações, muitas vezes colada em seu corpo por um pano amarrado como uma tipóia. “As crianças são o centro das atenções e dos cuidados e, quando pequenas,

passam a maior parte do tempo no colo da mãe, presas em seu corpo nas tradicionais MONDEA”.(Bergamachi. 2005: 166)



FIGURA 13 - Natália com seu filho na MONDEA - Foto: arquivo da pesquisadora

2.4.2 A brincadeira e a criança

As crianças brincam e andam livremente²⁶ pela aldeia, não vão para a mata, porque são orientadas a não irem e elas cumprem os ensinamentos. É comum ver as crianças de dois, três anos de idade sozinhas ou em grupos se dirigindo às casas dos parentes para brincarem ou indo para a escola, entrando e saindo da sala de aula,

²⁶ Rousseau (1712-1778). A educação de Emílio tem o “objetivo de formar um homem livre, capaz de se defender contra todos os constrangimentos”.(Rousseau, 1999:XX) Portanto, é necessário tratar as crianças como seres livres e respeitar a sua liberdade. Essas afirmações lembram as observações realizadas no trabalho de campo quanto à forma com que os mais velhos se relacionam com as crianças: respeitam a sua liberdade e as tratam como seres livres, sem repressão, que devem aprender observando e ouvindo as orientações dos mais velhos, principalmente dos pais e do tche ramõi. Tudo a seu tempo, obedecendo etapas de desenvolvimento por eles estabelecidos, a exemplo dos rituais de passagem (nascimento, adolescência, casamento e morte). Chama a atenção o que Rousseau fala sobre a infância. Ele diz que não se conhece a infância, “os mais sábios prendem-se ao que aos homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender”.(Rousseau, 1999:4) Diz ainda que é preciso estudar os nossos alunos, pois com certeza não os conhecemos. A criança não poderia mais ser considerada como um “adulto em miniatura”, mas sim seres que têm suas características próprias. Assim se comportam os indígenas: para a criança indígena tudo tem seu tempo, ela está sempre aprendendo com os mais velhos a serem elas mesmas e mantendo os traços culturais de seu povo.

participando das aulas por alguns instantes, desenhando ou ouvindo as explicações, subindo nos muros, brincando nas grandes pedras livremente, acompanhando seus pais ou seus irmãos mais velhos em trabalhos na aldeia. Participam de todas as atividades da aldeia sem o compromisso de cumprir tarefas. As crianças são autônomas nas suas ações, gozam de uma grande liberdade. As crianças aprendem brincando, quando chegam na fase adulta, o trabalho faz parte das suas vidas e trabalham utilizando o espaço e o tempo próprio da cultura e reproduzem a brincadeira. Os pais brincam com as crianças alegremente e ensinam suas brincadeiras tradicionais. Chama a atenção o modo como as crianças são tratadas pelos pais. Falam com as crianças de forma amistosa, com carinho, sem palmadas, nem gritos, apenas com conselhos, e segundo relatos, os conselhos são longos e persuasivos, precisam cumprir o que lhes foi ensinado. Os ensinamentos primeiro vêm dos pais e depois do TCHE RAMOI (avô) e TCHE DJARI (avó). Já os maiores também brincam livremente, mas são atribuídas a eles tarefas leves. E à medida que vão crescendo novos compromissos precisam assumir.²⁷

Conforme Meliá (1979), as categorias do ciclo da vida estão divididas em 1ª infância, 2ª infância, puberdade, adolescência, maturidade e velhice. Na 1ª infância as crianças têm estreito relacionamento com a mãe; já a 2ª infância é a fase da imitação da vida do adulto. “Aprende as atividades sociais rotineiras, participa da divisão social do trabalho e adquire as habilidades de usar e fazer instrumentos e utensílios de seu trabalho, de acordo com a divisão de sexo”. (MELIÁ, 1979: p.14) Referente à puberdade, adolescência, maturidade e velhice, estará contemplado nas páginas seguintes.

²⁷ Ver Oliveira (2004:42,43,44) e Bergamachi (2005:165-167)

2.4.3 Conhecimento da natureza

Os Guarani são profundos conhecedores do ambiente em que vivem. Adquiriram esse conhecimento pela ampla observação dos fenômenos e do cosmos como um todo. Guiam seu calendário baseado nas mudanças da lua, assim determinam as cerimônias, o plantio, a colheita, preparo das ervas, entre outros.

Para eles, NHANDERU está presente em tudo o que está posto no mundo. Por isso é necessário saber respeitar e se apropriar das coisas da natureza sem destruí-la. A relação que têm com a terra, com a natureza, é de um profundo respeito.

A terra precisa ser respeitada na visão dos índios Guarani, isto porque os pais e as mães são enterrados nela e viram terra. A terra é um material que pode ser visto por todos os homens, mas o espiritual somente os índios podem percebê-la e relacionar-se com ela plenamente. (BRANDÃO, 1994)

Ainda como afirma Bergamachi (2005:137)

[...] não há dissociação entre natureza e cultura e as coisas, os seres, os animais, as pessoas e as plantas estão no mesmo nível na natureza e com ela compartilham a condição de humanidade [...] são seres da natureza e não seres que habitam a natureza [...].

Na sua trajetória de mais de 500 anos de contato com os não-indígenas, vivenciaram relação intercultural, multicultural, integracionista, dominação e perdas, principalmente da terra e da mata, elementos necessários para desenvolverem certos rituais. Nessa trajetória, foram forçados a abandonar certas práticas culturais, mas estas permaneceram nas suas memórias, continuaram fortalecendo e reavivando a cada momento transmitido de geração a geração na oralidade.

Por um tempo, sobretudo os mais velhos, viveram desaldeados, mas não esqueceram as suas tradições. Qual é o segredo? Seu Alcindo e sua família por anos viveram trabalhando em fazendas como agricultores, cuidando de gado, criando galinha, tirando leite da vaca. Encaminhou seus filhos todos para aprender a ler e escrever na escola do “branco”, mas nunca deixou de realizar seus rituais e passar seu conhecimento para os seus. Nesse sentido, a educação, a religião, a tradição e a

cultura foram sendo construídas por um sistema de trocas. O saber dos mais velhos torna-se o saber da comunidade. Sempre em busca do seu TEKÓ, o seu sistema, o seu modo de ser Guarani.

As relações que os Guarani estabelecem com a natureza, os espíritos e os seres humanos [...] são orientados por um conjunto de regras e normas de conduta que compõem as relações sociais (entre pessoas) e cosmológicas (com os espíritos e o sobrenatural), denominado nanderekó. (GUIMARAENS, 2003: 25)

A reprodução do NANDEREKÓ é condição primordial para que os indivíduos possam ouvir as belas palavras (NE'ENG PORÃ), palavras sagradas e verdadeiras ditas pelo pajé recebidas de NHANDERÚ. O conjunto de NE' ENG PORÂ representa AYVÚ PORÃ, a bela linguagem, que são as normas de conduta repetidas de geração a geração em seus cantos rituais. (GUIMARAENS, 2003: 25-35). A grande luta do Guarani é a busca pela terra boa para desenvolver o NHANDEREKÒ, é a essência da educação tradicional, da vida Guarani.

Ao longo da história, as sociedades indígenas, e em especial os Guarani, passaram por várias experiências de educação para os índios, mas mantiveram a sua educação tradicional. Os ensinamentos estão presentes no dia- a- dia da aldeia, pelo exemplo de seus pais, pelos ensinamentos do TCHE RAMÕI e da TCHE DJARÿ I.

Os índios estão naturalmente imersos no mundo natural, vendo-se a si mesmos como as plantas e os animais com os quais convivem prática e simbolicamente. Há um conhecimento científico indígena e cada cultura particular o faz variar de acordo com a maneira como combina os seus próprios termos de significação da realidade. (BRANDÃO, 1994: 21)

Alguns estudiosos do século passado diziam que as sociedades antigas eram “atrasadas” porque não haviam desenvolvido técnicas para transformar a natureza. Há no mundo sociedades pouco desenvolvidas nas técnicas, mas muito desenvolvidas em outros aspectos, como na religião, na justiça, na distribuição de riquezas e outros, provendo qualidade de vida a seus membros. Não há sociedades mais desenvolvidas que outras, há apenas diferenças de pontos de vista, ou de ponto de partida socializando de geração a geração as suas bases para a formação das pessoas

daquela sociedade, utilizando seus próprios critérios e meios, suas regras e suas leis. Os Guarani, às vezes, são preconceituosamente chamados de atrasados, como vemos na fala do professor Wanderley ,“Às vezes, puxa – atrasado – é chato dizer isso. Muitos falam. Acho que a escola é uma maneira de mostrar pro juruá que o Guarani tem seu próprio ensino. Seu próprio modo de pensar”.

O tempo Guarani, ele está em completa harmonia com a natureza. Para ele brincar, cultivar a religião, trabalhar, estudar, cantar, não são coisas separadas como são para a sociedade não-indígena. Produzir um artesanato significa ao mesmo tempo: um trabalho para seu sustento, um momento de reflexão e oração e um lazer. “O tempo é vivido intensamente como continuidade, em que tudo é presente, pois o passado está sempre sendo atualizado, tanto pelos rituais, quanto pelas narrativas mitológicas”.(BERGAMACHI, 2005: 144)

2.4.4 Rituais

Participar dos rituais constitui um importante fator de fortalecimento da educação religiosa de cada um e do grupo social. Com exceção do ritual de passagem da menina para mulher, que é um momento de reclusão, todos os outros rituais se dão de forma coletiva com a participação livre de todos da aldeia e visitantes indígenas da mesma etnia. Ocorre que, nestes momentos de rituais, os mitos e as lendas explicam a organização social, a ciência, a história, a cosmologia, as relações com a natureza, enfim, os conhecimentos acumulados historicamente desse povo. Por isso, seu Alcindo diz: “A nossa primeira escola é a opy”.

Os ritos constituem as principais fontes do processo de educação indígena, pois é participando da vida indígena, desde quando nasce, passando pelos aprendizados do dia- a- dia com os mais velhos, com a natureza, com o sobrenatural, que se mergulha na cosmologia indígena para a formação do índio autêntico, que alça novos vãos na busca do entendimento do “novo”: educação escolar indígena. (SILVA, 2003: 120)

2.4.4.1 Ritual de nomeação

Quando uma criança nasce, o líder religioso é encarregado de dar o nome ao bebê. Ele marca e dá início à cerimônia para determinar de onde veio aquela alma. Pode ter vindo de um dos quatro lugares citados anteriormente. O líder identifica o momento e o lugar de chegada na terra. Faz isto, mediante cantos apropriados, exigindo muito esforço do líder, num verdadeiro estado de êxtase, segundo Nimuendaju (1987: 30,31).²⁸

É comum, entre os Guarani, a troca de nomes em português, e a atribuição de apelidos com nomes de animais, menosprezam o nome português. Isto ocorre porque o que lhes importa é o nome indígena, sendo o seu nome verdadeiro e que muitas vezes preferem não revelar. Como a FUNAI expede certidões de nascimento, alguns possuem dois documentos, um registro no cartório civil e outro da FUNAI, e cada um com nomes diferentes. Mesmo o nome indígena também pode ser mudado em caso de doença.

Quando todos os esforços para salvar um doente são baldados, o último recurso é a troca de nome: o pajé “acha” um outro nome para o doente, e é freqüente que a isto se siga um batismo com água da forma anteriormente descrita. A idéia é que o doente, ao tomar um novo nome, torna-se um novo ser, e que a doença fica presa ao seu ser anterior, separando-se assim do renominado, que deste modo sara. Daquele momento em diante, o nome antigo não volta a ser pronunciado; deixa-se o cair no esquecimento o mais depressa possível. (NIMUENDAJU, 1987:33)

2.4.4.2 Ritual de passagem ou ritual de iniciação

Na puberdade, surge um tipo de iniciação, uma educação formal em local, período e educador determinados. É um momento de muita aprendizagem para os

²⁸ Ver em Chamorro, www.dhi.uem.br/publicaçõesdhi/diálogos/volume01/vol2.htm- descrição do ritual.

adolescentes, um preparo para a vida adulta. Para as meninas a menstruação é momento significativo e determina o início do ritual, e tem também iniciação para os meninos, que tem seu ponto inicial determinado pelo pai, quando começa a apresentar sinais de mudanças em seu corpo. Na adolescência, as responsabilidades aumentam e os trabalhos estão ligados às necessidades da comunidade. O adolescente mostra a capacidade de viver por si e de assumir família.

Os meninos e as meninas passam por ensinamentos definidos por alguns autores como rituais de passagem.²⁹ Os meninos começam a ser orientados pelos pais e os mais velhos. Os jovens meninos têm suas tarefas nos trabalhos coletivos orientados também pelo cacique ou TCHE RAMÕI.

“A partir dos 6 a 7 anos, os meninos já são ensinados a observar algumas coisas feitas pelos pais. O pai já leva junto para a roça, mato, já aprende a trazer lenha e fazer serviços leves. A partir dos 10 a 12 anos, deixa de ser criança e passa a viver a sua vida de adolescente no qual já aprende a erguer pesos, ajuda os pais na roça, faz sua própria roçada e já vive a sua própria vida, e leva uma vida de homem. Mesmo cuidando de sua própria vida, ele deve ouvir os conselhos dos pais e deve obedecê-los, no que deve ser feito, no que deve melhorar, e assim continua até ele deixar a casa dos pais, quando isto acontece, ele leva tudo o que aprendeu com os pais. A partir dos 15 a 20 anos, já são considerados homens, pois já sabem tudo, desde cuidar de si próprio, como também levar a vida para frente. Daí em diante eles saem à procura de serviço.” (Geraldo Moreira)

As jovens meninas seguem as orientações da mãe ou de TCHE DJARÿ i. Quando menstruam pela primeira vez, ficam reclusas para receberem os ensinamentos, seus cabelos são cortados e executam pequenas tarefas. Não podem conversar com outras pessoas, não entram na mata, não podem chegar perto das plantas e não podem comer determinados alimentos como carne, polenta, café e nenhuma espécie de doce e gordura. Fazem uma espécie de jejum. Tanto no período de passagem como em todo período menstrual de sua vida, fazem uma dieta alimentar, não podem fumar o

²⁹ Ver Oliveira (2004:46, 47), Meliá(1979)

PETYNGUÁ (uma espécie de cachimbo), não podem se aproximar das plantas e nem lavar os cabelos. Aprendem a cuidar do marido, respeitar e tratar com carinho, além de costurar, fazer comida, artesanato, limpar a casa e o comportamento da mulher na OPY. Neste período, as meninas não comparecem à escola, o tempo de reclusão é variado, mas pode chegar a trinta dias.

“Tem que guardar tudo o que ela explica, se fizer errado, a vó briga, é porque não aprendeu. Esse é um período de aprendizagem As meninas têm que respeitar os homens casados. As gurias, às vezes, não respeitam e fazem a pessoa ter ciúme e desconfiança, isso minha vó não gosta muito, não gosta mesmo. A vó é conselheira, mas também quando erra...humumm!!! sai de perto” (Katia Moreira)

Dona Rosa Mariani Cavalheiro (TCHE DJARÿ I - minha avó) é considerada uma KARAÍ KUNHÃ, líder espiritual feminina, também tem um papel fundamental de ensinar as tarefas da mulher, principalmente o artesanato. No ano de 2005, ela revigorou um artesanato com palha de milho colorida (Fig. 14), produzindo um trançado formando tapetes de vários tamanhos e cestos. Ensinou uma de suas filhas que terá a tarefa de ensinar as mulheres que tiverem interesse e sobretudo suas filhas e netas. Ela é a responsável pelos ensinamentos das meninas. Ela decide se a menina será ensinada pela mãe ou por ela. As adolescentes revelam que, se for com a mãe, é menos penoso, o serviço é mais leve. “Já com a avó é pior. A avó exige mais, ensina a trabalhar e trabalhar rápido para ter agilidade. A mulher é muito importante para nós, a mulher é sagrado.” (Kátia Moreira)³⁰

2.4.4.3 Ritual do casamento

É comum a “paquera” à procura por um namorado ou namorada. O namoro inicia com um jogando uma pedrinha no outro.(Silva, 2003 in Guimaraens:116) Sempre tem uma história de relacionamentos na aldeia. Eventualmente, as meninas disponíveis

³⁰ Ver Oliveira, 2004

para o namoro fazem uma pintura no rosto para demonstrar aos rapazes que procuram um companheiro. O cacique cuida da ordem da aldeia, quando um casal resolve namorar, precisam primeiro comunicar a ele, esta é uma das leis internas da aldeia para que a moça seja respeitada pelos outros rapazes. Outra lei interna, determinada pelo cacique, é que, se pretendem permanecer morando na aldeia, não é permitido o namoro com rapazes JURUÁ. Agora, é comum a comunidade receber a visita de jovens indígenas Guarani vindos de outras aldeias à procura de uma companheira. Percebe-se que os relacionamentos iniciam aos doze, treze anos e logo vão morar juntos, conseqüentemente nascem os filhos, portanto, se tornam pais muito jovens.

“Antigamente os casamentos eram ajustado pelos pais, desde pequeno após a menina ficar moça é entregue para o rapaz . Na maioria das vezes, o casamento não é escolhido desde pequeno, mas após a menina ficar moça ela é dada a um rapaz que seja valente, corajoso, trabalhador e que é da confiança dos pais da menina.” (Geraldo Moreira)

O líder espiritual realiza o ritual do casamento apenas com a presença dos pais na OPY, depois todos podem comemorar, e eles revelam que os casamentos eram duradouros. Dizia seu Alcindo:

“Estou com Dona Rosa mais de sessenta anos. Hoje ninguém me pede para fazer casamento, ninguém. Só um caszinho de” brancos” neste ano lá em Urubici me pediu, viu. Eu fiz a cerimônia, tudo queria fotografar, filmar, gravar. Eu disse não, na cerimônia só nós. Depois pode fotografar e festejar. Na cerimônia, não! (...) Atualmente não tem casamento, como antigamente, porque as pessoas namoram, não dão tempo de se conhecerem e já ficam juntos e logo têm filho.”

Na aldeia já aconteceu o casamento no religioso com a presença do padre da igreja católica que veio até a aldeia e juntamente com o líder espiritual firmaram um compromisso para não se desfazer. Os desentendimentos que ocorrem entre os casais, na maioria das vezes, são por ciúmes, por traição ou pelo marido não providenciar o sustento dos filhos. A “lei interna” protege os filhos, o pai, quando se separa, é obrigado a pagar pensão. Também ocorre a adoção de crianças por outras famílias, caso os pais não tenham condições de criá-las.

2.4.5 As relações de trabalho e lazer para os adultos

Nesta aldeia, as mulheres, aos sábados, pela manhã, realizam mutirões de limpeza na aldeia organizados e orientados pela esposa do cacique. E ocupam suas tardes jogando futebol com times femininos do município, participam de campeonato e colecionam troféus. Andam quilômetros para chegarem a um campo de futebol. Durante a semana, estão encarregadas de cuidar da casa, dos filhos, produzir artesanato e vender na escola quando chegam visitantes ou quando acompanham as crianças e o coral em espaços onde são convidados como: intercâmbio com escolas diversas e apresentações em eventos nas cidades vizinhas.

Os homens se encarregam do sustento da família, alguns trabalham fora como pedreiros, carpinteiros, agricultores e outros. Os trabalhos internos, também aos sábados, são de melhoramento da estrada, escadarias e picadas, cortar taquara para a confecção de artesanato ou reconstrução das casas e armazenamento de lenha para o fogo de chão. Aqueles que não estão trabalhando fora da aldeia, atualmente, estão cuidando da roça familiar plantando milho e feijão com sementes tradicionais, batata, batata doce, aipim e amendoim.

2.4.6 Formação de liderança religiosa ou política

Na maturidade, é intensificado o domínio das práticas culturais. Constituem família e continuam aprendendo e socializando o domínio da linguagem simbólica, cantos ou dirigindo rituais. Alguns são orientados para serem líderes religiosos ou políticos. E na velhice:

[...] intensifica a personalidade específica adquirida. Os velhos são escutados como portadores de tradição e consultados como orientadores na inovação. Mesmo a morte tem um grande valor educativo dentro de uma sociedade indígena, onde toda comunidade participa solidariamente da passagem. (MELIÁ, 1979: 15)

Um indivíduo só pode se tornar líder religioso por inspiração, não há hereditariedade. O menino que recebe a sua inspiração participa das cerimônias

auxiliando o líder nos rituais buscando os ensinamentos específicos. Isto também acontece na fase adulta, e passam suas vidas se aperfeiçoando. Precisam de muito tempo para o preparo espiritual, conhecimento de ervas, cantos, danças, gestos, capacidade de professar e liderar cerimônias. Para chegar no estágio de liderança e poder que seu Alcindo tem hoje, leva muito tempo, sabedoria, dedicação, interesse, coragem e fé. Precisa ser um líder, ter capacidade de concentração para ouvir os espíritos e acreditar, por fim, dominar profundamente a religião Guarani (TATANTY EPO'E). Meus interlocutores afirmam que, com os poderes de seu Alcindo não existe mais nenhum Guarani e que não terão mais uma liderança tão forte e com tanta sabedoria. Segundo seu Alcindo, entre os povos indígenas brasileiros, existem apenas seis pajés verdadeiros como ele.

Os Guarani recebem cantos sagrados e os entoam espontaneamente. Conforme Nimuendaju (1987:75), esses cantos de pajelança se dividem em quatro classes: a primeira pertence a todos os seres humanos, nenhuma inspiração, a segunda pertence àqueles que já receberam alguns cantos, que os usam em seus assuntos privados, a maioria dos adultos de ambos os sexos recebem esses cantos; quando alguém desta classe, durante a dança ritual, começa a adiantar a fileira e a dirigir a dança dos demais, é sinal de que se aproxima da terceira classe. Esta congrega os pajés (homens e mulheres) com os nomes de ÑANDERÚ e ÑANDERCÝ. Usam seus poderes para si e para sua comunidade (cura de doenças, profecias e batismo...) Apenas os homens chegaram ao mais alto grau de perfeição que os capacita a dirigir a festa ÑEMONGARAÍ³¹ e que determina que assumam a liderança social e religiosa do grupo como pajé principal e que congregam a quarta classe.

³¹ Nimongaraí – festa importante, reúne todos os Guarani, época em que os frutos da lavoura estão verdes, entre janeiro e março. A dança dura quatro noites. Essa festa é uma das mais importantes para o povo Guarani, mas na aldeia em estudo ela não acontece.

Antigamente não conheciam outro líder que o pajé principal. Quando passaram a se relacionar com as autoridades brasileiras, lideranças eram nomeadas sem considerar os aspectos culturais. Muitos conflitos geraram inimizades e intrigas (NIMUENDAJU, 1987:76). Os governantes tinham a intenção de desestruturar o grupo e conseguiram, deram início às disputas pelo poder. Meus interlocutores revelam que somente depois que a FUNAI realizou os primeiros contatos é que escolheram alguém para ser o cacique e representar a aldeia. “Antes, o líder espiritual era o líder, mas quando os “brancos” chegavam na aldeia, sempre perguntavam pelo cacique, e também quando a FUNAI apareceu, exigiu que deveríamos escolher alguém para nos representar.” (Hyral Moreira) Por isso, o Milton Moreira tornou-se cacique e seu Alcindo, líder espiritual. Poder político para as relações externas e poder político e religioso para as relações internas. Todos respeitam os dois. O líder político não resolve nada sem antes consultar o líder espiritual.

Esta aldeia constitui-se como uma sociedade que se mantém a partir da posse coletiva da terra, das relações de trabalho divididas por sexo e por idade, das relações de parentesco, da valorização da sabedoria dos mais velhos, da força da tradição oral para a manutenção da memória histórica, das relações que mantêm com a natureza e com as pessoas, das relações religiosas, dos rituais, das festas, enfim, um modo de ver o mundo próprio desse povo.

2.4.7 Alimentação, uma questão de saúde:

A dieta alimentar básica das famílias Guarani nesta aldeia consiste de arroz, feijão, aipim, batata doce, eventualmente carne acompanhada de TCHIPA I (pão à base de farinha e água frito em óleo), MBOJAPÉ (pão assado). Constitui alimentos tradicionais: TCHIPÁ, MBOJAPÉ, RORA (polenta), KAVURÉ (pão assado na taquara),

K'IREPOXI (farinha de milho umedecida com água e assada dentro do bambu), JETY (batata doce assada), MBIXY (aipim assado), JOPARÁ (feijão, lingüiça, canjica de milho). Os mais velhos comem o alimento tradicional sem gordura e sem sal. Pela manhã, tomam o chimarrão, depois, por volta das 10 horas, leite quente e farofa de milho. Por volta das 16 horas, almoço: carne com farofa de milho ou aipim cozido ou arroz e feijão e os pratos tradicionais. O tempo Guarani é diferente do tempo dos não indígenas. A começar pelo horário de alimentação. Realizam duas refeições básicas. Os jovens obedecem ao horário tradicional, mas a base da alimentação é a dos não indígenas, às vezes consomem a alimentação tradicional, mas o sal e a gordura estão incluídos nos alimentos. O velho, seu Alcindo, fica incomodado. Afirma que por isso muitos ficam doentes. “Eu já disse para meus filhos, mas não querem me escutar. Preferem a comida dos brancos”.

2.4.8 Artesanato, sobrevivência e religiosidade:



FIGURA 14 - Artesanato tradicional - Foto: arquivo da pesquisadora

Reforçam a sua resistência para manter o Jeito Guarani na tradição indígena, também se utilizando do artesanato. Esculpem animais silvestres na madeira

representando a natureza desejada. Com os cestos e balaios de palha variados e coloridos, chamam a atenção para a arte Guarani.³² Imprimem um sentido religioso no seu fazer, produzem formas e modelos adaptados às necessidades dos seus clientes. Os desenhos e as pinturas corporais são inspirados na natureza. Com colares e brincos criativos de acordo com a moda do não-índio, produzem para a demanda de mercado. O pau de chuva e chocalhos, instrumentos sagrados para seus rituais, tornam-se instrumentos de percussão nas mãos de seus clientes não-índios. Os arcos e flechas não mais para caçar os animais, mas para enfeites nas paredes das casas dos não índios. Todos com significados culturais, mostram a sua arte que se tornou um meio de sobrevivência. Vendem o artesanato para comprar alimentos para o sustento de seus familiares. Divulgam a sua cultura e se mostram à sociedade não índia como um povo que está vivo, presente com as suas diferenças e se identificando como índios Guarani e brasileiros, valorizando assim a sua cultura.

O artesanato é uma fonte de renda. Eles comercializam os produtos na aldeia para visitantes, em eventos de intercâmbio, quando o coral da escola sai para

³² TRAMA DO BALAIO

“Antigamente, cada trama de balaio pequena ou grande tinha seu significado:

1 - Espíritos das crianças, por isso que é colorido de varias cores, identificando os vários lugares de onde vieram.

2 - Dois mundos, o mundo onde nós estamos e o mundo dos espíritos de KARAI KUERI.

3 - Representa as quatro direções, quatro povos ou quatro ventos, quatro gerações.

CORES : Vermelho : é tirado do urucum, é moído e socado no pilão. Antigamente vermelho simbolizava sangue dos guerreiros mortos na batalha entre índios e brancos. Amarelo : tirado da madeira chamada Yvyradju, a casca é colocada na panela e fervida. Simboliza Deus do Trovão. Verde : tirada da argila, ela é concentrada colocada no pote, depois de 15 dias ele é aberto. Simboliza Deus da Natureza. Branco: tirado da argila branca. Simboliza o nosso Pai Sol. Preto : Cera de abelha djatei. Todas essas cores são misturadas com cera de abelhas.”(Karaí O’ Kendá)

apresentações e ainda vendem por atacado no mercado ou lojas. Por força de uma lei interna da aldeia³³, as mulheres são impedidas de vender o artesanato nas ruas do centro da cidade. Recebem, na aldeia, encomendas de produtos para venda em atacado para lojas. Ao venderem os artesanatos no atacado, perceberam que as donas das lojas estavam colocando etiquetas e/ou acrescentando algum acessório agregando valor ao produto. Dessa forma, vendendo por um valor muito maior do que aquele que estavam pagando pela mercadoria. Então, com a coordenação da esposa do cacique, montaram um projeto e ganharam de indústrias máquinas de costura para produzirem a mercadoria pronta para as lojas, agregando assim maior valor ao seu produto e adaptando a necessidade de mercado. Esse trabalho iniciou no mês de maio de 2005. Todas as mulheres interessadas estão aprendendo a costurar com as mulheres da comunidade que já sabem este ofício.

Observa-se que, cada vez mais, esta aldeia está se abrindo à sociedade não-indígena em busca de apoio para melhorar a condição de vida, mas jamais esquecendo as tradições. Buscam apoio para valorizarem e recuperarem traços culturais, como, por exemplo: a escola como espaço que reforça a sua tradição, a agricultura como complemento alimentar e recuperação das tradicionais sementes, o artesanato adaptado ao mercado, mas com técnicas próprias tradicionais, tudo está voltado para dentro da aldeia, tentando sempre envolver os jovens em todas as ações para que também ensinem seus futuros filhos. Procuram fortalecer as relações com suas leis internas definidas em grande parte no coletivo, mas com anuência maior do KARAÍ e executadas pelo cacique. Há uma grande preocupação com a manutenção do grupo “Guarani puro”. Tem atualmente como lei interna que os jovens não podem namorar JURUÁ, se quiserem permanecer morando na aldeia, como já citei anteriormente.

³³ Lei interna da aldeia – expressão utilizada pelos indígenas para se referirem a organização e normas da aldeia M'Biguaçu definida pelas lideranças e comunidade expressa na oralidade.

As suas releituras e adaptações são tomadas com base na tradição. Neste sentido, faz-se mister considerar a contribuição de Oliveira (2004: 32).

A realização de certas práticas valorativas relacionadas a um passado distante, entre as quais as rezas, é considerada essencial, revela a preocupação por parte destes Guarani em viver como um grupo específico no presente, mas também em que seus descendentes continuem vivendo como tal num tempo futuro.

Os Guarani assumem um compromisso de vida realizando certos rituais necessários para **viver do Jeito Guarani** e isto se torna garantia de sobrevivência dos traços culturais em todas as gerações.

2.4.9 TEKÓ (sistema) Religião e Educação:

Os Guarani desta aldeia, neste espaço, vivem sob a orientação de NHANDERU decodificada pelo seu líder espiritual, Alcindo Moreira (Wherá Tupã), um sábio KARAÍ incansável nos seus ensinamentos, também chamado TCHE RAMÔI (meu avô) acompanhado da TCHE DJARÿ i (minha avó), Rosa Mariani Cavalheiro (Poty Djá). Eles se preocupam com o futuro dos seus netos, dos seus familiares, do seu povo. Participam de tudo e exercem a liderança. Ele é o mais velho, o médico, o curandeiro, o conselheiro, é quem atribui o TCHERERÿ (nome Guarani) dado às crianças³⁴, é o solicitado e respeitado por todos na aldeia, pelos indígenas de outras aldeias Guarani e não-indígenas que sabem da sua existência e do seu poder na cura, o visitam diariamente para consultas. Recebe muito bem a todos que chegam na aldeia à sua procura. Quando sente os bons espíritos, são sempre bem vindos, mas quando sente o

³⁴ Conforme relato de seu Alcindo apud Oliveira (2004:26), “É uma tarefa muito trabalhosa. Eu tenho que ver a criança, ir para casa e conversar com Nhanderu. O céu é dividido em vários lugares e a cada lugar corresponde um nome (...) cada criança recebe o nome do lugar de onde vem...” Ver também Nimuendaju (1987:31)

espírito mau, dá um jeito de os dispensar sabiamente. Poucas palavras saem da sua boca e a pessoa se obriga a ir embora.

As palavras na comunidade não fluem automaticamente. Tem palavras que não podem ser ditas e nem escritas por qualquer pessoa em qualquer lugar ou momento. Tem hora, local e pessoa certos para pronunciá-las. Os Guarani sempre pensam muito antes de falar, para não falar “bobagem”, para não ofender as pessoas, enfim, para não jogar fora a conversa. Seu Alcindo dizia: - “Já falei para eles, pensem três vezes antes de falar para não ofender. É muito fácil ofender... fica ruim!”. As relações culturais são estabelecidas pela palavra oral, na grande maioria a língua utilizada no cotidiano da aldeia é o Guarani do tronco lingüístico Tupi Guarani. Comunicam-se em português só no contato com os JURUÁ (brancos) e com os PONGUÉ (mestiços). As crianças pequenas, na sua maioria, não compreendem o português. As mulheres mais velhas têm um conhecimento restrito do português, enquanto que os homens e jovens (moças e rapazes) apresentam um conhecimento mais amplo da língua, mas revelam dificuldades de compreensão em determinadas situações de diálogo, havendo uma troca de informação entre eles na língua materna ou indagando o interlocutor.

A palavra oral, numa sociedade tribal, exerce uma relação de poder que move uma nação, e para Brandão (1984), é no seio das nações indígenas que acontece a primeira educação popular, nas suas práticas cotidianas de socialização da palavra, do saber transmitido de geração a geração. Na antigüidade, todos sabiam tudo e entre si ensinavam uns aos outros, através de seus ritos, dos trabalhos coletivos (caça, pesca, roçada, mutirão...), ressalta que ocorria a educação popular primitiva porque o trabalho produtivo não estava dividido socialmente e o poder comunitário não se separava da vida social.

Os Guarani reforçam sua língua na oralidade, sua visão de mundo passada de geração a geração por meio das palavras sagradas que têm uma importância na esfera religiosa desse povo. Assim, mantêm sua comunicação entre os povos de maneira

brilhante, pela sua característica peregrina de migração, na busca da terra sem males. A palavra, para eles, tem um significado ímpar, preocupam-se ao pronunciá-la, utilizam entonações para dar ênfase e o devido valor ao que estão pronunciando. Pensam muito antes de falar, procuram a palavra certa a ser dita. Quando participam de discussões com os não-índios, ficam perturbados pela forma com que jogam as palavras fora sem refletir sobre elas. Para eles, a palavra oral só se torna escrita quando o índio utiliza o “PETYNGUA” (cachimbo), instrumento indispensável nas cerimônias religiosas. “[...] utilizado como instrumento de fé, não é necessário fumá-lo, pegando com as duas mãos e demonstrar fé, é o suficiente. Em tudo o que se faz é preciso acreditar que Nhanderu: Deus existe e é muito poderoso.” (Alcindo Moreira)

Na tradição da oralidade, o conhecimento é transmitido, por meio da música e da dança, dos mitos e das lendas, dos conselhos dos mais velhos, através das belas palavras pronunciadas nos rituais na OPY³⁵. Orando para NHANDERU, em volta de uma fogueira, concentrados com seu PETYNGUÁ e suas medicinas, suas ervas, seus instrumentos musicais, suas danças, seus gritos e seus cantos. Demonstram uma capacidade mnemônica³⁶ para memorizar os ensinamentos. Os significados podem ser descritos pela leitura dos sinais demonstrados na fumaça que desenha no ar as respostas às indagações realizadas pelo KARAÍ, nas cores, nas pinturas, nos gestos e nos adereços. Nada acontece por acaso, tudo tem um sentido, um significado peculiar que só eles sabem decifrar. Assim, penso que nas sociedades indígenas o poder da palavra é que os move para a preservação de sua cultura, para se colocarem no mundo dos não-índios, para resistirem e manterem as suas organizações sociais.

³⁵ Platão utiliza os diálogos para apresentar as várias faces do amor, apropriando-se dos recursos da linguagem como: diálogo, discurso, mitos, alegorias e a matemática. Assim como os indígenas, que se utilizam dos mitos para explicar suas relações com o mundo, socializando seus conhecimentos, seus ensinamentos de geração a geração, utilizando os recursos da oralidade passada pelos velhos, sendo uma das formas de resistência desses povos para manterem suas culturas e sobreviverem.

³⁶ Conforme o Dicionário Gama Kury (FTD), mnemônico é qualquer sistema de ajuda artificial a memória. Arte de facilitar as operações da memória.

Utilizam a capacidade mnemônica, arte de facilitar as operações da memória, isto porque a prática da oralidade é intensa. Para contarem e recontarem os mitos e lendas. “As tradições não ficam paradas no tempo, elas mudam, renovam-se [...]” (Franchetto, 2003:49) Transcrever um mito, um canto, uma lenda é muito diferente de ouvi-la, deixa-se de lado o som, os gestos, a entonação de voz, a postura do narrador, o espaço entorno, tudo o que dá vida à fala. O mito se constitui e é recriado na oralidade.

O PETYNGUÁ (uma espécie de cachimbo) é feito de argila ou madeira, instrumento sagrado nas cerimônias³⁷. Utilizam o fumo de corda e, dependendo da doença, usam cedro ou outra erva. Usado na hora certa para curar as pessoas que estão doentes e somente quem sabe rezar pode fazer isso. Desde criança aprendem a respeitar e a usar o PETYNGUÁ, e quando ele se quebra, é um aviso de que vai acontecer alguma coisa boa ou ruim com a pessoa ou um parente, e quem pode auxiliar para saber o que vai acontecer ou rezar para não acontecer é o TCHE RAMOI. Acreditam na força espiritual, na força do espírito.

Assim eles rezam! Todos os dias rezam. Rezam, cantam e dançam para pedir a NHANDERU proteção, para pedir permissão a utilizar a natureza, para abençoar seus remédios e alimentos, para acompanhar nas viagens, “que NHANDERU te acompanhe até chegar na tua casa”. Essa era uma expressão que ouvia várias vezes do seu Alcindo, ao despedir-me e sair da aldeia, tomar a BR101 e dirigir-me para minha residência.

As cerimônias são marcadas pelo seu Alcindo (Wherá Tupã). Existem cerimônias exclusivas só para os indígenas, com rituais sagrados antigos os quais eles preferem guardar segredo. Sempre que tem alguém doente, tem cerimônia especial para a cura. Nos dias previamente determinados, tem cerimônia chamada de “medicina” com

³⁷ Ver descrição da cerimônia em Oliveira (2004: 53, 59).

convidados. Essas cerimônias iniciam por volta das 16 horas e encerram pela manhã.³⁸ As que duram a noite toda são realizadas nas sextas-feiras ou sábados para que as crianças não deixem de ir à escola. Sempre realizadas na OPY e algumas na OPY JERÊ também.

Conforme afirma Nimuendaju (1987:90), nas aldeias, quando não têm a casa de dança (hoje chamada casa de reza), a moradia do pajé é construída de forma que tenha, do lado oriental, um pátio cercado, que se estende do norte para o sul, com cruces fincadas. Quando tem um pajé de renome, constrói-se uma casa especial para a dança, por isso, na aldeia em estudo, tem o seu Alcindo e a casa de reza foi construída.



FIGURA 15 - Casa de reza – OPY - Foto: arquivo da pesquisadora

A sua casa de reza, chamada de OPY, é um lugar sagrado, de muito respeito pelos que nela adentram. Apenas os convidados ali entram. É uma casa construída nos moldes da construção tradicional de frente para o nascente do sol. As paredes são de barro amassado com cinza para dar a liga necessária e taquara. A cobertura é de palha de taquara ou KARANDÁ, o piso de chão batido com terra vermelha. No seu centro é

³⁸ Segundo Nimuendaju (1987: 65) as danças encerram ao amanhecer por ser um momento determinante para a pajelança, pois marca o seu término.

que a energia se concentra. Há um fogo de chão e uma espécie de escultura desenhada no chão representando a mãe terra e o caminho percorrido pelos Guarani e todo o seu significado para esse povo cheio de fé. Ao centro desse desenho, de frente para o fogo, há uma espécie de cajado com adornos ornamentais, fincado ao chão. A energia vem das extremidades, se concentra no cajado que direciona para além numa harmonia com o fogo e o sol. Quando o fogo está aceso, há uma linha energética imaginária ligando o fogo ao seu Alcindo e que faz conexão com NHANDERU e os espíritos sagrados, neste espaço ninguém pode passar. À frente, lado oposto da única porta de entrada, há uma espécie de altar (AMBA), onde, segundo seu Alcindo, ele disponibiliza seus “desenhos tradicionais” para mostrar para seus netos como eram e como são os Guarani. Ali, no meu olhar, havia esculturas esculpidas em tábuas de madeira representando casas tradicionais e trajes indígenas, instrumentos musicais masculinos (MBARAKA=violão, ANGUAPU=tambor, RAVÉ=rabeca), instrumento musical feminino (TAKUAPU), utensílios de cerâmica, cestarias diversas, PETYNGUA de argila e de madeira, esculturas simbolizando os animais sagrados, colares e armas de caça e pesca, ao centro do altar há uma grande cruz³⁹ de madeira com alguns adornos e o cocar do KARAÍ utilizado nas cerimônias. Instrumentos vários, desconhecidos para os JURUÁ.

³⁹ Chamou-me a atenção a presença da cruz na opy, e encontrei em Nimuendajú (1987:67) apud Oliveira (2004:53) que atesta a importância da cruz de madeira na mitologia Guarani.” (...) antes de criar a terra, nhamderuvreçú fez ayvy-itá. A escora da terra. Colocou uma viga no sentido leste-oeste, e outra, por cima, no sentido norte-sul. Pisou então sobre o ponto de cruzamento deste yvyrá joçá recoopy (cruz eterna de madeira) e encheu seus quadrantes de terra. Quando a terra tiver de ser destruída, nadery quey tomará a extremidade oriental do braço inferior da cruz e puxará lentamente para leste, enquanto o braço superior permanecerá em sua posição original. Com isto, a terra perde o seu suporte ocidental. “

Nesse ambiente ele realiza os ensinamentos para seu povo. A OPY é onde se pode registrar a história, ensinar as suas verdades, preservar os valores, cultivar a sua medicina de curar. É o refúgio onde se abrigam os mais ricos pensamentos, cantos e orações que ficam registrados na memória de cada um para manter e valorizar a sua cultura, se proteger dos “brancos” e imprimir a resistência. A OPY JERÊ também é um lugar sagrado, local utilizado para a cura de doenças mais graves, como paralisias, bronquite, sinusite, enfim, males pulmonares e respiratórios, doenças do corpo, da alma e psicológicas como traumas e medos. Uma casa de barro em forma de iglu com pedras aquecidas. Realizam uma espécie de sauna coletiva, chamada Temascal. Na OPY DJERÊ, é sempre lembrada a importância da natureza, da água e do vento. Aqui a seleção dos convidados é mais criteriosa.

As cerimônias são necessárias para conservar os fatos na memória e contar toda história lembrada pelos mais velhos, que levam muito tempo para contar, são histórias sem fim, em cada época é acrescentada uma nova parte, atualizando-as no tempo. Os ensinamentos estão pautados nas lendas e mitos que se complementam ao longo da história. Não existe autoria, mas é de domínio de toda a aldeia. Cada um que conta, conta do seu jeito, mas a essência é a mesma. Os mais velhos reúnem as crianças para contar os mitos e lendas e através deles explicam sua visão de mundo, seus conhecimentos acumulados ao longo dos anos, atualizando-os no tempo presente.

Nimuendaju (1987:28) afirma que no passado os Guarani procuravam esconder ao máximo sua religião para não sofrer represálias. Um dos meios utilizados para não sofrer os ataques cristãos era a exibição da cruz na “casa de dança” (hoje chamada casa de reza - OPY), e escreviam nos túmulos as expressões: “Deus lhe ajude!” ou “Nossa Senhora”. Ao que tudo indica, introduziram a cruz em seus rituais e lhe atribuíram um significado indígena.

Os Guarani passam a vida explorando suas capacidades de agricultores, músicos, artesãos, contadores de histórias, anfitriões, conhecedores da natureza, guerreiros e principalmente desenvolvem a concentração. Quando eles cantam, o som é melodioso e agudo, predominando as vozes femininas, acompanhadas pela melodia dos instrumentos tocados pelos homens. Ao ritmo de um bailado acelerado, representando uma caminhada, os homens desenvolvem um passo diferente das mulheres.

No coral, eles também representam as suas relações de guerreiros. Cantar está intimamente ligado ao Jeito Guarani e têm as suas representações culturais com relação aos papéis desempenhados na aldeia e com o sobrenatural. Procuram manter vivas as formas de educação tradicional que reforçam no dia-a-dia de suas existências, podendo contribuir para as políticas e práticas educacionais capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades desse povo na atualidade.

Seu Alcindo é o grande educador da aldeia. A tarefa de educar seu povo começa, na maioria das manhãs, em sua casa. Acorda por volta das cinco horas para tomar seu chimarrão, fazer suas orações e é o momento que está disposto para contar histórias. Dois filhos e um neto, que estão buscando seus ensinamentos religiosos, aproveitam esse momento de reflexão para conversarem com ele. Karaí O' Kendá diz que muitas palavras usadas nesses ensinamentos são muito antigas e que para eles que são mais jovens têm dificuldades de compreender. Com o firme propósito de registrar, para não perder a cultura, estão gravando os seus ensinamentos tudo na língua guarani, sendo posteriormente transcrito em português, para então escrever em guarani.

A sabedoria passada de geração a geração pouco a pouco vai sendo lembrada pelos mais velhos e repassada para os mais jovens. De acordo com meus informantes, nessa roda de chimarrão (KA'Y), pouco a pouco mais pessoas vão se integrando ao grupo para as conversas matinais com o intuito de acumularem os conhecimentos dos

antigos. O grupo de interessados em aprender mais sobre sua cultura antiga está aumentando, gerando discussões posteriores sobre os mitos contados no sentido de compreenderem melhor. Alguns reclamam que muitas vezes precisam que o Geraldo (Karáí O' Kendá) ou Hyral (cacique) faça traduções e explique melhor os ensinamentos. Nota-se que o Geraldo, que é vice-cacique, professor e uma liderança respeitada pelo seu povo, é aquele que está há mais tempo aprendendo com seu pai os ensinamentos da cura. Atualmente, ele acompanha seu Alcindo (Wherá Tupã) nas cerimônias de cura e em todas as atividades religiosas.

O amor da sedução docente nos diálogos de Platão deixou de existir nas escolas, mas na sociedade indígena Guarani percebe-se que existe nas relações estabelecidas entre o velho e as crianças. Quando o velho se expressa para as crianças, há uma sintonia entre a criança e a fala do velho. É a fala do perfeito amante, do filósofo. Percebe-se o velho como o mestre que, se utilizando do diálogo, dos mitos, do discurso, promove a socialização do conhecimento para que a criança seja um futuro sábio, e como diz Platão: “tornando-nos sábios, seremos amados, pois, sábios, somos úteis e bons”.(Pessanha, 1987:87) Os ensinamentos do velho são sempre no sentido de que devem ser sempre bons, não fazer maldade a ninguém e respeitar os mais velhos.

Extraí algumas histórias dos livretos que fazem parte do acervo da biblioteca da escola, produzidos pelas crianças após conversas com seu Alcindo. Isto se constitui uma atividade de aula. Os livretos são manuscritos e desenhados pelas crianças após a visita à casa do vô ou TCHERAMÔI. São diversas histórias, narrativas e lendas.

Caipora

Há muito tempo o caipora comia gente. Nosso tataravô mais três pessoas vieram para a floresta. O caipora sentiu o cheiro dos homens e veio atrás. Um era mudinho, outra grávida e outro era um gordo. Caipora cheirou de volta e viu o mudinho e falou: - Então vocês estão aqui? Eles brigaram e o mudinho fugiu e contou para os outros. Um homem veio de volta e brigou por muito tempo. O caipora levou a grávida para sua toca e comeu, quando o caipora saiu para tomar água, os outros homens o mataram.

A história do Curupira foi contada e traduzida para a língua Guarani, conforme abaixo:

Curupira

Há muito tempo, quando existia curupira, alguns homens foram caçá-lo, mas não o encontrando colocaram uma menina para chamar sua atenção, e ele veio. Ele a levou para a aldeia, os outros estavam esperando escondidos. Quando ele chegou na aldeia, os homens começaram a atacá-lo com flechas, mas ele quebrou todas as flechas. Curupira casou-se com a menina e foi para casa que era muito longe. Lá tinha uma árvore com cipó bem grande e lá, os homens cortaram o cipó e o curupira gritou e árvore caiu. Curupira morreu e a menina acordou e foi embora.

“ Ava Petei

Ymara ava petei oiko. Avaguery ndaÿaey kunhgue ombo atchy. Peteîgui avague ryo/o okatcha ava peteî. Aegue ry dojou/î dunhavae omoî avapteî o/u avapeteî ogueaa/a junhvae tekopy ovaejava avague onhy vo, ava pteî omopema guyrapa, aejauvu pendeguerenda tchejakai ra omenda kunhre o/o kotypy ojay/á jypó avapei otchapy kai yuyrá o/a avapeteî omano kunhvae omy i omae.

Narrativas do seu Alcindo para seus netos:

“O sol brilha quando olha para nós. Há muito tempo quando não existiam brancos em Florianópolis, ela era habitada pelos índios. Nós sofremos muito. Nossa comida nessa época era coquinho, mel, jataí, que era tirada com uma pazinha, tatu, cutia que era misturada com palmito. O arroz do branco para nós era capi/ti guatchu ray/î, este arroz era socado em pilão, hoje vocês não procuram mais para comer. Quando ainda não existiam os brancos, nós não conseguíamos falar o português. Agora vocês sabem viver nesse mundo. Pois eu, meus netos, minha mãe verdadeira e meu pai verdadeiro, nesta terra onde não tinham brancos, andávamos para lá e para cá, e quando chegaram os portugueses, nos tomaram tudo. A chuva é um navio, o trovão um caminhão e, quando Nhanderu vai embora, devemos ficar bonzinhos para que ele não venha nos castigar.”

É necessário entender que as culturas são dinâmicas, “as experiências históricas, concretizadas na vivência de situações novas para um grupo social, podem levar a formulações de novos significados e à criação de novos símbolos” (SILVA, 1988:37) Cada povo indígena tem sua maneira de educar suas crianças, tem seus critérios estabelecidos.

“O modo específico de ser e pensar, de conceber a vida e a morte, de se comportar e se relacionar com as outras pessoas, tudo isso faz com que um

povo seja ele mesmo, diferente de outros por ter encontrado soluções originais para problemas que afligem toda humanidade: como lidar com a natureza, como produzir seu sustento, como garantir sua reprodução, como organizar as relações humanas, como explicar e conceber a morte, como educar seus membros, e tantos outros.”(SILVA, 1993: 148)

Nos últimos anos, a comunidade Guarani, em estudo, vem se envolvendo mais com as práticas de rezas (MBORAÍ). Considero que isto se deu a partir da criação da escola, que reforça a língua e a valorização da cultura, da criação do coral que recuperou danças e músicas tradicionais sagradas e da introdução do trabalho de cura do alcoolismo com as cerimônias do “Temascal e da Aguasca”.⁴⁰ No ano de 2000, a FUNASA contratou um médico com o objetivo de desenvolver um trabalho de erradicação do alcoolismo na aldeia que introduziu o “Temascal” e a “Aguasca”.⁴¹

Buscam no processo de ensino e aprendizagem desenvolvido na escola parte de uma realidade relacionada ao contexto sociocultural vivido por eles e o projeto político dessa sociedade, mantendo e reelaborando sua alteridade cultural em face do processo de dominação político cultural. Apropriam-se de elementos da sociedade não- indígena, resignificando-os para a prática da resistência, dentro de um contexto no qual as práticas tradicionais são herdadas historicamente.

Utilizam todos os recursos religiosos para a cura de seus doentes, mas quando sentem que as ervas não são suficientes para a cura de determinada doença, chamam o médico e o doente é encaminhado para o hospital ou o tratamento no Posto de Saúde acompanhado pelo agente de saúde, que é Guarani, para traduzir, caso tenham dificuldades de compreensão. No Posto de Saúde tem médico JURUÁ, enfermeiro

⁴⁰ Mais detalhes, ver Oliveira (2004:59-74)

⁴¹ Ver Oliveira (2004: 34), e sobre a religiosidade Guarani, ver Geertz (1978:104-105) A religiosidade na literatura antropológica (Curt Nimuendaju, Alfred Metraux, Egon Schaden, Leon Caogan, Meliá, Pierre e Helene Clastre). Mais recente(Aldo Littif, 1996 e montardo,2003) e ainda Helene Claster, 1978, fala do caráter religioso da educação

JURUÁ e agente de saúde Guarani. Tem também um dentista JURUÁ que atende em um consultório dentário móvel (odontomóvel) realizando um trabalho de prevenção e tratamento odontológico, todos contratados pelo Projeto Rondon.



FIGURA 16 - Posto de saúde e uma casa indígena - Foto: arquivo da pesquisadora

Há!... Se voltasse no meu tempo!...Tenho a idade avançada, viu! Não adianta nós despreza o branco, um dia nós precisa dele... A gente respeita o médico, dá um alozinho pra ele, né. Dá uma satisfação pra ele. Hoje tem que as veis usa o remédio do branco.” (Alcindo Moreira)

Influenciados pelos ensinamentos cristãos dos jesuítas, os Guarani preservam o respeito ao NHANDERU, o seu Deus. Suas orações, seus cantos sempre estão direcionados a esse Deus. Acreditam que ele está em todos os lugares. Que as plantas, as pedras e tudo na natureza têm uma alma que precisa ser respeitada, é a força do espírito. Entregam para NHANDERU realizar a cura do doente e realizam a cerimônia incluindo rezas e ervas num ritual próprio.

Há uma preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis. Todos são orientados.

Quando se relacionar com uma pessoa, deve-se ter o cuidado de conhecer e saber se esta pessoa não é doente, se utilizar drogas, também prevenir usando camisinha. Quando isto não acontece e

se desconfiar de ter sido contaminado por qualquer tipo de doença, o melhor é procurar um médico.(Geraldo Moreira - professor)

Esse é um trabalho desenvolvido pelo agente de saúde. Alertam ainda com relação à AIDS que põe em risco a vida de muitas pessoas. Orientam que é bom conversar com os mais velhos e saber como se pegam essas doenças, como prevenir e como curar.

“Portanto, devemos cuidar muito e não deixar que essas doenças estraguem nossas vidas e de muitos outros”. (Geraldo Moreira - professor)

Como precisam compreender e viver uma outra cultura totalmente diferente da sua, é tarefa difícil, porque sempre se tomam como base os símbolos e códigos da sua vivência. Historicamente, as ações e reflexões humanas vêm sendo guiadas pela forma com que as pessoas processam suas experiências. Conforme se organizam, pela sua visão de mundo, pelo sentido que dão às coisas, pela forma com que se relacionam com a natureza e cada povo ou cada grupo social organiza o seu jeito de ser. Assim, repetidas vezes no meu trabalho de campo, ouvi dizer “estamos nos adaptando”. Apesar das dificuldades, os Guarani encontram formas para solucionarem os problemas que vão surgindo no caminho com o intuito de permanecerem firmes nos seus valores frente à sociedade não-indígena imprimindo o seu Jeito Guarani.

Considero que esses devem ser aspectos a serem observados, pois são importantes na cultura Guarani, e ainda acrescento a base religiosa desse povo, que é forte e sustenta a sua cultura. O professor Geraldo Moreira me dizia em visita à aldeia, no mês de maio de 2004, que: Educação e Religião para seu povo estão intimamente ligados, “educação sem religião não existe”. É através da religião que desenvolvem a educação das pessoas Guarani e reafirmam o Jeito Guarani de ser e de viver. (Diário de campo, 03.05.2004).

A educação indígena ou educação tradicional é discutida por vários autores como Schaden (1976), Meliá (1979), Silva (1993), entre outros. É consenso entre os

autores que, para compreender a educação dos povos indígenas, é necessário conhecer o sistema sociocultural em todas as dimensões, é ensinar e aprender cultura durante toda a vida. Cada povo tem sua maneira particular de educar, como afirma Silva (1993: 147-148);

[...] O modo específico de ser e pensar, de conceber a vida e a morte, de se comportar e se relacionar com as outras pessoas, tudo isso faz com que um povo seja ele mesmo, diferente de outros por ter encontrado soluções originais para problemas que afligem toda humanidade: como lidar com a natureza, como produzir seu sustento, como garantir sua reprodução, como organizar as relações humanas, como explicar e conceber a morte, como educar seus membros, e tantos outros. [...] Cada jeito de ser índio”, entre os tantos existentes, é recriado e revivido a cada geração. O saber de cada povo é seu patrimônio coletivo, assim como os procedimentos empregados para sua transmissão e os recursos para formação da pessoa humana segundo os moldes de cada sociedade.

A partir das observações, das vozes, das análises desenvolvidas neste estudo, procuro, nas páginas seguintes, sintetizar as questões evidenciadas como possíveis Jeitos Guarani a serem observados na educação escolar indígena Guarani. Reforço a idéia de que tudo o que foi descrito compõe o Jeito Guarani de se colocar no mundo, de se produzir e reproduzir socialmente imprimindo uma religiosidade em tudo o que realizam. Tudo é referência a NHANDERÚ e seguem a orientação das divindades que ultrapassam o seu ser. Há uma forte relação com o sobrenatural, que lhes dá força e sabedoria.

O Jeito Guarani, essa questão eles preferem não revelar abertamente, quando perguntei qual é o Jeito Guarani? As respostas vinham do tipo: “do nosso jeito”; “assim como a gente vive”; alguns se manifestaram, outros preferiram ficar calados. Como destaca Litaiff (2004:21), “Como recurso de sobrevivência desenvolvido ao longo dos séculos de contato, os Guarani possuem mecanismos sociais discursivos, bastante eficientes no controle de informações, como o JAKORÉ, “simular” ou “enganar”[...]”. Este é um dos Jeitos Guarani, guardar segredo sobre seus elementos sagrados é uma forma de resistência e ao mesmo tempo de fé. A partir das observações sobre os Jeitos Guarani que diferem da cultura do jeito ocidental e que certamente, faz a diferença na

sala de aula, foram destacados no decorrer desta dissertação. Ressalto alguns aspectos revelados, tais como: a aprendizagem das tradições acontece nas relações orais do dia a dia; na observação cotidiana e na execução, na prática; das ações a serem aprendidas, portanto, aprender na oralidade, na prática, é questão fundamental para depois ler e escrever.

“La educación Guarani es una educación de la palabra, pero no és educado para aprender y mucho menos memorizar textos, sino para escuchar las palabras que recibirá de lo alto, generalmente através del sueño, y poderlas decir. (MELIÁ, 1991:36 apud BERGAMACHI, 2005:148)

Ler o texto escrito e responder questões referentes a ele não é da sua práxis, eles são preparados para ouvir e interpretar na oralidade, logo, a interpretação de texto como é realizada na escola do não-indígena, se torna uma operação difícil. A interpretação de texto terá sucesso se for amplamente discutida na oralidade e experimentada na prática, essa é a lógica Guarani. Como eles mesmo afirmam, “nós pensamos em Guarani, nós pensamos como Guarani”.

“(…) Para mim, no meu ponto de vista, o Jeito Guarani é o jeito prático de aprender. É uma maneira de você ligar o pensamento da criança e do aluno para refletir aquilo que vem e aquilo que vai. Por exemplo: a cultura em geral, a cultura dos antigos. Eles também têm a possibilidade de pesquisar a si mesmo. (..) na sala de aula tem outro jeito de aprender. Por exemplo: aula de geografia tem que ser na prática, eles têm que senti, vê. Assim no papel tem mais confusão na cabeça, não vão senti, não vão ver.”(Wanderley Cardoso Moreira - professor)

A pessoa Guarani aprende observando e fazendo na sua autonomia. “Aprender, mais que do ensinar, está intensamente presente na vida das crianças e das pessoas em geral e essa é uma postura necessária para se tornar Guarani de verdade”. (BERGAMACHI, 2005: 156) A criança é levada a observar, mas fazer por si só. Cada um conquista o direito a fazer suas escolhas e aprender observando os outros, imitando, executando e recriando. Isto também explica a autonomia que a criança tem de ir à escola ou não. “Observar significa estabelecer relações e recortar aspectos em face da impossibilidade de tudo perceber devido à dinâmica própria das coisas [...] a observação é uma relação entre o que se observa e o que já se sabe”.

(Vadamarin,1998) O KARAÍ, seu Alcindo, afirmava: “eu vou fazendo, quem quiser aprender que me acompanhe”. Outros interlocutores assim se pronunciavam: “aprendi a fazer sozinho”; “aprendi a escrever pela minha cabeça, peguei um livro e fui observando as letras”. A curiosidade aguça a observação prestando muita atenção ao que lhes interessa e na prática imitam os adultos construindo um comportamento com autonomia, numa relação do coletivo para o individual. Aprendem observando e imitando todas as ações do cotidiano da aldeia. Portanto, o que garante

“(...) a existência do modo de ser e de pensar, o modo de viver conforme suas tradições, não é a sua fixação na palavra escrita, mas a vivência cotidiana deste modo de vida, a manutenção pelo uso, e não pela escrita, das tradições.”
(LADEIRA, :12)

“Lembrar de Nhanderu pelo menos um pouquinho na escola” (Alcindo). A fé em NHANDERU é marca registrada, ele é o seu guia, tudo tem referência à alma e à espiritualidade, portanto, a escola que ensina a tradição é a OPY, a outra escola na aldeia é a segunda OPY, local que também ensina a tradição, mas tem outros papéis. Na OPY, também é lugar de aprendizagem e de ensinamentos, onde reforçam as suas crenças, a sua visão de mundo, as tradições. Como afirma Sônia Moreira, “o artesanato, a cultura Guarani, a minha escola é a opy” “É a escola verdadeira”, esta é uma expressão explícita também pelos interlocutores. O líder religioso, quando recebe as crianças para proferir suas palavras, é na OPY que isto acontece. É o espaço sagrado onde podem ser recebidas e proferidas as palavras sagradas.

Utilizam o PETYNGUÁ para concentração e registro dos conhecimentos na memória, demonstrando capacidade mnemônica e capacidade de concentração. “(...) não precisa nem fumar o petynguá, é só segurar bem ele com fé e se concentrar.” (Alcindo Moreira) Pensar muito antes de falar, refletir, elaborar seus conceitos é característica marcante. Demonstam o que sabem a partir de muita reflexão. Essa questão aparece na sala de aula, muitas vezes, o professor pensa que seu aluno não está aprendendo porque não responde as questões, mas depois de um tempo, a criança revela espontaneamente o que aprendeu.

A valorização, respeito aos saberes dos mais velhos é outro Jeito Guarani. No entanto, na cultura da sociedade não-indígena, o velho é desprezado, desrespeitado e maltratado. Para o Guarani, ele é dono da sabedoria. Todos param para ouvi-los e seguem seus ensinamentos. A escola é orientada pelo velho, ele determina os rumos a serem seguidos pela escola.

“(…) O nosso livro antigo é o mais velho” (Geraldo Moreira – professor)

“O velho é a nossa biblioteca viva” (…) Poxa! Eu sou Guarani, eu tenho que aprender aquilo que meu pai, aquilo que meu avô, aquilo que meus avós falavam, para eu poder entender. Dessa forma, esse o Jeito Guarani – prático de chegar... (Wanderley Cardoso Moreira - professor)

“O velho é a fonte, que quando a gente tem sede, tem que ir na fonte beber água. Assim é o velho, a gente tem que ouvir ele.” (Celita Martins – esposa do cacique)

Demonstram um forte desejo de manter a língua, a cultura, a religião, enfim, as tradições Guarani. Ensinamentos culturais, históricos, religiosos, cosmológicos através de mitos, lendas e histórias antigas, tudo isto faz parte das orientações dos mais velhos. Valorizar esses ensinamentos é fundamental e guiam suas vidas com as orientações e conhecimentos transmitidos pelos mais velhos, que é considerado o dono do saber que adquiriu ao longo de sua vida e que tem o compromisso de socializar. O velho é a fonte, é a biblioteca, é o livro antigo. A literatura Guarani é rica e ampla e está expressa nas músicas, nas lendas e nos mitos. Não estão registrados em bibliotecas, nem em livros, nem em revistas, mas estão na memória dos mais velhos e são transmitidos de geração a geração por séculos. Talvez, se estivessem registrados em livros, as gerações mais jovens não teriam o conhecimento, é na oralidade que garantem a multiplicação e atualização desses conhecimentos.

“Que todos aprenderem e cada um respeitar uns aos outros.” (Márcia Moreira - aluna)

“Eu penso dar aula com mais carinho e ver qual a possibilidade desse aluno entender de acordo com a espiritualidade que ele está. (...) explicar de uma forma calma”. (Kátia Moreira – professora)

A sensibilidade, afetividade, cordialidade, paciência, reciprocidade, respeito com o outro são adjetivos em destaque. O elogio os enaltece, a crítica não é bem vinda, porque procuram sempre fazer o certo, por isso, pensam antes de qualquer manifestação. Utilizar o tempo com paciência, desenvolver um ritmo de trabalho em outro tempo, sem pressa, sem estresse, é observável na vida dos Guarani. Penso que dificilmente encontraremos um Guarani com as doenças do nosso tempo causadas pela agitação do dia-a-dia.

“O nosso Jeito Guarani não perde nossa cultura e nossa tradição” (Fabiana Moreira - aluna)

Sintetizando, o Jeito Guarani, entre outros aspectos, é falar a língua guarani no cotidiano; acreditar em NHANDERU; respeitar os mais velhos; aprender na prática; ter como princípio a oralidade; ouvir e contar mitos e lendas; motivação para o desenho; produzir artesanato; íntima relação com a música; religiosidade e espiritualidade vividas intensamente; acreditar na força do espírito; relação com a natureza como elemento sagrado; segredos espirituais e religiosos; pensar muito antes de falar ou emitir opiniões; calar quando discordam; ser bom anfitrião; utilizar o tempo de forma diferente como: horário de alimentação, horário de rezar, calendário baseado nas mudanças da lua; agricultores, artesãos, artistas e músicos; lentos na escrita e ágeis na oralidade; pensar antes de desenvolver qualquer atividade; carinhosos e afetivos; alegres; ter profundo conhecimento da cosmologia; considerar a terra mãe; possuir uma visão de mundo própria do Jeito Guarani.

“Talvez a gente tem medo colocar juruá na opy. Sempre tem o cuidado de não mostrar totalmente o que é o Guarani.”(Wanderley Cardoso Moreira - professor)

O Jeito Guarani é o Jeito Guarani que arrisquei descrever pelas observações realizadas na convivência com esse povo, mas sei que muito poderá ser escrito ou dito. De acordo com o Jeito Guarani de ser, com todos os seus segredos, as revelações são homeopáticas e muito, muito mesmo é o segredo que não pode ser revelado para o JURUÁ. Portanto, somente o Guarani saberá definir o Jeito Guarani de ser e viver no

mundo. A maioria dos motivos para a não revelação são relacionados com sentidos religiosos e outros para garantir resistência e enfrentamento com os não índios em suas batalhas e conquistas, fazem parte das estratégias de sobrevivência pós-contato já citadas nesta dissertação. Por isso, penso que a escola só será do Jeito Guarani quando for gerenciada pelos Guarani, ou seja, professores, diretor, funcionários Guarani que residam na aldeia e freqüentem a casa de reza. A escola, por ser uma instituição criada pelos não-indígenas e ter também o papel de trabalhar os conhecimentos do “branco” necessários para a sobrevivência física do povo Guarani, a assessoria do sistema estadual de ensino justifica-se para contribuir na mediação desses conhecimentos e realizar o movimento intercultural.

Como já mencionei anteriormente, a Constituição assegura às comunidades indígenas, além do uso de suas línguas, a consideração de seus processos próprios de aprendizagem que passou a fazer parte das discussões sobre a implementação dos currículos para a educação escolar indígena. Por isso, considero importante tomar como base as questões descritas acima. Alguns indícios nos apontam que o Jeito Guarani é que define os processos próprios de aprendizagem.



FIGURA 17 - Crianças Guarani na Aldeia M'Biguaçu/SC – Foto: arquivo da pesquisadora

CAPÍTULO III

3 VOZES GUARANI SOBRE A ESCOLA NA ALDEIA

“(...) Ensinar o conteúdo do branco, só o que precisa e reforçar a cultura do Guarani. (...) Devagazinho vai fazendo a escola do nosso jeito. (...) A religião é importante, aula no mato, na prática, olha bem! Na opy primeiro, depois na escola.” (Alcindo Moreira)

Neste capítulo da pesquisa, trato da análise das vozes Guarani sobre a escola na aldeia, das relações estabelecidas e das perspectivas e anseios para a constituição dessa escola a partir do estudo e das observações registradas em diário de campo e entrevistas com os jovens, lideranças e adultos. Complemento a investigação com a análise dos desenhos das crianças. Foram 10 horas de fitas gravadas, 28 desenhos das crianças e um diário de campo compondo três cadernos. As questões investigadas foram: como deve ser a escola na aldeia, por que escola na aldeia e o seu significado, o papel da escola na aldeia, o papel do professor, e os conteúdos que são importantes para serem ensinados nessa escola comunitária, específica, intercultural, diferenciada e bilíngüe.

Considero “vozes Guarani” as falas dos meus interlocutores sobre o que pensam e o que querem para a escola específica criada dentro da aldeia. O meu olhar atento foi para as contribuições dessa população na construção do currículo e organização da escola do Jeito Guarani, ou seja, subsídios para a elaboração do projeto político pedagógico da Escola Indígena de Ensino Fundamental Wherá Tupã Poty Dja. Tem-se como pano de fundo para esta reflexão as discussões realizadas nos capítulos anteriores como os processos históricos e o Jeito Guarani para ajudar a explicar a análise que desenvolverei. Utilizarei trechos de suas falas para valorizar e marcar o pensamento desses Guarani sobre a escola.

Tomando como ponto de partida “a palavra” que para os Guarani é sagrada e representa o próprio Guarani, isto significa que, para entender o Guarani, é preciso dispor-se a ouvir a sua palavra. “O ensinamento Guarani se dá pela palavra, pois são

povos da cultura oral, em que também a tradição é atualizada através da oralidade e do ritual”. (BERGAMACHI, 2004:112) A palavra é um dos fundamentos da educação tradicional Guarani, visto que cada pessoa, desde que nasce, recebe a palavra-alma no seu nome revelado pela divindade no ritual de nomeação. O nome revela características individuais de cada pessoa e a posição que irá ocupar dentro da sociedade. O nome é determinado pelo Karaí, em uma cerimônia especial, e tudo depende do lugar de onde veio a sua alma, como já citei no capítulo anterior.

As belas palavras não são escritas, são apenas pronunciadas pelos Karaí e reveladas a eles em sonho e nas cerimônias, porque estes são os sábios Guarani. A sociedade Guarani caracteriza-se pela tradição oral na formação das novas gerações e na “confecção da pessoa Guarani”, “[...] a experiência de vida na aldeia é a base da confecção da pessoa Guarani” (BERGAMACHI, 2005:148) que está pautada na observação, imitação, conselhos, respeito, curiosidade e autonomia, alguns dos elementos presentes no Jeito Guarani expressos nas suas falas descritas nas páginas anteriores e reforçadas a partir da análise realizada nesta pesquisa.

Para iniciar esta análise, faz-se mister atentar para as reflexões de Silva (1999:63)

“[...] ao aceitar a escola, e mesmo reivindicá-la, os índios a têm “resignificado”, conferindo-lhe um novo valor: a possibilidade de decifrar o mundo “de fora”, dos brancos.[...] decifrar a nova realidade advinda do contato. Longe de ser uma “adesão” a nosso modelo, é, nesse sentido, uma estratégia de resistência.”

Como se pode perceber, com os Guarani não foi diferente, e será explicitado nas páginas seguintes nas quais serão evidenciadas as expectativas Guarani com a escola. Há um longo caminho a ser percorrido para a constituição da escola indígena específica, diferenciada, comunitária e intercultural, diante das relações existentes no espaço da escola, não há receitas, apenas indicações que geram tensões, conflitos, avanços e retrocessos. É preciso romper estruturas já arraigadas, concepções instaladas, e abrir um espaço propício para a construção de um currículo diferenciado

que contemple e integre as diferenças culturais, as diferentes visões de mundo e as experiências históricas.

Começo por ouvir as vozes dos Guarani sobre a seguinte questão, **por que a escola na aldeia?** E entre outras falas, eles assim se manifestaram:

“Para nós é uma forma da gente guardar o nosso jeito de viver. A nossa escola antiga, como meu pai fala, era a casa de reza. (...) Dessa forma, acho que a escola na aldeia é um dos fatores importantes que aconteceu nos dias de hoje (...). Tanto é que hoje pode vir qualquer pessoa na escola. Não entraria gente branco. A aula na escola antiga, na opy, com certeza a cultura Guarani estava sempre com o Guarani. Nenhum branco conheceria a opy, a dança.” (Wanderley Cardoso Moreira - professor)

Aparece nesta fala a importância atribuída à escola para divulgar a cultura Guarani para a sociedade não-indígena com o objetivo de que conheçam o seu jeito de viver. Ao mesmo tempo, ele reforça a idéia de que a aula antiga é na casa de reza, mas hoje precisam da escola para guardar o Jeito Guarani de viver. A escola faz a relação entre os dois mundos, ou seja, o mundo Guarani e o mundo da sociedade não-indígena.

“(...) Fui para a escola porque queria aprender o português. Para poder pegar o ônibus, para sair e não me perder (...) Muitos perguntam sobre nós, como a gente é e como a gente vive, e eu tinha dificuldade de dizer. Muitas vezes queria ir para algum lugar, não sabia ir porque não sabia ler” (Adelino Gonçalves – pai e liderança)

“(...) a educação é para todos (...) a escola é melhoramento (...) a gente deve garantir para o futuro da escola, para as futuras gerações, não só para os meus filhos e meus netos. (...) A gente aprende, não só a gente busca o que está perdido, a gente busca muito mais. (...) A mãe e o pai não sabe ler nem escrever. A mãe disse que só viu que tinha escola quando tinha 17 anos, mas os pais não deixaram ela estudar. Não tinha aquele conhecimento sobre a escola. Que a escola era importante, hoje os filhos dela, os netos, querem estudar para ter um futuro melhor. Não tinha necessidade e acabaram não estudando.”(Adriana Moreira - Professora)

Nas vozes fica explícita, a questão do direito à educação para os povos indígenas, como povo brasileiro, e as perspectivas para o futuro, para melhorar as condições de vida, para aprender a ler e escrever, além de revelar que seus pais não

freqüentaram a escola porque não consideravam importante. Na sua época viviam no mato e não precisavam conviver com os “brancos”. Portanto, não necessitavam da leitura, da escrita, conseqüentemente não necessitavam de escola. Na atualidade, atribuem à escola a possibilidade de uma vida melhor para as gerações futuras. Num primeiro momento, a escola aparece como uma necessidade do domínio da leitura e escrita, em função das relações de contato com a sociedade não-indígena. Contudo, hoje revelam como espaço de divulgação da cultura para a sociedade não-indígena e de garantia e manutenção da própria cultura.

A escola na aldeia está incluída no cotidiano das suas vidas. Mesmo sendo de certa forma uma imposição da sociedade não-indígena, eles pretendem incluí-la e adaptá-la para o seu benefício. Na sensibilidade do seu jeito de ser, os Guarani são hábeis em adaptar-se às mudanças que lhes são impostas, talvez pela característica de estar sempre caminhando, sempre em movimento, em busca de novos conhecimentos, como meus interlocutores afirmavam em conversas informais, “estamos sempre nos adaptando”; “o mundo foi feito para conhecer”.

Quando Adriana diz, “a gente busca muito mais”, tudo indica, de acordo com os dados registrados na entrevista, que não está pensando só em recuperar a cultura, mas em aguçar a curiosidade e buscar novos conhecimentos, num movimento complexo e amplo. Buscar na biblioteca viva da aldeia, ou seja, com os mais velhos, os conhecimentos antigos acumulados historicamente pelo povo Guarani e buscar nas leis e nos livros dos não-indígenas os conhecimentos acumulados pela humanidade e selecionar apenas o que interessa para seu povo. Refletir e pesquisar junto com a comunidade para a produção de um novo conhecimento, assim conciliando os conhecimentos tradicionais e o conhecimento da sociedade não-indígena. Não só buscar traços culturais esquecidos pelo tempo, mas buscar novos conhecimentos e fazer história.

“Para melhorar a aprendizagem e melhorar o desenvolvimento da aldeia” (Ailton Moreira - aluno)

“Para ensinar todas as crianças a ler e escrever. Significa ensinamento, aprendizagem de todas as crianças e adultos” (Fabiana Moreira - aluna)

Observando as falas dos alunos, constata-se que a escola para eles é para ensinar a leitura e a escrita para todos da aldeia visando à melhoria das condições de vida. Representa a visão do coletivo expressa nesta cultura, para que todos tenham a oportunidade de ler e escrever e possibilitar o melhor desenvolvimento da aldeia como um todo.

“A valorização da própria cultura, isso é um dos pontos e também a convivência entre as pessoas da própria comunidade (...). Os alunos de 5ª a 8ª série, hoje estudando aqui na aldeia, reduz bastante o número de crianças a estudar fora da comunidade. Uma lei interna é que, se mora na comunidade, tem que estudar aqui, nesta escola, não teria sentido estudar fora se tem escola aqui dentro”.(Hyral Moreira - Cacique)

As palavras do cacique referem-se à escola como espaço para a valorização da cultura, para a convivência entre as pessoas da comunidade, isto é, um espaço de socialização da comunidade, e ainda que as pessoas da aldeia não precisem estudar fora, sendo uma questão marcante nas falas dos interlocutores. Existe a preocupação com os riscos que a sociedade não-indígena oferece aos jovens e que podem trazer para a aldeia, como drogas, influências culturais e outros. Como toda organização social, na aldeia não é diferente, também tem regras e leis que garantem a ordem. Na sociedade ocidental, as regras estão definidas em leis escritas, publicadas e assinadas, e grande parte não é cumprida. Entre os Guarani, as regras são estabelecidas em longas reflexões com muito respeito às palavras pronunciadas pelos interlocutores e, quando se chega a um consenso, todos cumprem as “leis internas”(expressão utilizada pelos Guarani). Caso não cumpram, existem as sanções que são executadas pelo cacique.

“Estou preocupado, as crianças têm que estudar na aldeia porque lá fora está muito perigoso. Tem que proteger as crianças. Lá fora tem coisa ruim que pode trazer para a aldeia” (Alcindo Moreira – liderança religiosa – Karaí – Tche ramõi)

“A escola na aldeia é mais importante. A escola do branco é muito longe. Quando a filha ia para a escola, me preocupava muito. Tem uma maconherada. Graças a Nhanderu que não aconteceu nada.”
(Fátima Moreira – mãe)

Tanto para o cacique, como para o líder religioso e os pais, a preocupação com a saúde física e mental dos jovens está presente nas suas falas. A escola vem para a aldeia também para proteger esses jovens das mazelas e das influências culturais da sociedade não-indígena. Os jovens vêm sofrendo um processo de aculturação e desvalorização da cultura, conseqüência do intenso contato com a sociedade não-indígena. Vale lembrar a conhecida carta em que os índios norte-americanos rejeitam as vagas oferecidas no Colégio de *Williamsburgo* pelo Governo da Virgínia em 1774, demonstram que a concepção da escola do seu povo é diferente da escola norte-americana.

“Muitos dos nossos jovens foram educados por vossos professores nos colégios das províncias setentrionais e aprenderam as vossas ciências. Mas, quando eles regressaram para nós, já não eram ligeiros na corrida, esqueceram a maneira de viver a vida da floresta e tornaram-se incapazes de suportar o frio e a fome. Não sabiam construir uma cabana, colher um fruto, caçar um animal, matar um inimigo e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, absolutamente inúteis: não serviam como guerreiros, como caçadores, nem como conselheiros.” (VANDERWERT, 1971apud FREIRE, 2002)

As sábias palavras revelam que a escola na aldeia contribui para a garantia de que os jovens indígenas permaneçam indígenas nas suas concepções e sobrevivam de acordo com a cultura. Ao que parece, é a mesma preocupação dos Guarani.

“Na verdade, escola na aldeia é por necessidade. Para conhecer a relação com o branco. Precisamos da escola. Hoje é uma coisa para lutar pela nossa terra, para saber como enfrentar o juruá, para conhecer as leis.”(Geraldo Moreira - Professor)

“Acho que o significado dentro da aldeia é para nós falar bem o português e o Guarani. Para poder se defender lá fora. Saber contar o que viu lá fora e ajudar a comunidade.” (Adélcio Natalino - pai)

Verifica-se nas falas acima a importância da escola para a luta pela terra, para o conhecimento das leis dos não-indígenas que os atinge diretamente. A busca da terra

boa para viver é uma luta sem fim para os Guarani, é sua grande luta. Como destaca Mello (2005)⁴², a terra é uma dádiva divina, é um bem não negociável, é um veículo de transmissão do conhecimento sobre o mundo. A terra que lhes cabe hoje não permite realizar as práticas culturais como o conhecimento das ervas medicinais, da agricultura no seu todo, entre outros. Isto é uma ameaça a preservação da cultura Guarani. A escola tem uma função política para as suas lutas, pois, compreendendo bem o português e as leis da sociedade não-indígena, poderão imprimir suas defesas e ajudar a comunidade. A função social da escrita e da língua portuguesa para estabelecer as relações interculturais com a sociedade não-indígena também justifica a existência da escola.

Aparece freqüentemente nas suas vozes o interesse em divulgar certos traços culturais Guarani para que o não-indígena os respeite e não os discrimine, conforme afirma Wanderley, “(...) se não tivesse escola, (...) o mundo não conheceria o Jeito Guarani”. A escola na aldeia tem um significado ímpar para esse povo. Destaco os revelados nas palavras dos meus interlocutores. Primeiro, por ser um direito de todo cidadão brasileiro, segundo, para dar visibilidade à cultura Guarani, terceiro, para melhorar as condições de vida, quarto, para aprender a ler e escrever, quinto, para não perder a cultura, sexto, para conhecer melhor a cultura do “branco”, e sétimo, para proteger os jovens das influências da sociedade não-indígena, enfim, é a oportunidade de construir uma escola do Jeito Guarani.

Como organizar a escola na aldeia? Para responder a essa questão, os interlocutores foram unânimes em salientar que o velho é quem os orienta e a escola tem que ser do Jeito Guarani, “o jeito assim como, viver assim como na casa de reza. O

⁴² MELLO, Flávia C. Texto (no prelo): Apontamentos sobre a questão territorial Guarani a partir do processo demarcatório da Terra Indígena Guarani de Mato Preto baseado no Capítulo I do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani de Mato Preto. FUNAI/UNESCO, 2005.

jeito que a gente quer, é como nós estamos assim. O jeito que a gente vive.”(Adélcio Natalino - pai), ou seja, conforme seus interesses, necessidades e a tradição educacional que corresponda à vida no cotidiano da aldeia, incluindo a religião e a organização social. Sobre este jeito, tentei explicitar ao longo desta dissertação nos capítulos anteriores e marcarei posteriormente, no decorrer desta análise, outros aspectos que revelem tal questão por considerar a sua importância como processos próprios de ensino e aprendizagem Guarani, elementos constituintes da escola indígena Guarani. Processos que revelam complexidade, sensibilidade, solidariedade, mobilidade e religiosidade da cultura Guarani que, com certeza, não se esgotarão nesta pesquisa.

“O vô , tio Alcindo, é que nos orienta. A gente não faz sozinho. Nós temos que seguir ele. Ele é o mais velho. Ele fala assim para nós: - que a escola tem ser do Jeito Guarani, tem ser a cara do Guarani.(Adriana Moreira – professora)

O velho tem o conhecimento, é o sábio, é o KARAI, a autoridade principal, o responsável pelo cuidado das pessoas, preside os rituais na OPY, orienta e aconselha, faz cura e batiza as crianças (BERGAMACHI, 2005). Nesta aldeia, como afirmei no capítulo anterior, seu Alcindo desempenha esse papel. Para exercer a liderança, ele também professa, recebe inspiração dos espíritos e mantém contato com NHANDERÚ que orienta o seu povo através das divinas palavras. Ouvir os mais velhos é uma sábia escuta da revelação da palavra, “a palavra se reveste de sabedoria e se materializa em conselhos” (BERGAMACHI, 2005:158). A palavra dita pelos Guarani, ao se referirem ao conhecimento, é ARANDU, que significa sentir o tempo, este é um dos princípios que sustentam o valor que atribuem aos mais velhos, portanto, quanto mais velho, mais sabedoria uma pessoa pode ter.

Adriana ressalta ainda na sua fala o ritmo Guarani e a recuperação da cultura:

(...) Tem ritmo Guarani. Que as crianças aprendam sempre a buscar a cultura Guarani. A gente tá tentando recuperar a cultura que aos poucos está se perdendo. A escola é interessante. É bom que a

gente tem a escola nossa. Fazer a escola que a gente quer. Fazer da escola o melhor.” (Adriana Moreira-Professora)

Tomo a reflexão de Bergamachi (2005) para explicar o ritmo Guarani em que Adriana se refere.

“(...) todos são integrados nas práticas sociais, tendo como parâmetro a convivência familiar e seus conselhos, ensinamentos e experimentações, o respeito entre si e pelos mais velhos, a vida comunitária que se desdobra na vivência da religião- nos rituais, na reza, no canto e na dança- na convivência habitual na opy, na relação com a natureza e no mero estar junto que configura o tempo e o espaço Guarani.” (BERGAMACHI, 2005: 157)

O ritmo estabelecido nas relações na aldeia, num tempo determinado por eles, não é o da sociedade não-indígena, a começar pelos horários de refeições, pela observação do sistema astronômico para materializar o calendário, a observação nas mudanças das estações da lua que definem os tempos Guarani, como o tempo de plantar, tempo de colher, tempo de determinadas cerimônias, tempo de cortar a madeira, tempo de caçar e tempo de colher e preparar ervas medicinais e outros tempos e todos respeitando os espíritos da natureza.

“(...) para ser uma escola diferenciada, tem que ter a cara do Guarani. Não importa a estrutura, mas o ensino tem que ser Guarani. (...) tem que partir da criança. Acho que cada escola, cada comunidade tem um ponto de vista diferente. (...) A gente aqui tá resgatando a própria cultura, que há muito tempo vem se esquecendo. Na verdade, aos poucos está voltando. Tudo aquilo que a gente pretendia um tempo atrás, agora está acontecendo. Escola diferenciada é assim: a cara Guarani, o Jeito Guarani, o ensino Guarani, o modo de ensinar, o modo de ensinar também. Trazer à criança a visão de como deve ser o ensino futuramente. Porque hoje em dia a gente está só fazendo só o caminho. Abrindo as portas para as crianças. Principalmente nós professores, acho que é um só o espelho deles. A escola diferenciada tem que ter a essência na sala de aula.”(Wanderley Cardoso Moreira - Professor)

Wandeley alerta para o fato de, que no entendimento Guarani, conforme explica Bergamachi (2005:154), há duas formas de aprender para o Guarani: uma está relacionada ao esforço pessoal de cada um, que se desenvolve desde criança, que é a busca do conhecimento desencadeado pela curiosidade; a outra é a revelação que a pessoa recebe da divindade e faz um esforço para viver de acordo com o

NHANDEREKÓ. Tudo indica, analisando a sua voz, que a essência da sala de aula em que ele se refere é a revelação das divindades e trazer à criança a visão de como deve ser o ensino. Revela a preocupação com a busca do conhecimento, a busca da cultura Guarani e para que essa cultura não se perca. É despertar a curiosidade das crianças para a busca do Jeito Guarani, mostrando o caminho para que ela, por si só garanta a manutenção e a continuidade cultural, e o professor está incumbido de ser um exemplo a ser observado, quando ele se refere ao espelho.

As palavras que tentam responder essa questão dizem respeito a um ponto primordial entre os Guarani, que é a valorização dos mais velhos. A escola tem que seguir as suas orientações para que seja do Jeito Guarani, a cara Guarani, o ensino Guarani e não uma escola igual à do não-indígena. Mesmo sendo uma instituição que não fazia parte das suas vidas, ela foi introduzida por uma necessidade, mas tem que estar adaptada a sua organização social, é um estar a seu serviço.

A cultura Guarani hoje é diferente da cultura antiga, e é preciso que o professor compreenda as mudanças e os conhecimentos da sociedade não-indígena e os transporte para o mundo Guarani na atualidade sem perder as referências do passado. Consideram boa a maneira como a escola está funcionando na atualidade, observando as orientações de seu Alcindo (líder religioso), buscando a cultura e a identidade Guarani. Dessa forma, a escola na aldeia está atendendo aos seus interesses. Mas, no meu olhar, ainda falta muito para a escola ser a sonhada por eles, necessita de mais autonomia, mais discussão e preparo dos profissionais que nela atuam.

“ Nós, professores, têm que ter a maneira de ver o mundo lá fora e ao mesmo tempo o mundo de hoje Guarani (...) A maneira dos antigos com o atual. Isso sempre dá um impacto muito grande. Dessa

forma, tem que estar encaminhado junto como uma perna da outra.(..) Até o pai⁴³ falou isso aí. Nós Guarani têm uma missão muito grande de a gente comparar tudo aquilo que a gente sente .”(Wanderley Cardoso - professor)

“Estudar mais a história Guarani, para nunca perder a cultura e a origem natural” (Ailton Moreira - aluno)

Nos momentos de diálogo na aldeia, em várias vozes, também aparece a preocupação com a história de seu povo, revelando ser importante que ela seja discutida na escola, fazendo uma relação do passado com o presente para garantir às futuras gerações a continuidade das informações. Acreditam que a escola está atendendo aos seus interesses e que é necessário estudar a história antiga e a cultura do povo Guarani, para que estas nunca se percam no tempo. Para os Guarani, o tempo dos antigos é tomado como seu e faz parte da sua vida, da sua história. É um viver como Guarani intensamente em toda sua vida, mesmo que haja mudanças, essas têm que ser trazidas para o presente, para o tempo vivido. “O tempo é vivido intensamente como continuidade, em que tudo é presente, pois o passado está sempre sendo atualizado”, [...] um tempo que se atualiza e faz com que o presente seja também esse tempo vivido. (BERGAMACHI, 2005:144), justificado pela expressão do Wanderley “como uma perna da outra”. Tanto as narrativas, quanto os mitos e as lendas, desempenham o papel de representar um passado comum e cada pessoa tem o seu jeito de contar para justificar e explicar as coisas e os acontecimentos, assim se mantêm atualizados no seu tempo.

“A escola como está já tá bom. Essa escola tem que ser do nosso jeito, se não, não precisa de escola. Se for para ser igual à escola do branco, nós não queremos. Se for igual à escola do branco, as

⁴³ O pai em que Wanderley se refere é seu Alcindo (líder religioso), que já citei anteriormente.

crianças deixam, esquecem da nossa cultura. A nossa escola tem que valorizar a nossa cultura, as nossas tradições.”(Alcindo Moreira – liderança religiosa)

O Karaí, seu Alcindo, na sua fala, afirma que a escola que eles têm na aldeia não precisa mudar, considera que está bom como está, funcionando do Jeito Guarani, não quer escola do “branco”, porque a escola do “branco” faz com que o Guarani esqueça a sua cultura e isso ele e nem o seu povo querem. Contam com a escola para reafirmar a cultura, a tradição que se reatualiza no presente para garantir a continuidade do passado e sustentar o NHANDEREKÓ.

“Deveria ser como a escola de fora, ensinar como era na época e o presente, para as futuras gerações aprenderem” (Márcia Moreira - aluna)

Reforça o papel da escola de fazer a mediação entre passado e presente, bem como, a cultura do não-indígena e a cultura Guarani. Durante a pesquisa de campo, inúmeros momentos de falas sempre trouxeram a relação presente e passado, “a fala dos antigo”, “como diziam os antigo”, “assim os antigo contam”, “assim como viviam os nossos antepassados”. É transmitida, de geração a geração, uma espécie de compromisso de viver como um Guarani, seguindo os ensinamentos revelados por NHANDERÚ e orientados pelos mais velhos.

“Quero estudar para fazer algum concurso. Não sei que curso vou fazer.”(Adeline Gonçalves – pai e liderança)

Analisando as vozes, a exemplo do que foi citado acima, percebe-se que há uma preocupação no sentido de que as crianças valorizem a escola e tenham interesse em aprender. Eles têm clareza de que não é mais possível viver como antigamente, sem o contato com a sociedade não-indígena. A mata não é mais suficiente para extrair os bens de consumo necessários para a sobrevivência de seu povo. Na atualidade, a escola abre possibilidades para uma vida melhor e, inclusive, para conquistar emprego na cidade, garantindo o sustento dos seus familiares, é inevitável o contato com o não

indígena. Como seu Alcindo dizia em sua entrevista, “eu digo para minha equipe, nós não podemos desprezar o “branco” porque um dia nós precisa deles”.

“As crianças não se esforçam, não se esforçam para estudar. Tem que se esforçar para aprender. Outro dia o filho disse: - não quero mais estudar. O pai disse: - agora tem que estudar para ter emprego, se não estudar, não tem nada.” (Fátima Moreira - mãe)

No depoimento dessa mãe, nota-se a preocupação com o futuro, com a necessidade de ter emprego para o sustento da família, algo que no seu tempo não se fazia presente. A terra era suficiente para a sobrevivência, hoje a escola é uma necessidade. As crianças são orientadas a irem para a escola, mas não são obrigadas como na sociedade não indígena brasileira. Este menino, por uns dias, ficou sem ir à escola, mas depois de um tempo de reflexão, retornou aos estudos e freqüenta ativamente as cerimônias na OPY.

“Diferente, vamos dizer assim... A mesma coisa da casa de reza. Mudar mais o desenho. Aumentar o desenho, outra forma que chame mais a atenção de fora, mais colorida. As cores são muito importante para mim.” (Adelcio Natalino - pai)

“Se não tivesse escola, com certeza continuaria na opy, só que o mundo não conheceria o Jeito Guarani.” (Wanderley Cardoso Moreira– professor)

Durante a pesquisa, em várias falas os Guarani demonstraram a necessidade e a intenção de que a escola tem o papel de mostrar aos não- indígenas as produções da escola como um dos espaços de divulgação e valorização do Jeito Guarani, como uma forma de mostrar o seu valor, que têm capacidade de fazer bem feito muitas coisas e bem coloridas. Este é mais um Jeito Guarani, cada cor tem um significado e uma forma de ser extraída da natureza, os traços no desenho não são aleatórios, também têm uma referência com a natureza e com o religioso. Além de estarem fazendo seus desenhos, seu artesanato para mostrar e vender para os não-indígenas, estão fazendo suas orações e referências para NHANDERU. O artesanato é “[...] expressão cultural de marca étnica, na qual se agrega valor econômico, cultural e espiritual”.(Monte, 2002:104)

“Para preservar a cultura, a crença, a linguagem da tribo. Significa não perder nada do que os antigos deixaram.(Márcia Moreira – aluna)

As primeiras falas reafirmavam que a escola que eles têm hoje está de acordo com seus interesses. Mas na medida em que as conversas se prolongavam, alguns elementos foram aparecendo e marcando o que consideram que precisa melhorar para que a escola continue atendendo aos seus interesses. A escola não pode esquecer de valorizar os conhecimentos dos antigos vivenciados no presente, reafirmando a escola como espaço de revitalização da tradição. Indicam a casa de reza como um dos espaços em que, historicamente, a educação tradicional se concretiza, procurando refletir sobre a possibilidade de construir um novo caminho e uma nova lógica para a escola na aldeia. Envolver a criança em todas as ações da comunidade para que ela valorize a escola por considerarem necessária para a sobrevivência e para a divulgação dos seus traços culturais no sentido de que os não-indígenas os conheçam e os tratem com respeito e para que os Guarani não sintam vergonha de ser Guarani. Supõe-se que está implícito o processo próprio de ensino e aprendizagem reafirmando que nessa cultura o aprender está mais presente do que o ensinar, mas um não está distante do outro. Freire (1996: 26) assinala que os humanos, ao longo da história, socialmente aprendendo perceberam que era possível buscar caminhos e métodos de ensinar. “Aprender precedeu ensinar [...] inexistiu validade no ensino de que não resulte um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar”. A criança e o jovem Guarani aprendem observando o adulto e recriam o aprendido.

No discurso narrativo nas entrevistas **quanto ao papel da escola**, os Guarani demonstram que se apropriaram da escola, instituição incorporada a sua vida social. Trazem-na para dentro da aldeia e transformam-na para atender aos seus interesses como um dos instrumentos que faz a conexão entre a sociedade não-indígena e a sociedade Guarani. É através da escola que se apresentam e se aproximam dos “brancos” de um outro jeito.

Revelaram dois papéis fundamentais atribuídos à escola. Primeiro, a escola tem o papel de desenvolver ações que favoreçam as relações com a sociedade não-indígena materializadas nas atividades de leitura e escrita com o objetivo básico de compreender as leis da sociedade não-indígena, as regras dos “brancos”, para sustentar as reivindicações pelos seus direitos de cidadãos brasileiros e, principalmente, a luta pela terra boa de viver. A escola que ao mesmo tempo busca o conhecimento da sociedade envolve e é um espaço de resistência e de movimentos sociais coletivos. Com a aprendizagem da leitura e da escrita, abrem-se possibilidades para obtenção de um emprego remunerado na aldeia ou fora dela. Em outras vozes, a escola na aldeia é a esperança de proteger os jovens da violência, das drogas, da influência cultural dos não-indígenas que estariam expostos se frequentassem a escola fora da aldeia. Por fim, a escola tem o papel de realizar interseção entre a aldeia e a sociedade não-indígena, é o espaço que tem o papel de mostrar ao JURUÁ como são os Guarani, para socialização e valorização da sua cultura numa relação intercultural e multicultural.

“Eu penso para melhorar a vida, ir para frente, para melhorar a nossa vida Guarani aqui dentro na aldeia, eu queria isso aí”. (Lurdinha Moreira - mãe)

“Aprender a ler e escrever, é importante eles saber ler e escrever.”(Fátima Moreira - aluna)

“Aprender muita coisa, lutar contra os brancos, buscar as coisas para a comunidade. Ajudar as pessoas que estão precisando de ajuda.”(Adélcio Natalino - pai)

O outro papel da escola na aldeia é desenvolver ações no sentido de recuperar, reforçar e sustentar a cultura Guarani. Tem o papel de reforço e valorização da religião, é o lugar onde também se ensina a tradição Guarani, o respeito pelo mais velho e contribui para manter viva a sua cultura, o idioma e, com isso, construir a identidade étnica. É o lugar para estudar a história do seu povo, onde se revelam histórias, mitos, lendas, brincadeiras, danças e cantos, entre outros. Constitui-se como espaço aberto que possibilita trocas de experiências espontâneas tanto para as crianças como para os adultos. Por fim, é na escola que constroem e reconstroem sua cultura, suas formas de

viver que também são ensinadas na OPY com a firme intenção de educar as novas gerações, reforçando o compromisso de viver como um Guarani.

“Hoje estou feliz que as crianças tenham aprendido a tradição”.(Hyral Moreira – pai e cacique)

“A escola é um dos espaços aonde se aprende a manter a identidade Guarani..”(Marcos Moreira -Professor)

“A função da escola dentro da aldeia é o desenvolvimento dos Guarani sobre a cultura e a realidade onde vive.”(Professora Kátia Moreira)

“A escola do pensamento é a opy.”(Sônia Moreira - mãe)

Procurei destacar as vozes do cacique, dos pais, dos alunos e dos professores com relação às afirmações acima descritas.

“A escola deu muita aula para mim. Na opy é só na teoria, quando chega na escola, o professor tem que reforçar, ampliar a idéia. A escola é o ensinamento para mim. Por exemplo: O Adailton não queria nem ir na opy, depois da escola, começou a ir e ficou mais interessado na cultura. Na cerimônia, ascende um petyngué e é repassado a cada pessoa, cada um que recebe ele fala. Eles hoje, já começam a falar e têm capacidade de falar. Em outras cerimônias, antes da escola, isso não acontecia. Em outras aldeias que não têm o velho, nem a escola isso não acontece. Graças a Deus que o velhinho está vivo... a escola tem que estar do Jeito Guarani, rezar na opy antes de ir para a sala de aula. Resgatar a língua Guarani para memorizar a memória antiga.(Geraldo Moreira - Professor)

Nas palavras do professor Geraldo, o professor mais velho da escola e um futuro KARAI, uma liderança religiosa já respeitada na aldeia, ele sintetiza a importância e o papel da escola para ele e para seu povo. O aspecto positivo da escola para aproximar os jovens da casa de reza e das tradições Guarani. Em outras experiências de escola indígena ou que as crianças indígenas freqüentaram outras escolas, o que ocorria era o afastamento da cultura e até mesmo a sua negação e nesta realidade demonstra ao contrário. Talvez por isso afirmam que a escola está funcionando de acordo com seus interesses, ou seja, “do nosso jeito”.

Durante a pesquisa, tive a oportunidade de atuar como docente no curso de formação para os professores e futuros professores Guarani no “Programa de Formação para Educação Escolar Guarani das Regiões Sul e Sudeste do Brasil – Kuaa-Mbo’e – Conhecer Ensinar”. As narrativas dos alunos também coincidem com as expectativas dos meus interlocutores quanto ao papel da escola e ao papel do professor. Penso que as expectativas se assemelham em função do amplo diálogo que existe entre os Guarani devido ao constante movimento das pessoas visitando umas às outras com o objetivo de ampliar os conhecimentos. As reivindicações dos Guarani apresentadas no documento citado no capítulo I se repetem em várias vozes no decorrer das entrevistas e conversas informais. Algumas afirmações também se confirmam na tese de Bergamachi (2005), conforme se observa nas falas a seguir.

Como exemplo, apresento algumas falas dos alunos do Programa de Formação para Educação Escolar Guarani referentes ao papel da escola relacionado com a sociedade não- indígena.

“A escola Guarani é uma estrutura para a interculturalidade e é referência para preparar as crianças Guarani no atual contexto em que vivemos. Se faz necessário acesso desde a cultura tradicional Guarani à cultura ocidental e acesso à tecnologia.”(Leonardo Gonçalves – SC)

“(…) Para a criança escrever a língua portuguesa e a cultura Guarani. Ouvir o mais velho e registrar o que o mais velho fala” (Cecília Brizola – SC)

“(…) A escola deve promover atividade cultural para mostrar que os Guarani existem. (...) conhecer os conhecimentos da cultura fora da aldeia. Preparando os alunos para que enfrentem as escolas não indígenas.” (Lírio –RS)

“(…) Através do estudo, as crianças devem trazer um futuro melhor para as famílias” (Paulo - PR)

Quanto ao papel da escola relacionado com a cultura Guarani, selecionei as seguintes vozes:

“(…) Ensinar a contar história antiga e atual, ensinar a cantar e dançar a música tradicional e religiosa. Ensinar a respeitar outras culturas principalmente” (Marcos – ES)

“Manter a cultura, valorizando os velhos e resgatar o que está esquecido. A escola é um ponto principal dentro da aldeia. (Lírio -RS)

Como se pode constatar nas vozes dos alunos/professores Guarani, a escola na aldeia desempenha papel de alta importância para o desenvolvimento da vida Guarani na atualidade. No curso participam ativamente com empenho e interesse em aprender para realizarem o papel de professor nas aldeias com o compromisso de desempenharem o melhor trabalho no sentido de promoverem o seu povo e superarem as dificuldades.

Ao indagar sobre **o papel do professor e professora** na escola da aldeia, eles foram unânimes em afirmar que: ser professor é uma função muito importante na aldeia, e lhes atribuem uma responsabilidade de mediador dos conhecimentos culturais Guarani aliados aos conhecimentos da sociedade não-indígena. Eles são a ponte, o porta voz dos mais velhos na comunidade para fortalecer a cultura Guarani na aldeia reforçando na escola os conhecimentos ensinados na OPY. Por isso, têm clareza de que terão uma escola, diferenciada, do Jeito Guarani, quando os professores indígenas estiverem formados e a escola tiver apenas professores Guarani atuando, pois os segredos da sua cultura só poderão ser discutidos pelos indígenas, isto fará grande diferença no processo de ensino e aprendizagem.

“Eu disse para o cacique – quem tem que trabalhar na escola agora é o branco, porque o índio sabe bem pouquinho e branco sabe mais. Eu sei disso. Daqui cinco anos, daí, sim, podemos exigir que índio trabalhe, porque daí esses que estão estudando vão saber mais. A secretaria tem que vir aqui para conversar, tem que escutar a minha equipe” (Alcindo Moreira - Diário de campo – 5 de março de 2005).

Seu Alcindo admite a presença do professor não-indígena atuando na escola por ter a clareza de que os Guarani ainda não têm a formação adequada, aposta na formação dos professores indígenas, formação, esta, em que ele também é docente. Aponta a necessidade do órgão público estar presente nas discussões para ouvir os anseios e as decisões da aldeia.

“Deve ser, para mim, um professor que entenda os alunos, como ensinar a língua Guarani.”
(Ailton Moreira – aluno)

Um professor ou professora para atuar na escola na aldeia tem que compreender os alunos e saber falar e escrever a língua guarani. Essa é uma das suas preocupações, porque para eles aprender a escrever e falar o guarani também é importante, já que algumas crianças, os mestiços, não falam a língua materna. E esta é uma questão que preocupa a aldeia como um todo, pois, se perde a língua, perde a cultura Guarani. O professor tem o papel de recuperar a língua materna.

“(…) O professor tem o papel de reciclar. É uma das principais fontes de conexão. Não trazer qualquer informação e colocar na sala de aula, tem que pensar para depois passar para as crianças. É uma maneira de não interferir na vida dos Guarani hoje. Hoje tem muita influência do juruá. (…). O modo de pensar, o modo de ver, o modo de agir, ao mesmo tempo o modo de viver. As crianças têm outras influências.”(Wanderley Cardoso - professor)

O(a) professor(a) indígena é escolhido(a) pela comunidade e deve navegar pelas complexas ondas da cultura Guarani e da cultura não- indígena, nas tramas das concepções de escola, a partir dos referenciais e conhecimentos que possui e que precisa adquirir. Ele assume um papel de liderança que não fazia parte da organização política de seu povo e assume um papel de ator que passa a integrar as teias das relações sociais na aldeia. Sendo muitas vezes o porta voz do cacique em determinadas representações, é ele quem elabora os documentos de reivindicações da comunidade juntamente com o cacique. Em algumas aldeias Guarani, os professores são os caciques. O cacique Hyral foi o primeiro professor indígena Guarani atuando em escola na aldeia no Estado de Santa Catarina.

“O papel do professor na sala de aula é de orientar as crianças e também alertar aquilo que vem acontecendo no mundo atual e também os perigos que vêm de fora. Que a cultura Guarani não se perca. Muitas vezes a influência do juruá é muito, nossa, grande, é maior do que ser Guarani. (..) O papel do professor é de proteger as crianças, (...) é essa de garantir a cultura, de proteger a sua essência e também proteger os mais velhos. Muitas vezes o juruá vem, (...) tem a mentalidade para ajudar e têm alguns que vêm para destruir mesmo. Tanto é que tem a força do papel. Coloca no papel lá e com

certeza é uma arma (...) destruir toda essa essência Guarani.(...) a gente não sente a dor, só sente a dor depois que a cultura estiver morta. Por isso o professor tem que ter a mentalidade de proteger a cultura.” (Wanderley Cardoso Moreira – professor)

O papel do(a) professor(a) como mediador(a) tanto das questões culturais internas Guarani quanto das questões culturais da sociedade não- indígena. No papel de mediador, também ele tem a atribuição de saber selecionar o que pode e o que não pode ser ensinado. Cabe ao professor decidir que conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade serão discutidos na escola. Esta decisão muitas vezes é tomada via diálogos com a comunidade e as lideranças. Ele assume um papel de liderança intelectual de preservação das influências de aculturação devido ao intenso contato. Alerta para o fato de que, na sociedade não-indígena, existe a força do “papel” (leis, documentos) que pode prejudicar a sociedade indígena, matando a essência da cultura Guarani. Penso que não há a intenção de criar um gueto Guarani, mas que as crianças e jovens tenham o conhecimento daquilo que poderá interferir nas suas vidas para que também saibam resistir. Só haverá resistência e luta por aquilo que se conhece. Não se briga pelo desconhecido. O professor assume o papel de proteger a criança e a cultura Guarani.

“Buscar os conhecimentos dos mais velhos para expor na sala de aula. Conhecimento do juruá, o professor tem que estar por dentro do conhecimento Guarani. Ele é o porta voz dos mais velhos dentro da comunidade para fortalecer a aldeia (...) organização e estrutura como pode funcionar o ensinamento Guarani. Ele é intermediário entre o conhecimento juruá e mbyá. Também envolve os mais velhos, lideranças, comunidade e professor.” (Geraldo Moreira – professor e liderança)

O professor Geraldo, na sua voz, expressa o papel de pesquisador da cultura Guarani e da cultura do JURUÁ. Para eles, a primeira e única fonte para a pesquisa sobre o conhecimento Guarani são os mais velhos. Ser um pesquisador é papel fundamental para qualquer ser humano que pretenda ser educador. Como afirma Freire (1996:32), “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. O papel do professor Guarani de pesquisador tem uma importância na esfera cultural desse povo para

desenvolver o papel de intermediário entre os conhecimentos dos dois mundos, ou seja, mundo JURUÁ e mundo Guarani. Aparece em várias vozes a tarefa de orientar as crianças quanto aos perigos que vêm de fora, isto é, as influências negativas do JURUÁ, e ao mesmo tempo preocupar-se com a preservação, recuperação e continuidade das questões culturais. “Ensinando cada pecinha. Resgatar a cultura Guarani, para não perder nossa cultura”(Adélcio Natalino - pai)

“O papel é ser pesquisador e ir em busca do conhecimento dos mais velhos e também de outros para levar para sala de aula e pôr em prática, porque o professor é um elo de ligação entre a comunidade. (...) Ajudar a buscar novos conhecimentos do juruá, com isso envolvendo lideranças, mais velhos e professor porque a escola tem que ser do Jeito Guarani. Por exemplo: rezar antes de ir para a escola, ensinar no resgate dos alimentos, trazer os mais velhos para a escola, motivar as crianças a falar sua própria língua.”(Adriana Moreira - professora)

Nas vozes da professora Adriana, pode-se observar novamente a inclusão dos mais velhos como fonte de pesquisa para as ações da escola. Ela ressalta o papel do professor e professora como pesquisadores em constante busca de conhecimentos tanto JURUÁ quanto indígena.

“(...) professor tem que estudar cada vez mais (...) e ter orgulho de ser Guarani.” (Kátia Moreira - professora)

“Ensinar o desenvolvimento das crianças”(Ailton Moreira - aluno)

Aparece nas vozes dos alunos o orgulho que os professores têm que ter de ser Guarani e buscar cada vez mais o conhecimento para ensinar as crianças. Reafirmam o compromisso de ser e de viver como Guarani, do Jeito Guarani, isto é lembrado no dia- a- dia. Tudo indica que preservam com tanta veemência as suas crenças porque são lembradas, revividas, socializadas diariamente.

Quanto ao papel do professor e professora, os alunos/professores do Programa de Formação assim se pronunciaram, o que coincide com as vozes dos meus interlocutores, como se pode perceber nas falas selecionadas a seguir:

“(...) a escola tem um papel de fazer a articulação com a realidade do mundo indígena e do mundo dos brancos (...). O professor indígena é o principal articulador por ter o conhecimento da sua cultura e a cultura dos brancos.(...). O professor tem que ser o primeiro a valorizar e respeitar a cultura Guarani pesquisando e ensinando as suas crianças na escola.”(Claudinei - PR)

“Fazer com que seus alunos aprendam a viver sua cultura convivendo com outro sistema. Saber transmitir seus conhecimentos para os alunos e comunidade de forma que entendam. Fazer da escola o centro cultural da aldeia, pois é ali que o professor leva o seu conhecimento. O professor não é só para ensinar, mas para aprender cada vez mais com as pessoas” (João Carlos da Silva - RS)

“O professor tem que ser flexível, (...) para que ele sirva de interlocutor, informando e enriquecendo os seus alunos para que estes venham a somar forças tanto para o estabelecimento de seu povo e dos pais. (Vanderson PR)

“Quando a gente começou a trabalhar na prática, os alunos começaram a entender. Nós primeiro fazia pesquisa para depois vir para a sala de aula e passava na escrita, aí eles demonstravam interesse.”(Eunice – SC)

Nas entrevistas, ficaram explícitas diversas manifestações que revelam o que é necessário para os professores terem a capacidade de ensinar, de atuar como educadores, ou seja, os possíveis critérios utilizados para escolherem os professores da sua escola.

“Penso que, para ser professor, tem que ter passado um tempo na escola dos brancos para falar e escrever bem o português”(Roseli Moreira - mãe)

“Eu digo para minha gente na opy, não adianta só a escola, eles têm que ensinar cultura”.(Alcindo Moreira – líder religioso - avô)

“Primeiramente, acho que a língua, principalmente. Acho que hoje o professor bilíngüe tem que estar bem preparado para ser um professor bilíngüe, não só na escrita, mas, sim, no conhecimento. Porque hoje, para ensinar uma criança na língua guarani, o professor tem que estar bem preparado. Que a criança de hoje tem mais curiosidade do que a de antes.” (Wanderley Cardoso Moreira - professor)

O (a) professor(a) é escolhido(a) pela comunidade tem a responsabilidade de instalar uma relação interétnica com a sociedade nacional e regional e de formar

pessoas capazes de compreender a língua portuguesa na forma oral e escrita, sendo o domínio dessa língua entendido como condição fundamental, bem como, a língua guarani na forma escrita e oral. Os educadores, mediadores dos conhecimentos passados e futuros, numa simbologia da “antena e da raiz”⁴⁴ captam os conhecimentos necessários de fora para dentro da aldeia que fortaleçam a raiz cultural, com isso, desempenham papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem na escola Guarani.

O que ensinar na escola? Ao formular esta questão aos interlocutores, eles foram unânimes em afirmar que essa escola serve para ensinar as línguas guarani e portuguesa, a cultura Guarani, a cultura da sociedade não-indígena, a história Guarani e a vida Guarani, conforme seguem as suas falas abaixo:

“Ensinar, como eu sempre falo, resgatar a cultura e conhecer a cultura diferente. A maioria é difícil saber explicar a nossa cultura e a religião.(...). A escola pode ajudar a ampliar esse conhecimento. Na aldeia, são três: o mais velho, a opy e a escola os lugares de conhecimento. A escola é a nossa segunda opy, como diz o pai. Na opy, só fica na teoria e, na escola, começa a praticar o conhecimento. Repassar para as outras comunidades o conhecimento Guarani. Recuperar as tradições, é isso que queremos.”(Geraldo Moreira - professor)

Geraldo expressa questões a serem consideradas na definição dos conteúdos escolares. Estes são construções sociais que vêm sendo feitos ao longo da história da escola indígena. As questões apresentadas pelo Geraldo remetem às vozes apresentadas anteriormente, a saber: recuperar a cultura perdida e conhecer a cultura desconhecida, falar de religião, ampliar os conhecimentos e aplicar os conhecimentos transmitidos na OPY. Portanto, os ensinamentos, as belas palavras ouvidas na OPY se materializam na escola e se ampliam como conhecimentos científicos. Muitas questões estão ainda no campo do discurso, falta a materialização mais efetiva. Ele apresenta os

⁴⁴ Professor José Ribamar Bessa Freire discutiu esta questão no “Programa de Formação para Educação Escolar Guarani da Região Sul e Sudeste do Brasil.” (Ver Freire, 2004)

três lugares para ampliação do conhecimento na aldeia: o mais velho, a OPY e a escola. E afirma ainda que, na OPY, ele considera o conhecimento na teoria e, na escola, o conhecimento na prática. Pode-se entender que, na OPY, os ensinamentos são passados pela oralidade, enquanto que, na escola, se materializam na escrita, no desenho no papel, entre outros. Pode-se constatar essa questão nos livretos produzidos pelas crianças após visitas à casa de reza que compõem o acervo da biblioteca da escola já referendados no capítulo II. Ainda ele se refere a ampliação do conhecimento na escola, pois ela também desempenha outros papéis afirmados anteriormente.

“Ensina para não faltá o alimento para os alunos. (...) Trabalhá, lutá, eu queria que assim. Professor uma coisa assim. O meu pensamento é assim. Saí pra trabaiá. Escola para te uma vida boa. Queria que estudam bastante para miorá. É importante trabaiá a cultura na escola. Eu queria sim.”(Lurdinha Moreira - mãe)

“A escola deveria ensinar a vida dos Guarani(..)Acho que tinha que estudar mais os costumes Guarani e depois entraria, esse seria o primeiro passo, depois as coisas dos brancos.” (Adriana Moreira - professora)

Observe-se os diversos depoimentos dos alunos e pais:

“Todas as matérias em Guarani como em português.” ; “O conteúdo deve ser em Guarani e português.”; “Tudo o que deve ser ensinado”; “Nunca pensei nisso”; “Ensinar o português e o Guarani.”; “Várias coisas. O que poderia fazer, o que não poderia fazer. Ensinar a cantar. No canto é que a gente incentiva, ele vem aqui dentro para conhecer”.

Verifica-se nas respostas dadas, de forma muito geral, que compreendem que a escola desempenha o papel de ensinar os conhecimentos Guarani e os conhecimentos da sociedade não-indígena, que conhecimentos seriam esses? Isto não fica explícito. Penso que é necessário percorrer um caminho muito longo de discussões a respeito do que trabalhar na escola, enfatizando o aprender na prática. Talvez a pergunta feita não tenha sido a mais acertada. Durante o trabalho de campo eu ainda não tinha a compreensão de que, para eles, o aprender é mais significativo do que o ensinar.

Penso que a pergunta poderia ser: o que aprender na escola indígena? Provavelmente as respostas seriam mais claras e dariam uma maior contribuição.

Em que condições o currículo pode significar a garantia de construção de uma escola indígena? O desafio, hoje, não são as leis que garantem a construção da escola específica, autônoma, com a cara, o jeito, o formato, os modos de ensinar e aprender Guarani. O desafio é muito mais complexo e profundo. É uma caminhada que apenas deu os primeiros passos.

3.1 A voz das crianças expressa nos desenhos

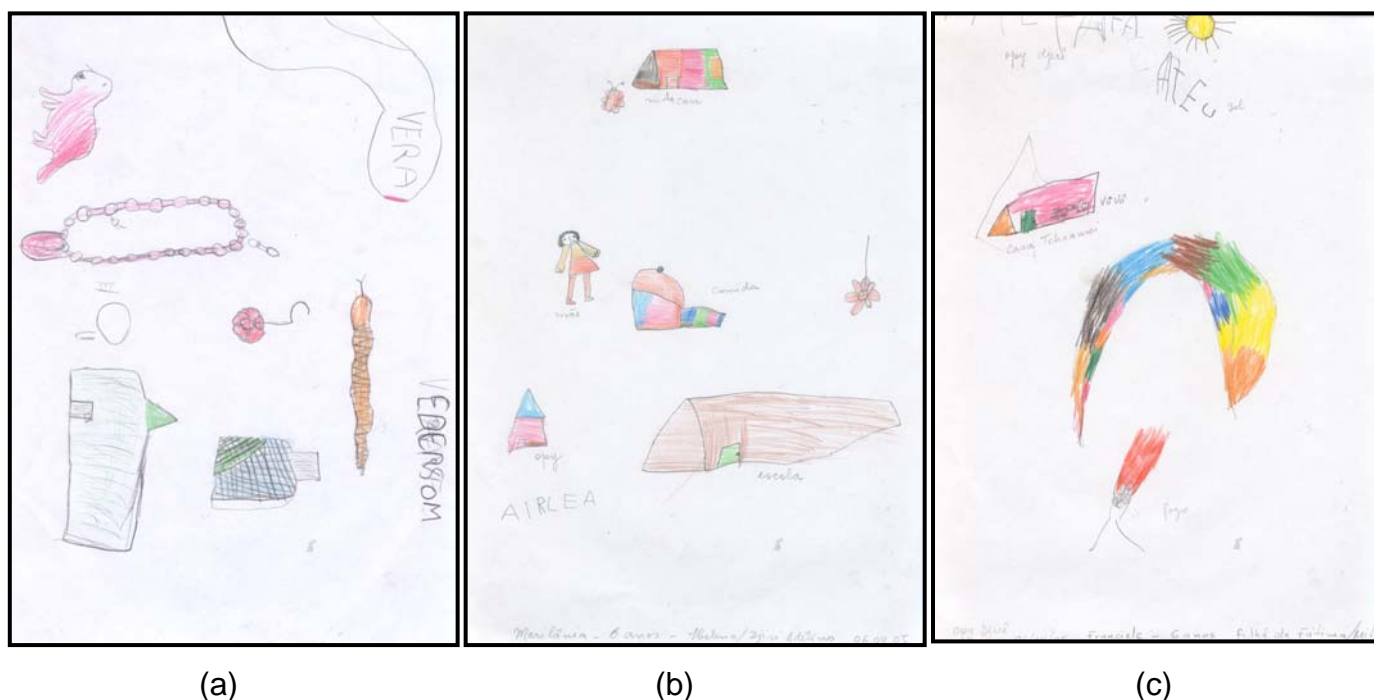


FIGURA 18 - Desenho das crianças

Ao analisar os 28 desenhos das crianças, vê-se a importância que atribuem à escola como local para alimentação. Em vários desenhos demonstraram que vêm para a escola porque tem comida, como se observa no desenho (b). As crianças desenharam a escola, as panelas, o fogo, que representam um Jeito Guarani, a casa de reza, e fazem referência ao TCHE RAMÕI (meu avô), como se percebe no desenho (c).

Portanto, a escola não está distante das relações que elas estabelecem no dia-a-dia de suas vidas e da forma com que vivenciam a religião. Alguns desenham os espaços da escola do tamanho do espaço da OPY, atribuindo grande importância para as duas casas. Os desenhos são coloridos e as cores são de significados sagrados para eles. Cada cor tem um significado. Os professores indígenas da escola estão desenvolvendo uma pesquisa com os mais velhos sobre este tema, que será apresentado no Programa de Formação como documento de conclusão do curso em forma de monografia. Aparece também em seus desenhos o artesanato, conforme desenho (a), as brincadeiras na escola e na aldeia, os colegas, a sala de aula, a biblioteca, uma visão panorâmica da aldeia, crianças desenvolvendo atividades de leitura dentro da escola.

Para as crianças é prazeroso desenhar para mostrar para alguém. Como se observa nas falas de seu Alcindo, que procura estimular as crianças a realizarem seus desenhos bem feitos, “com capricho” para serem valorizados. Este é um princípio Guarani produzir um artesanato bem feito e bonito para comercialização, para mostrar para o não-indígena e ser valorizado. Desejam desenvolver desenhos nos muros da escola para representar a história de seu povo para que seus visitantes vejam o que são capazes de fazer, e de fazer bem feito. No interior da escola têm pinturas estampadas pintadas pelo professor Wanderley, como mostra a Fig.7.

Nas entrevistas e observações registradas no diário de campo, constato que consideram a escola que têm hoje como um espaço da aldeia que está sendo construído do Jeito Guarani. Os professores na maioria são indígenas. Consideram a professora não índia como boa professora, ela ouve as orientações de seu Alcindo para realizar o seu trabalho. As atividades vêm acontecendo numa forte relação com a linguagem, na escola e fora dela, com a produção de textos a partir de entrevistas com seu Alcindo, nas línguas guarani e portuguesa tais como: curupira, saci e caipora (descritos no capítulo anterior), produzindo pequenos livretos manuscritos com desenhos das próprias crianças dando um significado à língua guarani.

3.2 Entrevista com seu Alcindo na casa de reza (opy)



FIGURA 19 - Preparo das ervas medicinais - Foto: arquivo da pesquisadora

Optei por abrir um espaço nesta discussão finalizando este capítulo para comentar e marcar as vozes de Alcindo Moreira apresentadas na entrevista realizada na casa de reza. Este foi um dos momentos mais emocionantes desta pesquisa. Pela primeira vez, tive a honra de ser convidada a entrar no espaço mais sagrado da aldeia. A entrevista se deu num ritual do Jeito Guarani. A casa de reza estava preparada para me receber. Havia um fogo de chão à nossa frente e eram atiradas ervas ao fogo que exalavam perfumes distintos que contaminavam o ambiente e o diálogo fluía. O professor Geraldo acompanhou a entrevista e algumas vezes fez o papel de tradutor, pois, em alguns momentos da conversa seu Alcindo se pronunciava em Guarani. Penso que seria redundante repetir os motivos que me levaram a destacar as vozes deste líder tão respeitado pelos seus pares. Transcrevo a seguir as suas falas que considero significativas para compor algumas respostas às indagações preconizadas neste estudo.

Quando perguntei sobre sua história, ele revelou que seus avós reuniam todos os indígenas moradores na aldeia, não só um, mas todos, e diziam:

“(...) a avó em século, falava para nós (...) aí eles dizia: - óia! Meu filho! (...) quando chega de dois mil e pouco, aí vai ser tudo diferente, não vai ter mais nenhum índio verdadeiro. Deu bem certo o que ele me falou, aqui no meu ouvido. (...) vocês têm que rezar, dançar e aprender tudo (...) vai chegar os problemas, a doença qualquer tipo”.

Seus avós previam as dificuldades que seus descendentes enfrentariam no futuro e por isso reuniam as crianças e ensinavam tudo que sabiam. Previavam as relações interétnicas que poderiam ocorrer e as mudanças significativas no modo de vida dos Guarani no inevitável contato com os JURUÁ. Previavam o aumento das doenças que seu povo poderia sofrer em função das novas relações com os não-índigenas, tinham a preocupação de ensinar os remédios e todos os segredos Guarani. Intensificaram seus ensinamentos como forma de proteção para as gerações futuras.

“(...) E mostrava o remédio na nossa frente também. Cada foia então trazia. Na opy, como assim também. Fazia o desenho⁴⁵ mais grande. Então o remédio ele colocava aqui e o fogo lá. Trazia casca de madeira, o que ia precisava tudo e mostrava pra nós tudo igual, os pequenininho. Ali já era a escola pra nós. Quem sabe, quem não sabe aquela hora que ele faz a pergunta pra nós. Conta a história pra nós. – Essa casquinha vale pra aquele fim. Essa casquinha você sente na junta uma dori, faz um chá, dá uma puxada boa e um golezinho. (...) Aí quando no outro dia, quando contava a história, ele dizia: - amanhã de manhã cedo vamos pro mato. Mostrava onde que foi tirado, conhecê o pé, conhecê a foia. O que nós enxergava lá tem que mostrar tudo. (...)Aí em comparação, meu avô, em século me levava no mato pra conhecê o pé, os segredos.”

Aprendiam na prática, observando, cheirando, localizando na mata as plantas medicinais identificando as folhas, as raízes e as cascas. Aprendiam a preparar os remédios prestando muita atenção para compreender e reconhecer os remédios e gravar na memória. Na atualidade, seu Alcindo repassa os ensinamentos que obteve de seus avós, buscando na sua memória a sabedoria adquirida. Lamenta, nas suas diversas vozes, que não pode mais mostrar tudo o que sabe, pois, na mata, já não

⁴⁵ O desenho a que seu Alcindo se refere é um símbolo que representa a terra mãe, esculpido no chão em alto relevo, à frente do fogo com barro vermelho.

existe mais a variedade de ervas que conheceu antigamente. Procura hoje, num terreno próximo à sua casa, plantar algumas ervas no intuito de recuperá-las.

“Minha avó em século falou: diz - óia! Cada um de vocês vai ter filho, então desde pequeninho você tem que dá exemplo, pra caminhá, pra respeitá, chega uma pessoa pra recebe, conversa bem... Aquilo pra mim era uma escola, viu! (...) nunca me esquece.”

Seus avós já se preocupavam com a educação e respeito às outras pessoas e orientavam todas as crianças. Esta questão, como mais uma característica do Jeito Guarani, é reforçada de geração a geração, inclusive na atualidade.

“Se você conhecê, um de vocês sabe mais, ensina o outro. Se... se interessa, se não se interessa, não adianta. (...) a sabedoria tem que repartir com o índio para aquele que se interessa”.

A socialização do conhecimento também era preocupação dos mais velhos. Quem sabe um pouco mais ensina para quem não sabe. Nesta fala, mostra a liberdade individual, apenas é ensinado para quem se interessa. Essa voz reafirma a não obrigatoriedade da criança freqüentar a escola.

(...) Se não se interessa, dá dor de cabeça. Agora, se interessa, aí, sim, a gente chega com bom amore. Se ele não tem amore, o que é que a gente faz”.

Ele afirma que para aprender precisa ter amor e interesse.

“Nós queria formar a escola na aldeia, nós falava pro cacique do Morro dos Cavalos que precisa de escola e eles diziam: - índio não é pra ter escola. Mas como? (..) Segundo, mais tarde, já que você não sabe falar brasileiro, vai ter escola, só não esquece de rezá. Já pequeninho, já aprendi. Daqui mais tarde vai ter igreja dos brancos também. Quando chega dois mil e pouco ninguém vai respeita mais. Deu bem certo, viu!”

Seu Alcindo, como ouvia de seus avós, que de dois mil para a frente teria escola do “branco”, ele sempre foi um defensor da escola para os indígenas, seus filhos todos freqüentaram a escola. Mas lembra que, mesmo tendo escola e igreja dos “brancos”, o índio não pode esquecer de fazer as orações tradicionais. Isto ele revela que aprendeu

desde pequeno. Nesta fala ele reafirma a religiosidade de seu povo e a importância de preservar a sua religião.

“Digo, em comparação, gostavaria essa escola de vocês, nossa ali que em comparação, pedi pra Deus ajudá nós, o que nós pedir pra ir bem. Vocês, os professores, pra vê se vamo tudo junto, vamos comparação à lei dos Guarani. Parece que ia dar certo, viu.”

Acredita que tudo vai dar certo se os professores seguirem as orientações e discutirem tudo junto, sem esquecer da religião Guarani e das leis Guarani. Aqui ele apresenta os fundamentos para a construção do currículo da escola específica. Um fazer diferente da escola incorporada às suas vidas, confia na escola do Jeito Guarani pensada no coletivo.

“A hora que o recreio lá em cima, pelo meno ficasse só um pouquinho para agradecer Nhanderu. Já digo, no meu tempo foi criado assim. É difícil! (...) Nessa hora, quase meio dia, nós chegava tudo a pedir pra ele, rezava...até pra mim parece que era uma alegria. Hoje tem guri que qualqué pessoa não tem respeito, educação. (...) escola diferenciada de qualidade, o Geraldo é que faz a ligação da opy com a escola. A escola é a segunda casa. Primeiro na opy, depois na escola. Ensinar o conteúdo do branco, só o que precisa e reforçar a cultura do Guarani.”

Pode –se observar nesta fala a sua defesa por uma escola diferenciada de qualidade. Para ele, o papel do professor é o de mediador, como meus interlocutores já demonstraram em suas vozes. É aquele que faz a ligação entre a OPY e a escola, e não esquecer jamais de NHANDERU, de rezar, pelo menos um pouquinho. Fica evidenciado, no meu ponto de vista, mais um elemento básico para a discussão do currículo, a inclusão dos conteúdos da sociedade não-indígena, mas somente o suficiente, e reforço da cultura Guarani e, além disso, demonstra o valor atribuído à escola e a coloca como a segunda casa de reza.

“(...) a sabedoria que tenho, eles não querem aprender mais, só que hoje nós Guarani têm bom professor, boa escola também. Só que eles não querem. Dizem: - o professor não sabe ensinar. Pra mim, a escola é boa. Então aí fico preocupado! (...) Gostavaria que primeiro viesse aqui, depois lá em cima. Mas estudá, não querem, viu! Não querem aprende aqui nem lá. Capricha no estudo de vocês, mais

tarde vocês vão precisar e aqui também, mas vocês vão se arrepender viu porque no tempo que o vô tava ali, eu não pude, e agora? Antes de acontece, então, aprende aqui e aprende lá em cima também”.

Demonstra tristeza e preocupação quando diz que os jovens de hoje não têm mais interesse em aprender e espera que a escola desperte o interesse pela aprendizagem. Aconselha os jovens e as crianças para capricharem nos estudos, procura passar toda a sabedoria que tem, uma vez que preocupa que está velho e poderá morrer sem ter ensinado o que gostaria. Lamentou na entrevista que, em outras aldeias, os velhos já morreram e os jovens não aproveitaram a sabedoria, muitos já nem têm mais a OPY, já nem rezam mais.

“Aprendê tudo pra não perder a cultura. Não tem mais nada nas outras aldeias por aí. Aqui o Geraldo, o Hyral e Wanderley está aprendendo. Quantas veis vou fazer cerimônia? Tô com bastante idade. Tão criando os filhinhos, quem tem que ensinar é o pai e a mãe.”

Sente um certo alívio e alegria porque seus filhos Wanderley e Geraldo e seu neto Hyral estão aprofundando os ensinamentos religiosos para dar continuidade. Os pais é que têm que ensinar seus filhos a cultura, mas muitos já não ensinam mais. Por isso acredita na escola para contribuir na educação das crianças. Se os pais não se interessam, a escola, com a ação do professor, vai ajudar a garantir a continuidade da educação indígena na cultura Guarani.

“Aconselho, viu! (...) Tem que dar o exemplo! Hoje, em comparação, aquele é daquela família assim. Assim, dá vergonha, né. Tem que dar exemplo para nossa família. Faço cerimônia só pra isso, viu. Disse pro Geraldo, assim você sabe só um pouquinho. (...) Há! Se voltasse no meu tempo! Tenho a idade avançada viu! Não adianta nós desprezá o branco, um dia nós precisa dele.”

Afirma que nas cerimônias aconselha a todos que têm que dar o exemplo, têm que respeitar o “branco”, não fazer sua família passar vergonha. É reafirmado nos seus conselhos, nas palavras pronunciadas na casa de reza, a essência do ser Guarani na sua espiritualidade e o valor de respeito ao outro.

“A professora é boa gente e boa professora também, a escola também boa, viu. O que vocês querem? Todos tão indo pra escola, mas não se interessam, viu, não tem, não é! Aqueles que já tão indo pra escola 4, 5 meses já sabem um pouquinho. Já dá pra fazer o desenho bem capricho, viu. Primeiro lugar, sabe lê e fazê desenho mais ou menos. Como aqui também, viu, vários têm o desenho ali também. Quer aprende, tem, óia. A mesma coisa lá em cima. Aquele também é documento. Desenho é documento para vocês também. Óia, aquele desenho é documento. Bem feito. É um artista mesmo. A mesma coisa aqui também eu ensino. Como lá no papel desenha, desenha aqui também. Tem que aprende, viu!

Aqui ele revela a satisfação que tem com a professora não-índia que atua na escola e isto ele diz nos conselhos para as crianças, que valorizem a escola, a professora, as atividades. Fala para eles que precisam caprichar, procura motivar para estudarem com capricho e fazer bem feito. Quando se refere a “lá em cima”, está indicando os trabalhos realizados na escola. O espaço da escola fica no morro acima da OPY. Os desenhos aos quais ele se refere são todos os elementos culturais como artesanato, instrumentos musicais, adereços, entre outros expostos na OPY já descritos anteriormente. Ele demonstra a preocupação que tem em motivar as crianças e jovens para realizarem as atividades da escola com capricho para aprender. Em toda sua fala, percebe-se a importância dada ao aprender. Para Freire (2000: 27) o processo de aprender “é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais curioso.”

“Gostavaria aí um dia, porque o aluno fica variado, olha muito na televisão. Nhanderu disse: pelo meno fica uma noite, tira a televisão, pra distrair um pouquinho. A televisão do branco tira tudo. Então aí a gente se acostuma, não tem. A televisão distrai. Conversa sobre o que passa na televisão. O conselho coloca na cabeça. Esse aí tô dando conselho pra vocês, vocês vão dizer: é verdade! Tô dando conselho pra vocês, um dia vocês vão colocar na cabeça – Há! Isso é verdade. Dentro da televisão, na novela, o desenho, não vá pensá que foi fácil pra colocá, demorô. O artista pra colocá na televisão. Demorô bastante pra fazer o desenho, pensa que foi fácil? Não! O artista quebrou a cabeça pra colocá, a mesma coisa. Pensa que foi fácil? Não! Hoje que vocês enxergam o desenho. Esse tapete ali é antigamente nosso desenho. Esse antigamente nosso desenho. Quem quiser aprende. Esse desenho daqui mais tarde vale dinheiro. (..) Esse desenho do Guarani, o que vocês vêem na televisão é o desenho do brancos... Aí gostavaria (...) mostrar desenho do índio pra tudo ele. É isso aí, viu!

Demonstra a preocupação com a influência da televisão, afirma ser necessário conversar sobre o que passa na televisão. E ainda diz para as crianças que gostam da televisão porque distrai, mas aproveita para dizer que não foi fácil produzir aquele desenho, fazendo uma analogia com os ensinamentos da escola e da cultura Guarani. Mostra para as crianças os desenhos da cultura para que elas valorizem e faz referência ao artesanato (Fig. 14) que Sônia está fazendo e as meninas a sua volta observando. Dona Rosa recentemente recuperou esse desenho demonstrando para sua filha que aprendeu com interesse e que agora tem a tarefa de repassar para suas filhas e netas, para aquelas que tenham interesse em aprender.

“Primeiro lugar é aqui, depois na escola. Lá é no papel. Se fizer bem caprichado, dá pra colocar na escola de vocês, todo mundo vai gostar. Tem que aprender na escola o desenho nosso aqui. Às vezes, vamos dizer comparação, leva dois anos pra aprende mal e mal. Se mãe aprende, já dá ensinamento pro filhinho. A escola tem que trabalhá a tradição Guarani, é tudo isso tem que caprichar na letra. Os alunos vão aprendendo tudo isso... Devagazinho vai fazendo a escola do nosso jeito. (...) A religião é importante, aula no mato, na prática, olha bem! Na opy primeiro, depois na escola.....”

Reafirma na sua fala que aos poucos a escola vai se constituindo como escola Guarani e que os ensinamentos primeiro acontecem na OPY e com os pais. Destaca a importância que seu povo hoje atribui à escola. Enfatiza a necessidade de escola na aldeia para ensinar as questões do “branco”, mas somente o necessário, e principalmente para reforçar e valorizar as tradições Guarani ensinadas por ele na OPY, sendo considerada, por eles, a verdadeira escola Guarani. Ressalta que escola na aldeia tem que ser do Jeito Guarani, se for do jeito do “branco” não precisa de escola. Ele, com sua sabedoria, afirma que, para que a criança Guarani aprenda, ela tem que realizar atividades concretas. Seus avós traziam as folhas das ervas e mostravam as suas características, depois deveriam ir na mata e identificar as plantas. Como os ensinamentos se davam na oralidade, tinham que prestar muita atenção e registrar na memória aquele ensinamento e ensinar às gerações futuras. Para isso, era preciso ter interesse de aprender. Percebe-se como os antigos eram rigorosos nos seus ensinamentos e que na atualidade também prezam pelo repasse, de geração a

geração, das experiências vividas pelos seus antepassados. Este é um dos segredos de manter viva grande parte dos traços culturais de seu povo.

Ao referir-se aos desenhos, entendo que não são somente os desenhos das crianças em folhas de papel, com lápis de cor, tinta ou caneta hidrocor. Suponho que ele se refira aos desenhos que revelam o Jeito Guarani como o artesanato, as músicas, os cantos, as danças, os instrumentos musicais, adornos, crenças, história, enfim, todo ensinamento transmitido de geração a geração na OPY e na vida Guarani. Isto se justifica pelo gesto do seu Alcindo durante a entrevista apontando para os materiais dispostos no AMBÁ (altar). Ele ainda afirmava: “Aqui também fazemos o desenho, as crianças fazem desenho aqui e depois na escola” (Diário de Campo). O que precisa mostrar para o “branco” deve ser bem feito, e valorizar a sua tradição para que o não-indígena a reconheça e não o discrimine, para que o índio sinta orgulho de ser índio. A escola tem esse papel. Há uma preocupação em não passar vergonha, não fazer feio diante dos membros da sociedade não-indígena que os visitam com frequência.

Encerro este comentário com as palavras de seu Alcindo em que demonstra que “o índio não tem parada”, está sempre em movimento, sempre em busca do conhecimento, mesmo que precise, por necessidade, se integrar ao “branco”, mas jamais esquecer da sua cultura tradicional.

Antes morava de agregado com minha família, cuidava porco, galinha, fazia rocinha. Quando cheguei na minha rocinha, tava cansado, nunca esqueci de rezar. Morei no Morro dos Cavalos, quando começou a federal, eu trabaiava lá, né... naquele tempo ganhava 600 réis por dia, viu! O dinheiro valia. Aí vamo dizê comparação, primeiro ali do Rio Grande do Sul, de Cacique Double, fui para Pato Branco no Paraná. De Paraná saí porque quero. O mundo foi feito pra conhecê. O índio não tem parada. Aí, de Pato Branco, vim para Joinville pra dentro um pouquinho. Aí dali pra lá a notícia caminha e sem esperar foi um fazendeiro lá de Jaguaruna, sem esperar, disserto a notícia correu, aí fui pra fazenda dele de agregado. Trabaiva na agricultura, então a velha Rosa tirava o leite, fazia o queijo, criava porco, galinha, ela vendia ovo. Fazia um trocadinho, né! Essa história é cumprida...O índio não tem parada. Criei eles no meio da cidade. Sabe respeitar, sabe conversar. Esses aí que criei, colocava tudo meio dos brancos, iam pra aula. Vai lá estudo, viu, estudo dos brancos. Toda minha família sabe ler (...)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O professor é o porta voz dos mais velhos dentro da comunidade para fortalecer a aldeia. (...) é o intermediário entre o conhecimento JURUÁ e o MBYÁ.” (professor Geraldo Moreira)

A pesquisa aqui apresentada sugere um dos caminhos possíveis para a reflexão sobre a organização da escola indígena Guarani do Jeito Guarani a partir das falas e anseios deste povo pronunciados nas entrevistas, nas observações, nas conversas informais realizadas nesta trajetória percorrida de aprendizagem.

Busquei construir este trabalho fundamentada em autores que estudam a questão em foco, somados à minha experiência profissional, às observações em campo e às vozes dos meus interlocutores. O conjunto desse conhecimento me permitiu elaborar uma retrospectiva histórica construindo o desenho da educação escolar indígena e especificamente em Santa Catarina para compreender os movimentos dessa educação no intuito de localizar subsídios para a discussão sobre a organização da escola indígena que vem se constituindo num novo jeito de fazer educação. Nos tópicos abordados a partir de um viés pedagógico, procuro registrar e situar a aldeia em estudo, a escola e o Jeito Guarani contextualizando as suas práticas sociais e as relações com a escola na aldeia.

Constato que as tentativas do Governo de integrar os indígenas à sociedade nacional, expropriando a sua crença, a sua terra, tentando eliminá-los como povo com uma cultura própria, fracassaram diante das estratégias de resistência desses povos. Os governantes não tiveram outra alternativa a não ser reconhecer as diferenças étnicas e “permitirem” aos indígenas, pelo menos na legislação, exercerem a cidadania brasileira e viverem na dualidade da cultura Guarani e da cultura da sociedade ocidental.

Os anos se passaram e os indígenas continuam sendo relegados a reservas, discriminados, sem condições de sobrevivência, por motivos constitucionais e pelo caráter de tutela administrado pela FUNAI. Nos últimos anos é que sua silenciosa luta

passou a ser pública e eles se mostraram nas ruas, na imprensa, nos Congressos Nacionais e Internacionais, na política, nos eventos e outros. Passaram a mostrar que são seres humanos, que têm seus direitos como qualquer ser humano que vive neste planeta, apenas a sua língua e seu modo de viver são diferentes, como tantos outros povos, como os alemães, italianos, entre outros. Mostraram e continuam mostrando que precisam ser respeitados na sua especificidade. Eles estão aqui e agora, não fazem parte do passado, eles são o presente. Apenas tentam preservar traços de sua cultura original e imprimir com veemência a sua religiosidade, transformando o que fazem como algo sagrado.

Na atualidade, intensificam as legislações referentes à educação escolar indígena e há um crescente aumento das escolas indígenas. Aumentam as discussões sobre a questão da organização da escola tanto por parte dos indígenas, quanto pelos órgãos governamentais. Os indígenas passam a ter mais visibilidade perante a sociedade não-indígena e a serem reconhecidos como povo indígena brasileiro que tem os seus direitos. Políticas públicas são desenhadas para atender aos seus interesses. Essas conquistas não vieram gratuitamente, se deram a partir de muita luta e de estratégias de sobrevivência para manter as tradições culturais e religiosas vivas garantindo a reprodução como povo e etnia. Os indígenas, e no caso os Guarani, são bravos guerreiros resistindo.

Os movimentos indígenas iniciados nos anos 70 que culminaram com a materialização na Constituição de 1988 é que garantiram as conquistas específicas para a educação escolar indígena. Lutaram e continuam lutando pela sua sobrevivência física e cultural. Para isso, não precisaram somente das leis escritas e registradas. Precisaram de fé, de sabedoria, de persistência, de reciprocidade, de sensibilidade e de amor. Precisaram das palavras sagradas (NE'ENG PORÃ) pronunciadas quase que diariamente e socializadas entre aldeias num sistema de troca de saberes realizados nas longas caminhadas (GUATÁ), nas visitas aos parentes, na busca da terra sem males (YVY MARA EY). Esta é uma das características marcantes do Guarani, de ser

um peregrino, estar sempre a caminho, sempre em movimento, buscando novos saberes.

A longa história de resistência dos indígenas permite hoje dizer que, em certa medida, foram vitoriosos. Conquistaram o direito a escola na aldeia específica com caráter diferenciada, intercultural, comunitária e bilíngüe, ou seja, construída do Jeito Guarani. Conquistaram o direito à terra, o respeito e o uso da língua materna, o respeito à cultura e às tradições, isto posto, pelo menos na legislação, pois na prática há um caminho longo a percorrer.

A educação escolar indígena é um esforço de se fazer um trabalho educativo em conjunto, num coletivo de debates sem perder a especificidade. Para os Guarani a educação e religião estão intimamente ligadas. É na OPY, casa de reza, que acontece a mais importante socialização dos conhecimentos, é através das palavras sagradas, cantos, danças, orações e rituais que envolvem o coletivo da aldeia que eles mantêm viva a sua cultura e buscam reforçar a sua própria identidade. É nos rituais de nomeação das crianças, rituais de passagem para os adolescentes, no respeito aos ensinamentos do KARAÍ e principalmente na fé em NHANDERU que garantem a sua tradição.

O tempo é vivido intensamente, estão sempre em completa harmonia com a natureza. O passado é atualizado no presente através dos mitos, lendas, narrativas e das belas palavras que ajudam a explicar a organização social. Mantêm os traços culturais vivos e atualizados, reelaborando conceitos por meio da religião, da palavra sagrada, do viver como Guarani lembrado todos os dias pelos mais velhos. Nos rituais, fortalecem as convicções religiosas do grupo e individualmente. A pessoa Guarani se faz autonomamente, sendo curiosa, observando, imitando, fazendo, ouvindo e falando. Para tanto, não se utilizando da leitura e nem da escrita como na sociedade ocidental, mas mediante a oralidade. Fazem tudo isto com emoção, sensibilidade, presteza, agilidade, amor e respeito a tudo que os rodeia. As crianças aprendem

brincando, observando, imitando com autonomia que lhe é permitida, apenas sob o olhar atento dos adultos. As crianças aprendem fazendo e experimentando, criando e recriando novos saberes.

Desenvolveram um sistema educacional pautado no aprender, na autonomia, na observação, na imitação, na agilidade e presteza. É uma sociedade complexa que merece aprofundamento, pois penso que a experiência educacional tradicional pautada pelos seus princípios é que vem servindo de base para a organização da escola do Jeito Guarani e poderá se constituir num exemplo a ser seguido pela escola da sociedade não-indígena. Destaco a forma como tratam as crianças, o respeito pelos mais velhos, as relações de afetividade e religiosidade entre as pessoas, as representações no cotidiano da escola, a seleção dos conteúdos, o respeito à natureza, a forma com que a comunidade participa da escola, enfim, um jeito diferente de fazer educação.

A escola na aldeia, na visão dos Guarani, está integrada à vida social deste grupo. É elemento constituinte e está a serviço dessa sociedade e só terá sentido se atender aos seus interesses. A escola é o complemento, a continuidade dos conhecimentos tradicionais exercidos na OPY. As ações da escola não estão apenas vinculadas ao espaço físico determinado para ela. As ações pedagógicas podem ser exercidas na aldeia como um todo, ou seja, na casa de reza, nos ensaios do coral, na roçada, na coleta e preparo das ervas medicinais, desde que estejam organizadas e se definam critérios e objetivos para que essas ações tenham vínculo com as ações pedagógicas da escola e não se corra o risco do “faz de conta” e a escola perder a sua finalidade e deixar de ser de qualidade. Fazer escola diferente não é trazer o velho para a escola ou desenvolver ações fora do seu espaço próprio e adequado. As cerimônias, por exemplo, só têm sentido se realizadas na OPY ou em local determinado pela liderança. Assim eles afirmam: “Primeiro aqui na OPY, depois na escola”. Por isso, a discussão do calendário escolar, os tempos escolares tem outra lógica. Se a escola seguir os moldes do sistema estadual, interferirá profundamente na vida social do grupo

e enfraquecerá a lógica Guarani. Penso que ainda é preciso avançar mais para realmente atender os princípios da diferença, especificidade, interculturalidade, bilingüismo e comunitária. Apresenta ensaios nesse sentido. Para os Guarani, a escola, na atualidade, está inserida na vida social da aldeia. Ocupa lugar de destaque e é considerada a segunda casa de reza.

São hábeis nas estratégias, quanto mais se estuda esse povo, mais certeza se tem do muito que falta a saber. A riqueza da religião que os permite ter uma visão de mundo diferente da sociedade nacional constitui o Jeito Guarani, os faz guerreiros, cheios de fé nas divindades que guiam suas vidas iluminados pelas belas palavras sagradas que compõem os seus segredos. É um compromisso de cada Guarani de ser e viver do Jeito Guarani. Alguns desses jeitos são perceptíveis e eles permitem que o “branco” os conheça, mas outros ficam escondidos e compõem os segredos Guarani que fazem parte das estratégias de sobrevivência. Por isso, acredito que a escola Guarani, do Jeito Guarani, só se concretizará quando todos os educadores forem indígenas Guarani e com habilitação para exercer tal função.

A escola na aldeia é um espaço de experiências pedagógicas alternativas que valorizam a autonomia da comunidade Guarani que conquistou espaços culturais próprios inserindo sua língua, sua tradição, sua história, sua arte, sua organização social, sua crença e sua sabedoria. É também o espaço em que se aprendem os conhecimentos sistematizados pela humanidade, mas somente o necessário. Isto revela a preocupação que os Guarani têm em manter viva a cultura, pois sabem que quanto mais o jovem conhece a cultura do não-indígena, mais riscos têm de perder a tradição Guarani. Tudo indica que o conhecimento da sociedade não-indígena serve apenas para que tenham um bom relacionamento, para aprenderem as leis, para realizarem uma relação intercultural e ainda para continuarem a sua luta pelos direitos de cidadão brasileiro do grupo étnico Guarani.

A escola é o espaço que promoverá a habilitação das crianças e jovens indígenas para um mundo que se desenha, e o primeiro problema está na não fluência da língua portuguesa e no desconhecimento da cultura do mundo. Uma vez decifrada, essa língua é a porta de entrada para o conhecimento da cultura da sociedade não-indígena com a clareza de que precisam beneficiar-se dela sem perder a sua própria língua, a sua história, a história dos antigos. Desejam uma escola do seu jeito, que articule os conteúdos da sociedade não-indígena, por ser uma necessidade emergente, e os conteúdos da sociedade Guarani na contribuição do registro da palavra, para que o jovem não se perca e deixe de ser Guarani “nato”. É uma forma de contribuir para o fortalecimento e valorização da cultura Guarani e para que a sociedade não-indígena os valorize e respeite. O povo Guarani atribui à escola uma importância como instrumento de luta para a conquista da terra. Necessitam conhecer as leis dos não indígenas para poderem argumentar as suas reivindicações. A escola é o local onde se aprende a linguagem dos não indígenas e as suas leis, um direito que têm como cidadãos brasileiros. A escola é um instrumento de resistência na sua grande luta pela terra.

O currículo mais adequado é aquele construído pela comunidade com base no Jeito Guarani explicitado no capítulo II, voltado para os conhecimentos historicamente acumulados pelo povo Guarani ao longo de sua secular história de relações com as divindades pronunciados pelas belas palavras. A seleção do que é necessário para que as crianças aprendam na escola, somente os indígenas definirão, e nesta pesquisa apontaram para a leitura e a escrita, para o estudo das leis, história, matemática, geografia, botânica, ciências e história Guarani. Nota-se o interesse em ensinar a língua, principalmente para as pessoas que convivem com eles, fazem questão de produzir em Guarani e traduzir para o português. Nos materiais didáticos produzidos na escola, aparecem as duas línguas na escrita. Pouco a pouco vão moldando o currículo da escola. Algo que estará em permanente construção. A linguagem escrita vem tomando corpo e sentido social, vai compondo para esses sujeitos a função de alfabetização e o registro da tradição. Hoje não é mais possível registrar tudo na memória, há o interesse em recuperar palavras antigas, histórias antigas que os jovens

não conhecem mais e, desta forma, garantir a manutenção da cultura para as futuras gerações. Portanto, a memória, a capacidade mnemônica, os reforça no ouvir bem para registrar. Registrar na memória. Ouvir os mais velhos é o seu lema, a sua vida, a importância para viver na cultura, para viver NHANDEREKÒ. Para manter a cultura Guarani, mesmo não a vivenciando, mas sabendo como ela é, está registrado na memória. Não se pode negar a mestiçagem e a aculturação, consequência do contato, mas não deixaram de se identificar como indígenas Guarani.

Os resultados apontam para o sentido de que a escola, mesmo não sendo da sua cultura, é admitida pela necessidade de conviver com os não-indígenas, partindo do domínio da língua portuguesa para fortalecer sua luta pela terra e preservar as crianças das interferências da cultura envolvente, reforçando os traços culturais Guarani e concebendo a escola intimamente ligada à religião. São atribuídos à escola dois papéis fundamentais. O primeiro, de desenvolver os conhecimentos da sociedade não-indígena, quais sejam: a aprendizagem da leitura e da escrita para a compreensão das questões básicas (legislação, organização social, acesso ao conhecimento historicamente produzido, entre outros) para o bom relacionamento e empreender suas grandes lutas como a conquista da terra boa para viver o NHANDEREKÓ. Já o segundo papel estaria relacionado com as questões internas da aldeia, com as questões culturais, tais como o reforço na escola dos ensinamentos tradicionais, fortalecendo e valorizando a cultura, principalmente para os jovens que estão num processo de desvalorização da mesma, efeito da aculturação a partir do intenso contato com a sociedade não-indígena.

Processos próprios de aprendizagem são o currículo da escola indígena a ser construído a partir do cotidiano da comunidade e da escola. Estar em permanente construção do currículo é a perspectiva, as expectativas e a preocupação em ebulição dos professores, alunos e comunidade, autores principais de toda e qualquer ação educacional nessa escola. Nesse sentido, as discussões são freqüentes rumo a construir a escola do Jeito Guarani, que vem possibilitando uma nova ordem de

produção, difusão e transmissão de culturas, tornando-se uma importante experiência prático-cultural e de conhecimento na aldeia. Os indícios me apontam a concluir que o Jeito Guarani indicado nesta dissertação compõe os processos de aprender e ensinar na instituição escolar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGUIAR, Rodrigo L. S. **Arte indígena e Pré-história no litoral de Santa Catarina**. Florianópolis: Bristot, 2001.

AQUINO, São Tomás de. **Sobre o ensino (De Magistro)/Os sete pecados capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AZIBEIRO, Nadir E. **Educação Intercultural e complexidade: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares**. In: FLEURI, R.M. (org.) Educação Intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BERGAMACHI, Maria Aparecida. **Nhembo'e !Enquanto o encantamento permanece! Processos e práticas de escolarização nas aldeias Guarani**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BERTOLINI, M^a Denise. **Entre o temporal e o eterno: corpo e sentido nas missões jesuíticas do Paraguai- século XVII e XVIII**. Dissertação de Mestrado em História – Curso de Pós- Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____, Carlos Rodrigues. **Somos as águas puras**. Campinas/S.P. Papiros Editora, 1994.

_____, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____, Carlos Rodrigues (org.). **A questão política da Educação Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. 2 ed. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1994.

_____, Ministério da Educação e Cultura. **O governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena 1995 – 2002**, Brasília, MEC/SEF, 2002.

_____, Ministério da Educação e Cultura: **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – MEC – 1998**.

CLASTRES, Helena. **A terra sem mal, o profetismo tupi-guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. **A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios guarani**. São Paulo: Papyrus, 1990.

CAMARGO, Dulce M^a P.de e ALBUQUERQUE, Judite G.de. **Projeto Pedagógico Xavante: tensões e rupturas na intensidade da construção curricular**. Cad. CEDES, dez.2003, vol.23. nº 61, p. 338-366. ISSN.0101-3262.

Cadernos de Educação escolar indígena 3º grau indígena, Barra do Bugres: UNEMAT, v.2, nº1, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAMORRO, Cândida Graciela. **O rito de nomeação numa aldeia mbyá Guarani do Paraná**. Revista Diálogos vol. 2 – site: www.dhi.uem.br.

COLLET, Cecília L.G. **Interculturalidade e educação escolar indígena: um breve histórico**. In: Cadernos de educação escolar indígena – 3º grau indígena. Barra do Bugres: UNEMAT, v.2, n.1, 2003.

CADOGAN, Léon. **Ayvu- Rapyta : textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá**.3ed. Biblioteca Paraguaya de Antropologia- vol.XVI. CEADUC-CEPAG, Asunción del Paraguay, 1997.

COMÉNIQ, **Didática Magna**.3ª.e. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

DALLANHOL, Kátia Mª B. **Jeroky e Jerojy: pôr uma antropologia da música entre os Mbyá- Guarani do Morro dos Cavalos**. Dissertação de Mestrado em Antropologia – Curso de Pós Graduação em Antropologia. Florianópolis: UFSC, 2002.

DARELLA, Mª D. P. **Territorialidade e territorialização Guarani no Litoral de Santa Catarina**. In: Tellus/ Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, ano 4,n.6, Abr.2004. Campo Grande: UCDB, 2004 – semestral – 163p. ISSN 1519-9495.

DIEDERICHSEN, Mª Cristina. **Sou do tamanho do que vejo**. Monografia: Florianópolis: Centro de Artes, UDESC, 2003.

DI GIORGI, Cristiano. **Escola Nova**. 3 ed. São Paulo: Ática,1992.

D'ANGELIS, Wilmar, Juracilda Veiga (org.). **Leitura e escrita em escolas indígenas**. Campinas SP: ALB: Mercado de Letras, 1997.

FALTERI, Paola. **Interculturalismo e culturas no plural**. In: FLEURI,R.M.(org) **Intercultura e movimentos sociais**, Florianópolis: MOVER/NUP,1998.

FAVERO, Osmar (org.).**Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FERREIRA, Maraiana Kawall Leal. **A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil**. In: FERREIRA, Mariana K. L. e SILVA, Aracy L. da (Organizadoras). **Práticas pedagógicas na escola indígena**. São Paulo: Globo, 2001.

FERRI, Cássia. **Gênese de um currículo multicultural: Tramas de uma experiência em construção no contexto da educação escolar indígena**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,2000.

FREIRE, J.R.B. **Os índios e a interculturalidade: entre a raiz e a antena.** In: DC Congresso Solar- Sociedade Latinoamericana de Estudos sobre América Latina e Caribe, 2004, Rio de Janeiro. **A integração e a diversidade racial e cultura do Novo Mundo: Programa e resumos.** Rio de Janeiro: Eduerj,2004.V. 01. P.46-47.

_____, J.R.B. **A imagem do índio e o mito da escola.** In: MARFAN, Marilda A (Org.) Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação – Formação de professor: educação escolar indígena. Brasília: MEC, 2002, p.93-99.

FONTANA, Roseli A. Cação. **Elaboração conceitual: a dinâmica das interlocuções na sala de aula.**

FICHTNER, Bernard. **A escola histórico-cultural e a teoria da atividade: a importância na pedagogia moderna.**

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.) **Educação intercultural: mediações necessárias** Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

FRANCHETO, Bruna. **As artes da palavra.** In: Cadernos de educação escolar indígena-3º grau indígena- v.2, n.1, Barra dos Bugres: UNEMAT, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____**Ação Cultural para a Liberdade,** 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____, Paulo. **A importância do ato de ler.** 3ª.e.São Paulo: Cortez Editora, 1983.

_____,Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMBINI, Roberto. **Espelho índio: a formação da alma brasileira.** São Paulo: Axis Mundi: Terceiro Nome, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GRANDO, Beleni Saléte. **Corpo e Educação: As relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri-MT** Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GUIMARAENS, Dinah.(Org.) **Museu de arte e origens: mapa das culturas vivas guaranis**. Rio de Janeiro: Contracapa livraria, 2003.

GUIMARÃES, Susana M. G. **A aquisição da escrita e diversidade cultural: a prática dos professores Xerente**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002.

HERNÁNDEZ, Isabel. **Educação e sociedades indígena: uma aplicação bilingüe do método Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 1981.

JEKUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio**. São Paulo: Petrópolis, 1998 (série educação e paz.)

JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia indígena: uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil**. São Paulo: EDUC, 1999.

KODAMA, Isabel E. **Índios Guarani: qual é a importância da leitura e escrita?** Monografia. Biguaçu: Centro de Educação - Curso de Pedagogia, UNIVALI, 2003.

LADEIRA, Maria Elisa. **Educação escolar indígena: projetando novos futuros**. CTI/USP. Site: www.trabalhoindigenista.org.br – acesso em 08/02/2006.

LADEIRA, Maria Ines. Dissertação de Mestrado “ **O Caminhar Sob a Luz** “ – **O território mbya à beira do oceano**. São Paulo : Pontifícia Universidade Católica, 1992

_____, M^a Inês e TUPÃ, Leonardo W. **Condições ambientais do território Guarani: implicações no modo de vida**. In: Tellus/ Núcleo de Estudos e Pesquisas das

Populações Indígenas – NEPPI, ano 4, n.6, Abr.2004. Campo Grande: UCDB, 2004 – semestral – 163p. ISSN 1519-9495.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz, poder tutelar: indianidade e formação do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LITAIFF, Aldo. **Divinas Palavras: Identidade étnica dos guarani-mbyá**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

_____, Aldo. **Os filhos do sol: mitos e práticas dos índios Mbyá-Guarani do litoral brasileiro**. In: Tellus/ Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, ano 4,n.6, Abr.2004. Campo Grande: UCDB, 2004 – semestral – 163p. ISSN 1519-9495.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. S.P. EPU, 1988.

LUGON, Clovis. **A República “Comunista” Cristã dos Guarani 1610-1768**, Tradução de Álvaro Cabral. 3. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado da Educação. Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso. Urucum, Genipapo e Giz: **A educação escolar indígena em debate**. Cuiabá: Entrelinhas, 1997.

MELATTI, Júlio C. **Índios do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELIÁ, Bartomeu. **Educação indígena na escola**. Cad. CEDES, dez. 1999, vol.19, nº 49, p.11-17. ISSN 0101-3262.

_____, Bartomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

_____, Bartomeu. **A experiência religiosa dos guarani.** In O rosto índio de Deus. São Paulo: Vozes, 1989.

_____, Bartomeu. **El pueblo Guaraní: unidad y fragmnetos.** In: Tellus/ Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, ano 4,n.6, Abr.2004. Campo Grande: UCDB, 2004 – semestral – 163p. ISSN 1519-9495.

_____, Bartomeu. **Diversidade cultural e educação intercultural.** In: Tellus/ Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, ano 2,n.3, out.2002. Campo Grande: UCDB, 2002 – semestral – 182p. ISSN 1519-9495.

MELLO, Flávia Cristina de. **AATA TAPÈ RUPÿ: Seguindo pela estrada: uma investigação dos deslocamentos territoriais realizados por famílias mbyá e chiripá guarani do sul do Brasil,** Dissertação de mestrado UFSC, Florianópolis, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro.Petrópolis:Vozes,1997.

MONTE, Nietla Lindemberg. **Escolas da Floresta – entre o passado oral e o presente letrado.** Rio de Janeiro: Ed. Multiletra Ltd., 1996.

NASCIMENTO, Márcia. **A questão da identidade no 3º grau indígena: a experiência dos Kaingang,** In: Cadernos de educação escolar. Barra do Bugres MT,. V2, nº 1, 2003.

NIMUENDAJU, Curt, ,1883-1945. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião Apapocuva-Guarani.** Tradução: Scharlott Emmerich &Eduardo B. Viveiro de Castro. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vigotsky – **Aprendizagem desenvolvimento – um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, Melissa Santana de. **Kýringué i kuery Guarani: Infância, educação e religião entre os Guarani de M'Biguaçu**, SC. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PEREIRA, Ângela M^a Nunes. A **sociedade das crianças A'VWÉ – Xavante: por uma antropologia da criança**. Universidade de São Paulo – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Departamento de antropologia, São Paulo, 1997

PESSANHA, José Américo Motta. **Platão: as várias faces do amor. Os sentidos da paixão**. São Paulo: Cia das letras, 1987.

PLATÃO, Mênon. **Banquete. Fedro**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1971.

RAMPINELLI, Waldir J. e OURIQUES, Nildo D.(orgs.). **Os 500 Anos: A conquista Interminável**.Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa: inclui orientações para referenciação de documentos eletrônicos**. Rio do Sul: Nova Era, 1999.

RICARDO, Carlos Alberto. **Os "índios" e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

ROUSSEAU, Jean Jacque. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**, São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **A Integração do Índio na Sociedade Regional—a função dos Postos Indígenas**. Florianópolis, Imprensa Universitária, UFSC, 1970.

_____, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil – A dramática experiência dos xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.

_____, Sílvio Coelho dos. **Educação e Sociedades tribais**. Porto Alegre/RS: Editora Movimento, 1975.

_____, Sílvio Coelho dos. **Os Povos indígenas e a constituinte**. Florianópolis: Ed. Da UFSC/Movimento, 1989.

_____, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 3ª ed. rev. ampl. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.

_____. Sílvio Coelho dos. **Os direitos dos indígenas no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO – 1995.

SANTILLI, Márcio, **Os Brasileiros e os índios**. Editora SENAC, 2000.

SANTA CATARINA: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Proposta Curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares** Florianópolis: COGEN, 1998.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Diretrizes 3: organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais, competências e habilidades**. Florianópolis: Diretoria de Ensino Fundamental/Diretoria de Ensino Médio, 2001.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Educação Escolar Indígena em Santa Catarina: Construindo a Cidadania**. Florianópolis: Ed. Letras Brasileiras, 2002.

SCHADEN, Egon. **Aculturação Indígena**. São Paulo: Livraria Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1969

SILVA, Aracy Lopes e FERREIRA, Mariana Kawall Leal.(org.) **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola** –2. Ed. - São Paulo: Global, 2001.

_____, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO – 1995.

_____, Aracy Lopes da. **Índios** São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____, Aracy Lopes da & NUNES, Angela. **Contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da criança**. In: SILVA, Aracy Lopes da & NUNES, Angela & MACEDO, Ana V. L. S. **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo: Global, 2002.

_____, Aracy L. da. **As educações indígenas entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução**. In: SILVA, Aracy Lopes e FERREIRA, Mariana Kawall Leal.(org.) **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola** –2.ed.- São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Gilberto F. da. **Multiculturalismo e Educação Intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação**. In: FLEURI, R.M. (org) **Educação Intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, Magno A. da. **Uma etnografia do lakuigady: o jeito de viver Bakairi**. In: Cadernos de Educação Escolar Indígena – 3º Grau Indígena. Barra dos Bugres:UNEMAT, v.2,n.1, 2003.

SILVA, Márcio F. da e AZEVEDO, Marta M^a. **Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre**. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi **A Temática Indígena na Escola : novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO – 1995

SILVA, Rosa Helena Dias da. **A autonomia como valor e articulação de possibilidades: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e do Acre e a construção de uma política de educação escolar indígena.** Cad. CEDES, dez. 1999, vol. 19, nº 49, p.62-75. ISSN0101-3262.

SOUZA, M^a.I. P.; FLEURI, R.M. **Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural.** In: FLEURI, R.M. (org) **Educação Intercultural: mediações necessárias.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani.** São Paulo: Editora EDUSP, 1974.

TASSINARI, Antonella M^a I. **Sociedades indígenas: introdução ao tema diversidade cultural.** In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO – 1995

_____,Antonella M^a **Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação.** In: SILVA, Aracy Lopes da & FERREIRA, Mariana K. L. **Antropologia, história e educação: A questão indígena e a escola.** São Paulo: Global editora, 2001.

Tellus/ Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, ano 2,n.3, out.2002. Campo Grande: UCDB, 2002 – semestral – 182p. ISSN 1519-9495.

Tellus/ Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, ano 4,n.6, Abr.2004. Campo Grande: UCDB, 2004 – semestral – 163p. ISSN 1519-9495.

Tellus/ Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI, ano 4,n.7, out..2004. Campo Grande: UCDB, 2004 – semestral – 147p. ISSN 1519-9495.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TEIXEIRA, Mara R. C. **Em Roda dos Meninos: um estudo da visão de mundo construída pelas crianças na cotidianidade da doutrina do Santo Daime, na Vila Céu do Mapiá/AM-2003**, Dissertação de mestrado UFSC, Florianópolis, 2003.

TEIXEIRA, Raquel F. A.. **As línguas indígenas no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi **A Temática Indígena na Escola : novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO – 1995.

THOMAS, Omar R. **A Antropologia e o mundo contemporâneo: cultura e diversidade**. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi **A Temática Indígena na Escola : novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO – 1995.

TRIVINOS, Augusto N. Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação**. SP: Atlas, 1987.

WEBER, Cátia e Karyn Nancy R.Henrique. **Informes sobre os povos indígenas em Santa Catarina**, Florianópolis, 1999

VEER, René van der, VALSINER, Jaan. **Vygotsky uma síntese**. Tradução Cecília C. Bartalotti. São Paulo: Loyola, 1996.

VEIGA, Juracilda e SALANOVA Andrés (org.). **Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola**. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas SP.ALB,2001.

VIEIRA, Ismenia de Fátima . **Diário de Campo** nº 1, nº 2 e nº 3

WARREN, I.S. **Movimentos Sociais e a dimensão intercultural**. In: FLEURI, R.M. (org) **Intercultura e movimentos sociais**, Florianópolis: MOVER/NUP, 1998.

VADEMARIN, Vera Vanessa. **O discurso pedagógico como forma de transmissão do conhecimento.** Cad. CEDES, abr. 1998, vol.19, nº 44, p.73-84. ISSN 0101-3262.

Site:

<http://geocites.yahoo.com.br> – acesso em 13.12.2004.

www.sciello.org.br – acesso em 13.12.2004

www.terra guarani.org.br – acesso em 14.12.2004

www.cimi.org.br- acesso em 15.12.2004

www2.uerj.br/~proindio – acesso em 15.05.2005

www.elianepotiguara.org.br- acesso em 16.05.2005

www.bigua.com.br – acesso em 06.06.2004

Revista:

Revista: Textos e Pré textos. Revista da ANE. Ano III nº3 julho de 2003

ANEXOS